

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA  
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”  
FACULDADE DE HISTÓRIA, DIREITO E SERVIÇO SOCIAL**

**MEIRE CRISTINA DE SOUZA SANTOS**

**AÇÚCAR AMARGO: Condições de Vida e Trabalho das Famílias de  
Cortadores de Cana, Atendidas pela Política Pública de Assistência  
Social no Município de Pitangueiras/SP**

**FRANCA – SP  
2007**

**MEIRE CRISTINA DE SOUZA SANTOS**

**AÇÚCAR AMARGO: Condições de Vida e Trabalho das Famílias de  
Cortadores de Cana, Atendidas pela Política Pública de Assistência  
Social no Município de Pitangueiras/SP**

**Dissertação apresentada ao Programa de  
Pós-Graduação em Serviço Social da  
Faculdade de História, Direito e Serviço  
Social, Universidade Estadual Paulista “Júlio  
de Mesquita Filho”, para a obtenção do título  
de Mestre em Serviço Social. Área de  
Concentração – Serviço Social: Trabalho e  
Sociedade.**

**Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dra. Raquel Santos Sant’Ana**

**FRANCA – SP  
2007**

Santos, Meire Cristina de Souza

Açúcar amargo: condições de vida e trabalho das famílias de cortadores de cana, atendidas pela Política Pública de Assistência Social no município de Pitangueiras-SP / Meire Cristina de Souza Santos. – Franca: UNESP, 2007

Dissertação – Mestrado – Serviço Social – Faculdade de História, Direito e Serviço Social – UNESP.

1. Serviço Social – Trabalhadores rurais. 2. Famílias – Cortadores de cana – Políticas sociais. 3. Política Pública de Assistência Social – Pitangueiras (SP).

CDD – 362.851

*Dedico aos cortadores e cortadoras de cana e suas famílias, sujeitos desta pesquisa, que me ensinaram que nem a vida dura pode destruir nossos sonhos.*

## **AGRADECIMENTOS**

Todo trabalho humano é coletivo e com esse não poderia ser diferente. Há sempre o risco, que embora seja humano, de se esquecer de alguém importante nessa trajetória, por isso, de antemão me desculpo, pode ser que o cansaço proveniente da necessidade de finalizar esta etapa, ou ainda, o retiro necessário para concluí-la me faça esquecer de alguém.

Agradeço a Deus, por todas as coisas que já me aconteceram e sem dúvida poder me graduar na UNESP e regressar para fazer o curso de mestrado foi uma das melhores;

Agradeço aos meus pais, Mario e Maria, a quem devo tudo que sou e a quem devo meu amor eterno; sem o amor compreensivo e o apoio incondicional deles esta etapa talvez não tivesse sido concluída, eles são meu maior presente, minha maior platéia, meu maior orgulho;

Aos meus lindos irmãos, tão diferentes de mim, me completam, fazem minha vida mais leve e alegre;

À minhas cunhadas Michele e Eliane e em especial a minha sobrinha Júlia, que no auge dos seus três anos tem me ensinado muito;

Ao meu namorado Jamil, que acompanha meus desafios profissionais desde o meu primeiro emprego como assistente social, e amorosamente me apóia; e a sua família, que tenho como minha;

À equipe de assistentes sociais e demais funcionários da Secretaria Municipal de Promoção Social de Pitangueiras/SP pelo apoio irrestrito na realização deste trabalho, em especial, Marlene, Marilena, Suellen, Gláucia e Priscila.

A minha equipe de trabalho do CREAS e do CRAS I de Barretos que souberam em momentos diferentes compreender meu jeito agitado e minha correria constante;

A direção, aos funcionários, professores e alunos do Curso de Serviço Social do IMESB-VC onde pude realizar o sonho de ser professora;

A minha amiga Edméia, que me deu o estímulo necessário na hora certa;

A minha amiga Flávia, que me abrigou no ano em que tive que cumprir as disciplinas em Franca/SP;

A Paula e Márcia, minhas grandes companheiras desta jornada, que embora pareça solitária, reservou-me o presente de ter a oportunidade de conhecê-las e admirá-las;

A amiga Ana Paula Herminelli Romano por dividir comigo algumas inquietações com relação ao Serviço Social;

A minha querida orientadora Raquel, que mais que me orientar, acreditou no meu potencial em momentos que nem eu mesma acreditava, abriu as portas da sua casa e sempre colocou a minha disposição seu saber, seu compromisso com a humanidade, sua força e garra.

A Heloísa, que sempre gentilmente me recebeu, compartilhando idéias e excelentes cafés da tarde;

A Carmen e ao Dr. Pedro, que em um momento difícil, me acolheram e me deram à certeza de que logo as coisas melhorariam;

Às Professoras Cirlene e Adriana por compartilharem do meu trabalho e pelas valiosas contribuições no exame de qualificação;

Ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e seus professores;

Aos funcionários da UNESP, em especial, Laura e Gigi, meu agradecimento sincero.

*"[...] E não há melhor resposta  
que o espetáculo da vida:  
vê-la desfiar seu fio,  
que também se chama vida,  
ver a fábrica que ela mesma,  
teimosamente, se fabrica,  
vê-la brotar como há pouco  
em nova vida explodida;  
mesmo quando é assim pequena  
a explosão, como a ocorrida;  
mesmo quando é uma explosão  
como a de há pouco, franzina;  
mesmo quando é a explosão  
de uma vida severina."*

(Morte e Vida Severina)

José de Cabral Melo Neto



## RESUMO

O presente estudo trata das condições de vida e trabalho das famílias de cortadores de cana, atendidas pela Política Pública de Assistência Social no município de Pitangueiras/SP. Nosso intento é contribuir com o conhecimento sobre parte significativa dos usuários do Serviço Social, já que esta é uma necessidade e uma lacuna apontada por alguns estudiosos. Inicialmente discute-se a questão agrária, a proletarianização do homem do campo e os seus rebatimentos na questão social no Brasil. Em seguida problematiza os avanços, desafios e limites da Política Pública de Assistência Social no Brasil e sua organização no município alvo deste estudo. O trabalho de campo foi realizado inicialmente a partir de levantamento nos formulários do Cadastro Único do Governo Federal, no qual constatou-se que um contingente expressivo de famílias que tem em sua composição trabalhadores rurais assalariados são usuárias da Política Pública de Assistência Social, no município de Pitangueiras/SP. Após esta primeira etapa, com a contribuição das assistentes sociais do órgão gestor da Política de Assistência Social foram selecionados sujeitos significativos para esta pesquisa e realizadas entrevistas com os mesmos em suas residências. Foram realizadas dez entrevistas (duas delas com os mesmos sujeitos), ao todo tivemos a participação de 13 sujeitos: cinco concederam-nos a entrevista sozinhos (destes, quatro são mulheres e um homem) e quatro casais. Os depoimentos recolhidos durante as entrevistas versaram sobre as condições e a rotina de trabalho no corte da cana-de-açúcar, sobre a moradia, alimentação, saúde e lazer destas famílias. Foram também indagadas sobre o vínculo com a Política Pública de Assistência Social e convidadas a avaliá-la. Por último, questionou-se sobre os sonhos e as perspectivas de futuro destas famílias. Os depoimentos reforçaram o quanto é penoso o trabalho no corte da cana. Foram muitos os relatos em que o trabalho no corte da cana aparece atrelado a problemas de saúde. A maioria dos nossos depoentes vivenciou o trabalho precoce e não teve acesso à educação formal, tais trajetórias indicam que o trabalho é sinônimo de luta pela sobrevivência. Muitos, diante da sua trajetória, não acham possível conseguir outro trabalho, sentem-se fadados ao corte da cana e sonham com melhores oportunidades para os filhos, ou ao menos, que consigam ter um trabalho menos duro que o deles. Quanto às perspectivas de sair do trabalho no corte da cana a única, porém, distante alternativa sonhada por alguns, é a de trabalhar por conta própria, ter seu próprio negócio. Muitos sonham com a casa própria, alguns já conquistaram-na. Possuem pouquíssimas alternativas de lazer. Parte significativa do que ganham é destinado para a alimentação. A pesquisa demonstra que parcela importante de trabalhadores tem recorrido à Política Pública de Assistência Social em busca de respostas relativas à sua reprodução social, principalmente na entressafra. Quanto a Assistência Social que têm tido acesso, principalmente através do plantão social e dos programas de transferência de renda, nos depoimentos aparece como ajuda, e não como direito social, o que deixa claro a distância existente entre a legalidade e a realidade.

**Palavras-chave:** questão agrária; cortadores de cana; família; política pública de assistência social.

## RESUMEN

El presente estudio se refiere a las condiciones de vida y trabajo de las familias de cortadores de caña, atendidas por la Política Pública de Asistencia Social en el municipio de Pitangueiras/SP. Nuestro intento es contribuir con el conocimiento sobre parte significativa de los usuarios del Trabajo Social, ya que esta es una necesidad y una omisión apuntada por algunos estudiosos. Inicialmente se debate la cuestión agraria, la proletarización del hombre del campo y sus rebatimientos en la cuestión social en Brasil. Enseguida problematiza los avances, desafíos y límites de la Política Pública de Asistencia Social en Brasil y su organización en el municipio objetivo de este estudio. El trabajo de campo fue realizado inicialmente a partir de un levantamiento en los formularios de Registro Único del Gobierno Federal, en los que se constató que un contingente expresivo de familias que tiene en su composición trabajadores campesinos asalariados son usuarios de la Política Pública de Asistencia Social, en el municipio de Pitangueiras/SP. Después de esta primera etapa, con la contribución de las asistentes sociales del órgano gestor de la Política de Asistencia Social fueron seleccionados sujetos significativos para esta encuesta y realizadas citas con los mismos en sus viviendas. Fueron realizadas diez citas (dos de ellas con los mismos sujetos), en total tuvimos la participación de 13 (trece) sujetos: cinco hicieron la cita solos (de estos, cuatro son mujeres y un hombre) y cuatro parejas. Las declaraciones recogidas durante las citas versaron sobre las condiciones y la rutina de trabajo en el corte de caña-de-azúcar, sobre la vivienda, alimentación, salud y pasatiempo de estas familias. Fueron también indagadas sobre el vínculo con la Política Pública de Asistencia Social e invitadas a evaluarla. Por último, se cuestionó sobre los sueños y las perspectivas de futuro de estas familias. Las declaraciones reforzaron cuanto es difícil el trabajo en el corte de caña. Fueron muchos los relatos en que el trabajo en el corte de caña aparece atrelado a problemas de salud. La mayoría de nuestros declarantes vivenció el trabajo precoz y no tuvo acceso a la educación formal, estas trayectorias indican que el trabajo es sinónimo de lucha por la supervivencia. Muchos, delante de su trayectoria, no creen que sea posible lograr otro trabajo, se siente condenados al corte de caña y sueñan con mejores oportunidades para los hijos, o al menos, que logren tener un trabajo menos duro que el suyo. Cuanto a las perspectivas de salir del trabajo en el corte de caña la única, pero, distante opción soñada por algunos, es la de trabajar por cuenta propia, tener su propio negocio. Muchos sueñan con la casa propia, algunos ya la conquistaron. Poseen poquísimas alternativas de pasatiempo. Parte significativa de lo que ganan es destinado a la alimentación. La encuesta demuestra que parcela importante de trabajadores ha recurrido a la Política Pública de Asistencia Social en búsqueda de respuestas relativas a su reproducción social, principalmente durante la entresafra. En cuanto a la Assistência Social a la que hay tenido acceso, principalmente a través de plantón social y de los programas de transferencia de renta, en las declaraciones aparece como ayuda, y no como derecho social, lo que deja claro la distancia existente entre la legalidad y la realidad.

**Palabras-llave:** cuestión agraria; cortadores de caña; familia; política pública de asistencia social.

## SUMÁRIO

|                                                                                                                               |                |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------|
| <b>INTRODUÇÃO .....</b>                                                                                                       | <b>11</b>      |
| <br><b>PARTE 1</b>                                                                                                            |                |
| <b>O MUNDO DO TRABALHO E A POLÍTICA PÚBLICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL</b>                                                         |                |
| <b>1.1 O Mundo do Trabalho e os Trabalhadores Rurais .....</b>                                                                | <b>16</b>      |
| 1.1.1 <i>O trabalho como eixo estruturador da vida.....</i>                                                                   | <i>16</i>      |
| 1.1.2 <i>Questão Social e Questão Agrária no Brasil: questões indissociáveis.....</i>                                         | <i>25</i>      |
| <b>1.2. A Política de Assistência Social .....</b>                                                                            | <b>37</b>      |
| 1.2.1 <i>A Política de Assistência Social no Brasil.....</i>                                                                  | <i>37</i>      |
| 1.2.2 <i>A Política de Assistência Social desenvolvida no município de Pitangueiras/SP.....</i>                               | <i>56</i>      |
| <br><b>PARTE 2</b>                                                                                                            |                |
| <b>CONDIÇÕES DE VIDA E TRABALHO DAS FAMÍLIAS DE CORTADORES DE CANA ATENDIDAS PELA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL</b>          |                |
| <b>2.1 Principais Ocupações Profissionais dos Usuários da Política Pública de Assistência Social de Pitangueiras/SP .....</b> | <b>63</b>      |
| <b>2.2 As Famílias de Cortadores de Cana Atendidas pela Política Pública de Assistência Social de Pitangueiras/SP .....</b>   | <b>67</b>      |
| 2.2.1 <i>O trabalho no corte da cana: penoso, pesado e degradante.....</i>                                                    | <i>71</i>      |
| 2.2.2 <i>Trajetórias e condições de vida.....</i>                                                                             | <i>84</i>      |
| 2.2.2.1 <i>Moradia e alimentação .....</i>                                                                                    | <i>88</i>      |
| 2.2.2.2 <i>Saúde e lazer .....</i>                                                                                            | <i>91</i>      |
| 2.2.3 <i>Assistência Social: direito ou ajuda? .....</i>                                                                      | <i>93</i>      |
| 2.2.4 <i>Perspectivas de futuro e sonhos .....</i>                                                                            | <i>100</i>     |
| <br><b>CONCLUSÃO .....</b>                                                                                                    | <br><b>103</b> |
| <br><b>REFERÊNCIAS.....</b>                                                                                                   | <br><b>111</b> |
| <b>APÊNDICE.....</b>                                                                                                          | <b>119</b>     |

## INTRODUÇÃO

Em primeiro lugar, é necessário esclarecer o porquê desse título: **“AÇÚCAR AMARGO: condições de vida e trabalho das famílias de cortadores de cana, atendidas pela Política Pública de Assistência Social no município de Pitangueiras/SP”**. Tal escolha remete a um romance de Luiz Puntel que mistura ficção e realidade. Açúcar Amargo é uma história baseada em fatos reais, porém com personagens imaginários e situações recriadas.

A história tem início com a protagonista do livro, Marta, uma adolescente, recebendo a notícia de que ela e sua família teriam que deixar a fazenda onde eram colonos porque o proprietário da mesma preferiu plantar cana.

Acabam mudando-se para a cidade de Bebedouro, o pai e o irmão de Marta passam a trabalhar na colheita da laranja. A protagonista perde o irmão em um acidente com o caminhão que transportava os bóias-frias. A partir dessa nova perda mudam-se para Guariba e o pai e ela passam a trabalhar no corte da cana e vivenciam o conflito de Guariba que ocorre em 1984 diante da mudança do corte da cana das cinco ruas para sete, dos altos preços da água e da miséria que assolava esses trabalhadores. A partir desse conflito surge um acordo que como dizem os personagens do livro, representa só o começo [...].

Cabe pontuar que como assistente social duas grandes questões, desde o período de graduação, despertavam interesse, uma delas diz respeito à Política Pública de Assistência Social no Brasil e todos os desafios que ela por si só traz em um país que não tem cultura de serviço público, de direito social, em um país onde as relações entre as classes mais abastadas e a classe que vive do trabalho sempre se deram em um misto de apadrinhamento, assistencialismo e com uma ideologia do favor muito forte.

Outra grande preocupação era com relação aos trabalhadores rurais, suas condições de vida e de trabalho instáveis, contrastando com a característica de ser o Brasil um dos maiores países de extensão territorial e terras agricultáveis do mundo.

No trabalho de conclusão do curso de Serviço Social, houve o interesse de nos aproximar do que pensam os usuários dessa política pública a seu respeito, que peso, que significado ela possui ou não na vida dessas pessoas. Nele já ficou claro a distância entre a legislação que traz a assistência social como direito social e a materialidade desse direito na vida de seus usuários.

O interesse pelo tema está estritamente relacionado à trajetória como assistente social, por cerca de cinco anos atuando em municípios de pequeno porte (dois anos em um município de pequeno porte I e três anos em um município de pequeno porte II), exercendo atividades no órgão gestor da Política de Assistência Social e realizando plantão social. Em ambos os municípios foi possível perceber o grande número de trabalhadores e trabalhadoras rurais que recorriam a essa política pública buscando sanar algumas necessidades básicas. Tal observação e a vontade de continuar estudando levou-me a ingressar no curso de mestrado em Serviço Social da UNESP/Franca.

Durante o exercício profissional duas questões principais incomodavam: as visíveis dificuldades vivenciadas pelas famílias de trabalhadores rurais assalariados, que na sua maioria trabalhavam no corte da cana ou na colheita da laranja, e que principalmente nos períodos de entressafra, recorriam a Política Pública de Assistência Social. A outra questão era a forte resistência dos munícipes aos trabalhadores migrantes, na fala deles parecia que a culpa por não terem emprego era dos trabalhadores que vinham de fora. Mediante isso meu primeiro desejo foi estudar a migração sazonal para o corte da cana, o que se possível, será realizado em estudos futuros.

Para o mestrado avaliamos que estudar a relação entre os trabalhadores rurais assalariados e a Política Pública de Assistência Social poderia contribuir para o repensar dessa Política Pública em um momento crucial que é o de implantação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) em todo território nacional, que tem como eixo o trabalho com famílias e não mais por segmentos e que reivindica um conhecimento da realidade e das condições de vida dos seus usuários.

É salutar o conhecimento da realidade das famílias usuárias da Política Pública de Assistência Social, para que sejam consideradas na formulação e constituição das políticas públicas. Os dados e as informações são deficientes e revelam ainda um desconhecimento da vida dos usuários das políticas públicas.

A partir daí o objetivo foi conhecer as condições de vida e trabalho das famílias que possuem em sua composição cortadores de cana, no entanto, interessava também, conhecer em especial aquelas famílias usuárias da Política Pública de Assistência Social. Por isso, a opção final foi conhecer as condições de vida e trabalho das famílias atendidas pela Política Pública de Assistência Social e que possuem na composição familiar cortadores ou cortadoras de cana.

Nosso intento é contribuir com o conhecimento sobre os usuários do Serviço Social, já que se trata de uma lacuna apontada por importantes intelectuais do Serviço Social como Maria Carmelita Yazbek e Marilda Villela Iamamoto.

Cabe esclarecer que dois pressupostos nortearam a construção deste trabalho, apresentados brevemente a seguir.

**A relevância que a questão agrária possui na configuração da questão social no Brasil.** Entendemos questão agrária como a relação capital e trabalho no campo. Dentre as manifestações da questão agrária a que mais interessa a esse estudo é o processo de proletarianização do homem do campo. A população brasileira paga caro pelo modelo de agricultura adotado no país que priorizou interesses de grupos dominantes em detrimento de pequenos produtores. Houve uma modernização do campo no que concerne à utilização de insumos, maquinários, alta tecnologia, mas com a concomitante expropriação do homem do campo, que passa a ter apenas sua força de trabalho para vender e poder garantir a reprodução social da sua família. “Expropriados – ou seja, perdida a fonte ancestral de subsistência – restam-lhes a força de trabalho e o destino migrante.” (GOMES, 2003, p.67)

**Os estudos que envolvam políticas sociais não podem abster-se de discutir e apreender a relação com o mundo do trabalho.** Portanto, reafirmamos a centralidade do trabalho na constituição dos indivíduos sociais e na vida em sociedade. É pelo trabalho, não desconsiderando outros determinantes, que essa sociedade continua se reproduzindo.

A inserção no mundo do trabalho determina os acessos que essas pessoas terão a educação, saúde, alimentação, moradia. E afeta a subjetividade dos indivíduos sociais, prova disso é observar como se sente um trabalhador desempregado.

É inegável a importância que o trabalho continua tendo para a vida e sobrevivência das famílias, todas as mudanças que estão ocorrendo no mundo do trabalho e na regulação social, só reforçam sua relevância.

Mediante o exposto, a primeira parte deste estudo tratará da centralidade ontológica do trabalho e do seu significado na sociedade capitalista. Discutirá ainda a importância da questão agrária brasileira na formação da questão social no Brasil, ou seja, defende-se o argumento de que a questão agrária no Brasil traz particularidades extremamente importantes para o desvendamento da questão

social, e ainda, não pode ser desconsiderada ao se formular políticas que proponham o seu enfrentamento ou minorar seus efeitos mais perversos.

Em seguida, discuti-se os avanços e os limites da Política Pública de Assistência Social e aproxima-se da organização desta política no município alvo deste estudo.

A pesquisa foi realizada no município de Pitangueiras/SP, localizado na região de Ribeirão Preto, uma das regiões mais ricas do Estado de São Paulo e considerada a responsável por capitanear a modernização da agroindústria canaveira no Estado de São Paulo.

Pitangueiras/SP fica na região noroeste do Estado de São Paulo, possui atualmente 95,41% da sua população vivendo na cidade e apenas 4,59% na zona rural. (SÃO PAULO, on-line) Têm três Usinas de açúcar e álcool e essa, sem dúvida, é a principal atividade econômica do município. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) o município tem aproximadamente 34.190 habitantes.

Na segunda parte deste trabalho traz-se os depoimentos de mulheres e homens que tem a marca do trabalho rural e que já recorreram a Política Pública de Assistência Social.

Para conhecer as ocupações profissionais dos usuários da Política Pública de Assistência Social no município de Pitangueiras/SP realizou-se um levantamento nos formulários do Cadastro Único do Governo Federal referente às famílias contempladas pelos programas de transferência de renda, prioritariamente pelo bolsa-família, buscando constatar quantas são compostas por trabalhadores rurais assalariados.

O que mais interessava não era a quantificação e sim as experiências, as trajetórias de vida destes trabalhadores e de suas famílias, por isso, na segunda etapa do trabalho de campo foram realizadas entrevistas para coleta de depoimentos.

Inicialmente nosso objetivo foi entrevistar as mulheres, por serem elas que recorrem com maior frequência a Política Pública de Assistência Social e por possuírem uma visão de totalidade sobre a reprodução social de suas famílias. Porém, no momento das entrevistas quando o esposo ou companheiro estava na residência, ele era convidado a participar da mesma, o que tornou o processo mais rico já que, muitas vezes, tratava-se do próprio cortador de cana. Houve também a

indicação de um jovem pelas assistentes sociais do órgão gestor da Política Pública de Assistência Social. Foram realizadas dez entrevistas (duas delas com os mesmos sujeitos); ao todo tivemos a participação de 13 sujeitos: cinco concederam a entrevista sozinhos (destes, quatro são mulheres e um homem) e quatro casais. Os sujeitos estão identificados com nomes fictícios.

A segunda parte trará os depoimentos sobre a vida destas famílias, marcada pelo trabalho penoso e degradante no corte da cana, pelas dificuldades para garantir a sobrevivência da família principalmente no período da entressafra. Pela luta cotidiana para ter um abrigo para morar, para poder dar condições para que os filhos estudem e consigam no futuro um trabalho menos pesado. São trajetórias de muito trabalho, desde a infância, de uma série de direitos negados, inclusive o direito de brincar, de estudar, de poder permanecer nos seus estados de origem. Trajetórias de pouco lazer e de muito cansaço. Experiências que em algum momento se entrecruzaram com a Política Pública de Assistência Social. Trajetórias em que o amargo e o doce se misturam na luta cotidiana.



## PARTE 1

### O MUNDO DO TRABALHO E A POLÍTICA PÚBLICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

#### 1.1 O Mundo do Trabalho e os Trabalhadores Rurais

##### *1.1.1 O trabalho como eixo estruturador da vida*

O trabalho é aqui entendido como a ação dos homens em relação uns aos outros sobre a natureza para transformá-la em algo que atenda as necessidades humanas.

Desde os primórdios da humanidade o trabalho teve centralidade na vida humana, é graças a ele que foram produzidos objetos que atendessem as necessidades e que permitissem a continuidade da espécie, e o surgimento de novas necessidades.

É o trabalho que diferencia o homem dos outros animais, é ele que humaniza o homem, por isso é uma necessidade ontológica dos mesmos.

Pode-se distinguir os homens dos animais pela consciência, pela religião e por tudo o que se queira. Mas eles próprios começam a se distinguir dos animais logo que começam a produzir seus meios de existência, e esse passo à frente é a própria consequência de sua organização corporal. Ao produzirem seus meios de existência, os homens produzem indiretamente sua própria vida material. (MARX; ENGELS, 1998, p.10-11)

O intercâmbio do homem com a natureza é um intercâmbio consciente, ou seja, homem é o único animal que consegue projetar, antecipar em sua mente o objeto antes de criá-lo (teleologia). Além disso, cria ferramentas e meios de trabalho.

[...] somos obrigados a começar pela constatação de um primeiro pressuposto de toda existência humana, e, portanto, de toda a história, ou seja, o de que todos os homens devem ter condições de viver para poder "fazer a história". Mas, para viver, é preciso antes de tudo, beber, comer, morar, vestir-se e algumas outras coisas mais. O primeiro fato histórico, é portanto, a produção dos meios que permitem satisfazer essas necessidades, a produção da própria vida material. (MARX; ENGELS, 1998, p.21, destaque do autor)

Ao mesmo tempo em que o homem transforma a natureza, também se transforma. “O que eles são coincide, pois, com a sua produção, isto é, tanto o que eles produzem quanto a maneira como produzem. O que os indivíduos são depende, portanto, das condições materiais da sua produção.” (MARX; ENGELS, 1998, p.11)

Ao transformar a natureza o homem adquire conhecimento, que será utilizado na próxima vez em que for construir aquele objeto. “[...] uma vez satisfeita a primeira necessidade, a ação de satisfazê-la e o instrumento já adquirido com essa satisfação levam a novas necessidades – é essa produção de novas necessidades é o primeiro ato histórico.” (MARX; ENGELS, 1998, p.22)

Ao longo da história da humanidade o trabalho apresenta diferentes conotações, mas não deixa de existir. “Não é o que se faz, mas como, com que meios de trabalho se faz, é o que distingue as épocas econômicas”. (ANTUNES, 2004, p.39)

No sistema capitalista de produção o trabalho mantém sua centralidade, dentre outras razões porque é através dele que os indivíduos conseguem se reproduzir socialmente.

O sistema de produção vigente é marcado por contradições e pela relação social entre os donos dos meios de produção e os trabalhadores que possuem apenas a força de trabalho para vender.

A produção do capital é coletiva, mas a sua apropriação é individual, cabendo aos donos dos meios de produção, o lucro, e aos trabalhadores, o salário, que deverá garantir que ele continue tendo condições de vender sua força de trabalho.

A taxa mais baixa e unicamente necessária para o salário é a subsistência do trabalhador durante o trabalho, e ainda (o bastante) para que ele possa sustentar uma família e (para que) a raça dos trabalhadores não se extinga. O salário habitual é, segundo Smith, o mais baixo que é compatível com a simples humanidade (simple humanity), isto é, com uma existência animal. (MARX, 2004, p.24, destaques do autor)

No capitalismo, o trabalho, além de atender as necessidades humanas (valor de uso), transforma-se em mercadoria (força de trabalho), mercadoria essa a única capaz de agregar valor (mais-valia).

O trabalho nessa sociedade é reificado, ou seja, ao invés de produzir o desenvolvimento das potencialidades humanas, produz a sua degradação, o homem não se reconhece no que produz e sua produção é voltada para a criação de mais-valia e não para a realização da sua emancipação.

Primeiro, que o seu trabalho é externo (äusserlich) ao trabalhador, isto é, não pertence ao seu ser, que ele não se afirma, portanto, sem seu trabalho, mas nega-se nele, que não se sente bem, mas infeliz, que não desenvolve nenhuma energia física e espiritual livre, mas mortifica sua physis e arruína o seu espírito. O trabalhador só se sente, por conseguinte e em primeiro lugar, junto a si (quando) fora de trabalho e fora de si (quando) no trabalho. Está em casa quando não trabalha e, quando trabalha, não está em casa. O seu trabalho não é portanto voluntário, mas forçado, trabalho obrigatório. O trabalho não é, por isso, a satisfação de uma carência, mas somente um meio para satisfazer necessidades fora dele. (MARX, 2004, p.82-83, destaques do autor)

No sistema vigente, além do valor de uso, o que interessa é o valor de troca e a produção de mais-valia. “Com a valorização do mundo das coisas (Sachenwelt) aumenta em proporção direta a desvalorização do mundo dos homens (Menschenwelt)”. (MARX, 2004, p.80, destaques do autor) No sistema capitalista de produção “o trabalhador tornou-se uma mercadoria”.

Esta condição histórica torna o indivíduo que trabalha um pobre virtual: a pobreza não compreendida apenas como resultado da distribuição de renda, como carência. A pobreza referida à própria produção (ou a distribuição, como distribuição dos meios de produção) [...]. desprovido, portanto, de condições para realizar autonomamente o trabalho necessário à reprodução de sua subsistência. (MARX, 1980a, 110, t.2 apud IAMAMOTO, 2006, p.67, destaque do autor)

O trabalho na sociedade capitalista é uma necessidade objetiva e subjetiva do ser humano, objetiva na medida em que através dele que obtém o necessário à sua sobrevivência, e subjetiva diante do impacto que a falta de emprego causa na subjetividade do trabalhador, é como se a sua dignidade fosse atrelada ao seu trabalho.

De acordo com Antunes (1999, p.21) as contradições do sistema capitalista agravaram-se a partir dos anos 70, quando passou-se a vivenciar um quadro de crise estrutural que fez com que: “[...] o capital implementasse um vastíssimo

processo de reestruturação, com vistas à recuperação de seu ciclo de reprodução e que [...] afetou fortemente o mundo do trabalho”.

Assiste-se a uma substituição gradativa do padrão produtivo taylorista e fordista pelo toyotista ou acumulação flexível. É cada vez mais presente a robótica, a tecnologia e a informatização nos meios de produção, ou seja, constantemente máquinas substituem homens, o que aumenta o exército de reserva de força de trabalho a tal ponto que já fala-se em sobrantes “[...] nova categoria social constituída pelos que não tem vez, nem lugar na sociedade”. (ARCOVERDE, 1999, p.81)

O taylorismo e o fordismo têm como premissas: a produção em série, grande número de operários e hierarquia rígida entre planejadores e executores. De certa forma, esse tipo de organização da produção contribuiu para a organização dos trabalhadores e fortalecimentos dos sindicatos.

Já o toyotismo funciona com estoque mínimo e, portanto, com produção conforme a demanda; o número de trabalhadores é reduzido e estes devem ser polivalentes, ou seja, executar diversas funções.

O toyotismo tem como marca a empresa enxuta, de acordo com Antunes (1999, p.23), enquanto na fábrica fordista 75% do produto é feito dentro da fábrica, na toyotista essa porcentagem cai para 25%, o que intensifica o processo de terceirização. Ocorre também uma retração do movimento sindical, passa a ser valorizado o sindicato da empresa.

A expressão que melhor resume o toyotismo é flexibilização, o que inclui inclusive e prioritariamente a flexibilização dos direitos trabalhistas duramente conquistados pela “classe que vive do trabalho” (expressão utilizada por Ricardo Antunes). Prova disso é o crescimento do mercado informal e do desemprego em todo o mundo.

Concorda-se com Giovanni Alves (2000, p.23) que a flexibilização é algo inerente a produção capitalista.

[...] na era da mundialização do capital, a partir da Terceira Revolução Tecnológica, sob a ofensiva neoliberal, a categoria da flexibilidade se desdobra e adquire múltiplas determinações no interior do complexo de mercadorias, assumindo, desse modo, novas proporções, intensidade e amplitude.

A terceirização, que não é algo novo, ganha ênfase, é intensificada. “A empresa passa a concentrar-se mais diretamente no seu produto estratégico, transferindo a outras empresas, também especializadas, as tarefas secundárias de produção e os serviços auxiliares necessários, na consecução de seu produto final [...]”. (GIACOMETI; SOUZA, 2004, p.107-108)

No Brasil as primeiras mutações no padrão de produção iniciaram-se na década de 80, a partir da metade desta década ocorre uma ampliação das inovações tecnológicas. No entanto, é nos anos 90 “que a reestruturação produtiva do capital desenvolveu-se intensamente em nosso país, através da implantação de vários receituários oriundos da acumulação flexível e do ideário japonês [...]”. (ANTUNES, 2004, p.18)

Giovanni Alves (2000) expõe que no Brasil no início da década de 80 assiste-se a implantação de um toyotismo restrito e que a partir da década de 90, com o neoliberalismo, passa-se a vivenciar o toyotismo sistêmico.

O toyotismo sistêmico no Brasil caracteriza-se não só pela aumento quantitativo do uso de tecnologia, mas pelo salto qualitativo no que se refere a inovações tecnológicas-organizacionais. (ALVES, G., 2000)

O grande objetivo do toyotismo é a captura subjetiva do trabalhador e a pulverização do trabalho coletivo, o que acontece, dentre outras maneiras, através da terceirização.

Desenvolveu-se nova cisão no pólo “moderno” do mercado de trabalho: por um lado, operários “sobreviventes” da nova ordem do capital, os mais qualificados (e os mais organizados), tornam-se alvos prioritários de vários mecanismos de consentimento à nova lógica de parceria com o capital; por outro, os demais – a massa de operários menos qualificados, instáveis, temporários e subcontratados na borda da cadeia produtiva – são excluídos da Produção Enxuta e compõem uma nova exclusão social no Brasil. (ALVES, G., 2000, p.231, destaques do autor)

As previsões não são nada animadoras, segundo Antunes (1999), tudo indica que se terá uma minoria de trabalhadores com emprego “estável”, com direitos garantidos e com constante aprimoramento profissional, e a maioria dos trabalhadores vivendo a insegurança no emprego, trabalho informal, subcontratações, trabalhos precarizados, temporários e o desemprego. Tais previsões já estão se realizando.

Vive-se, sem dúvida, uma encruzilhada, os que possuem emprego estão muitas vezes sobrecarregados, precisam ser “polivalentes” e garantir sua permanência nesse emprego a qualquer custo e, por isso, muitas vezes adoecem. Por outro lado, os trabalhadores que estão desempregados também adoecem com o ônus que isso traz e com a falta de perspectivas.

E há ainda a situação dos considerados “descartáveis” para o mundo do trabalho, aqueles que já não são necessários ao sistema capitalista de produção nem mesmo como exército de reserva.

“O trabalhador não tem apenas de lutar pelos seus meios de vida físicos, ele tem de lutar pela aquisição do trabalho, isto é, pela possibilidade, pelos meios de poder efetivar sua atividade”. (MARX, 2004, p.25)

Acompanhando a essas mudanças na esfera da produção assiste-se a substituição do Estado de Bem-Estar Social (ou no plural, levando-se em consideração as diferentes modalidades desse Estado nos países europeus e nos Estados Unidos, por exemplo) pelo Estado Mínimo, ancorado no receituário neoliberal.

Mediante isso há o agravamento das dificuldades vivenciadas pela classe que vive do trabalho, que é complexa, heterogênea e fragmentada. (ANTUNES, 1999, p.25) Além do desemprego e da insegurança com relação ao trabalho, há um desmonte das políticas públicas, que principalmente nos países que vivenciaram o Estado de Bem-Estar Social, contribuem para a melhoria da qualidade de vida desses trabalhadores.

Situação mais dramática ainda é a de países como o Brasil, de capitalismo tardio e que sequer teve um Estado de Bem-Estar, apenas algumas medidas de proteção social, no entanto fortemente marcadas pela herança histórica e, portanto, pelo clientelismo, fisiologismo e assistencialismo.

Outro traço característico do capitalismo brasileiro tem sido sua incapacidade de lidar com a universalização dos direitos sociais.

Quando a legislação trabalhista foi promulgada para os trabalhadores urbanos, a grande maioria da população estava no campo [...]. A extensão dessa legislação no meio rural – que só viria a ocorrer muito depois, nos anos 70 – praticamente não penetrou no mundo da produção, pois, nas áreas agrícolas modernas, as empresas responderam com a maciça expulsão dos trabalhadores e sua transformação em bóias-frias [...] Quando, finalmente, a grande maioria da população trabalhadora finca raízes nas cidades, a legislação trabalhista começa a ser desmontada. (BENJAMIN, 1998, p.116)

Segundo Pochmann (2006, p.60-61) o Brasil em 2002 ficou em quarto lugar no ranking mundial do desemprego, perdendo apenas para Índia, Indonésia e Rússia. Outra agravante da situação brasileira é o dessalariamento, se em 1980 dois em cada três trabalhadores eram assalariados, em 2003 um a cada dois ocupados são assalariados.

Outra conclusão do autor anteriormente citado é que antes o desemprego no Brasil era um fenômeno relativamente homogêneo, ou seja, atingia principalmente alguns segmentos específicos como jovens, mulheres, negros e pessoas sem qualificação profissional, analfabetos e trabalhadores com pequena experiência profissional.

Atualmente, transformou-se num fenômeno complexo e heterogêneo, pois atinge de forma generalizada praticamente todos os segmentos sociais, inclusive camadas de maior escolaridade, profissionais com experiências em níveis hierárquicos superiores e em altos escalões de remuneração. Pode-se concluir, portanto, que não há mais estratos sociais imunes ao desemprego no Brasil [...]. (POCHMANN, 2006, p.62)

A reestruturação produtiva atinge a todos os trabalhadores e está ocorrendo tanto no campo como nas cidades. De acordo com Ianni (2006, p.46):

[...] em praticamente todos os setores agropecuários está ocorrendo a racionalização dos processos produtivos, de organização social e técnica do trabalho, de modo a acelerar a produtividade e ampliar as condições de produção do excedente, lucro ou mais-valia. Os processos de concentração e centralização do capital, em escala mundial, revolucionam as condições de vida e trabalho no campo [...]

Para esse estudo dar-se-á ênfase a reestruturação produtiva na agroindústria canavieira, que representa o modelo de desenvolvimento agrário adotado no país desde 1960 até os dias atuais, voltado para a grande indústria capitalista.

De acordo com Maria A. Moraes Silva (2004, p.30) em 1990 a região de Ribeirão Preto contava com vinte e seis usinas, dezesseis destilarias e cerca de sessenta mil trabalhadores empregados no corte da cana. Em 2002 a região passa a ter quarenta e uma usinas e trinta mil cortadores de cana.

O Brasil exporta cerca de 03 bilhões dos 15 bilhões de litros de álcool que produz, no entanto a demanda do mercado externo tende a aumentar em virtude de duas razões principais: o preço do barril de petróleo é alto e está ocorrendo um

declínio das reservas mundiais do mesmo. A segunda causa diz respeito às prerrogativas do Protocolo de Kyoto, as quais estabelecem que as nações desenvolvidas terão que diminuir em 5% as emissões de dióxido de carbono, gás resultante da queima dos derivados do petróleo. (OLIVEIRA; VASCONCELOS, 2006, p.1)

O processo de modernização da cultura canavieira atinge as diferentes fases do processo produtivo. A carpa manual foi substituída pela carpa química. Para o plantio já existe um equipamento que junta a palha depois da colheita. O trato da cultura é realizado através da adubação, para a qual são utilizadas máquinas e até mesmo aviões. (SILVA, M. A. M., 2004, p.32-34)

Estão sendo produzidas novas variedades e plantas transgênicas da cana, com o principal objetivo de aumentar a produção de sacarose. (OLIVEIRA; VASCONCELOS, 2006, p.02)

“No tocante à colheita, esta até o início dos anos 80, era essencialmente manual, sendo a fase que mais exigia mão-de-obra. A partir das greves de 1984 e 1985, muitas usinas começaram a realizar o corte por meio de máquinas”. (SILVA, M. A. M., 1999, p.307)

Estima-se que na região de Ribeirão Preto existam cerca de 500 colhedeiros de cana, e cada uma possui capacidade de colher setecentas toneladas ao dia, o que corresponde à substituição de cem homens. A cada cem demissões são abertas doze novas vagas, vagas essas para funções especializadas. (SILVA, M. A. M., 2004, p.31)

A situação de concorrência entre os cortadores de cana e as colhedeiros confirma a atualidade do pensamento de Marx:

[...] a divisão do trabalho torna-o cada vez mais unilateral e dependente, assim como acarreta a concorrência não só dos homens, mas também entre máquinas. Posto que o trabalhador baixou à (condição de) máquina, a máquina pode enfrentá-lo como concorrente. (MARX, 2004, p.27, destaque do autor)

As primeiras colhedeiros foram introduzidas no Brasil em 1960 mas sua utilização era bastante reduzida (ALVES, F. J. C., 1991 apud SILVA, M. A. M., 1999). José Graziano Silva (1981 apud SILVA, M. A. M., 1999) chama-as de “máquinas de vitrine”, porque operavam somente no início da safra, depois eram apenas os cortadores manuais.



A tendência que se aponta com a modernização tecnológica do setor é a redução relativa da dependência desse tipo de mão-de-obra e o crescimento da demanda de trabalhadores de maior nível de qualificação. Todavia, a construção civil e a agroindústria canavieira mantêm-se como celeiros de absorção de força de trabalho não qualificada de origem rural, no desempenho das funções de maior insalubridade e periculosidade atribuídas aos “serventes de usina”. (IAMAMOTO, 2006, p.254, destaque do autor)

A grande questão a ser discutida é que todas essas inovações e a modernização na agricultura, com ênfase para a cultura canavieira, tem aumentado a produtividade do trabalho e diminuído o número de trabalhadores empregados.

A tecnologia em si não é vista aqui como algo negativo, nefasto, pelo contrário se fossem outras as relações de produção ela teria fundamental importância ao poupar os homens dos trabalhos mais pesados e degradantes, como é o caso, do corte da cana-de-açúcar.

No entanto, no atual estágio do sistema de produção vigente, a consequência da utilização da tecnologia é o desemprego de muitos trabalhadores, que chegam ao ponto de não ter como vender sua força de trabalho para poderem sobreviver em condições dignas.

A crítica é voltada para a apropriação da tecnologia feita pelo Capital e a falta de compromisso com a massa de trabalhadores que dependem da venda de sua força de trabalho para sobreviver, o que é característica do modo de produção capitalista.

No caso dos cortadores de cana, amparando-se nos estudos de Francisco Alves (2006, on-line) sabe-se que na década de 60 a produtividade do trabalho era, em média, de 03 toneladas de cana por dia de trabalho, na década de 80 passa para 6 toneladas e no final da década de 90 e início dessa década chega a 12 toneladas de cana por dia.

Cálculos agrônômicos registram que para um total de dez toneladas de cana, há a necessidade de 9.700 golpes de facão, portanto, quase 1.000 golpes por tonelada. A este cenário podem ser acrescentados: o calor excessivo, pois a jornada de trabalho inicia-se às 7:00hs e termina por volta das 17:00hs; a fuligem que é aspirada no momento do corte; a má alimentação; a violência simbólica existente no ambiente laboral, no sentido de considerar frouxo, fraco, aquele que não consegue atingir a produtividade (média) exigida, além da ameaça de perder o emprego, caso isto ocorra. (SILVA, 2000, on-line)

Os trabalhadores na tentativa de manter seus empregos desdobram-se para atender a exigência de maior produtividade, esse aspecto é nitidamente perceptível no trabalho no corte-da-cana.

A busca de preencher todos os poros da jornada para obtenção de maior produtividade, atinge os limites máximos da resistência física, resultando no esgotamento das energias e no desgaste do corpo, traduzido no reclamo recorrente do cansaço como a principal chancela do trabalho no corte. (IAMAMOTO, 2006, p.216-217)

Recentemente, o Ministério Público, a Pastoral do Migrante de Guariba e a Organização das Nações Unidas (ONU) estão investigando a morte de 20 cortadores de cana na região de Ribeirão Preto, os quais acredita-se que tenham morrido por exaustão.

#### *1.1.2 Questão Social e Questão Agrária no Brasil: questões indissociáveis*

Nenhum trabalho que se proponha a discutir os problemas sociais existentes no Brasil ou mesmo as condições de vida e trabalho de parcela da população brasileira pode se furtar de discutir a interpenetração entre questão social e questão agrária.

Entende-se como questão social:

[...] o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade. (IAMAMOTO, 2005, p.27)

José Paulo Netto (2005, p.32) traz uma importante contribuição à discussão sobre a questão social e o Serviço Social expondo que o Estado intervém na questão social fragmentando-a e parcializando-a, o que não poderia ocorrer de outro modo porque tomá-la como uma totalidade processual específica é remetê-la concretamente à relação capital-trabalho e colocar em xeque a ordem burguesa.

Enquanto intervenção do Estado burguês no capitalismo monopolista, a política social deve constituir-se necessariamente em políticas sociais: as seqüelas da “questão social” são recortadas como problemáticas particulares (o desemprego, a fome, a carência habitacional, o acidente de trabalho, a falta de escolas, a incapacidade física, etc) e assim enfrentadas [...] Assim a “questão social” é atacada nas suas refrações, nas suas seqüelas [...]. (NETTO, 2005, p.32, destaques do autor)

Ianni (2006) afirma que assim como ocorre à globalização do capitalismo ocorre à globalização da questão social. Com isso não quer dizer que os problemas sociais deixarão de manifestar-se nos níveis local, regional e nacional e ter suas particularidades, e sim que alguns problemas manifestam-se em escala mundial.

Estes podem ser considerados, em síntese, alguns dos aspectos mais evidentes da questão social presente na sociedade global: desemprego cíclico e estrutural; crescimento de contingentes situados na condição de subclasse; superexploração da força de trabalho; discriminação racial, sexual, de idade, política, religiosa; migrações de indivíduos, famílias, grupos e coletividades em todas as direções, através de países, regiões, continentes, arquipélagos; ressurgência de movimentos raciais, nacionalistas, religiosos, separatistas, xenófobos, racistas, fundamentalistas; múltiplas manifestações de pauperização absoluta e relativa, muitas vezes verbalizadas em termos de “pobreza”, “miséria” e “fome”. (IANNI, 2006, p.170, destaques do autor)

Netto (2005, p.157) deixa claro que o “desenvolvimento capitalista produz, compulsoriamente, a ‘questão social’ - diferentes estágios capitalistas produzem diferentes manifestações da ‘questão social’”, ou seja, a questão social é insuprimível no sistema capitalista de produção e para ele inexiste qualquer “nova questão social”<sup>1</sup>. Infere que o que deve ser investigado além das manifestações “tradicionais” da “questão social” é a emergência das suas novas expressões.

A questão social contemporânea só pode ser entendida a partir das mudanças no mundo da produção e do trabalho, portanto, “é impossível explicar e analisar as manifestações da ‘questão social’ hoje sem fazer referência ao contexto mais abrangente da reestruturação produtiva”. (PASTORINI, 2004, p.36-37)

---

<sup>1</sup> “Essa discussão sobre a existência de uma “nova questão social” irrompe na Europa e nos Estados Unidos no final da década de setenta e início dos anos 80, quando alguns dos grandes problemas inerentes à acumulação capitalista (como desemprego, pobreza, exclusão), vistos como residuais e conjunturais durante os ‘Trinta Anos Gloriosos’ nos países centrais e alguns periféricos, passam a ser percebidos como problemas que atingem um número não negligenciável de pessoas de forma permanente.” (PASTORINI, 2004, p. 49-50, destaques do autor)

Ademir Alves da Silva (2005) afirma que a questão social no Brasil inicialmente era concebida como questão de polícia, depois, como questão de política e desde 1991 até os dias atuais tem sido concebida como questão de solidariedade, condizente com o ideário neoliberal e com a (contra) reforma do Estado.

A fragmentação da questão social escamoteia suas verdadeiras raízes e não permite no imediato visualizar as implicações da questão agrária e da estrutura fundiária como seus componentes fundamentais. No entanto a apreensão das mediações sobre as quais se estruturam a questão agrária e o contato com alguns dados trazem a tona essa importância, bem como, sinaliza outros indicativos da extrema desigualdade sofrida pelos brasileiros.

Para que se tenha dimensão da concentração fundiária existente basta observar o quadro a seguir sobre a estrutura fundiária do Brasil, trata-se de dados recentes que constam no II Plano Nacional de Reforma Agrária (BRASIL, 2004a):

| <b>Estratos área total (há)</b> | <b>imóveis</b>   | <b>% dos imóveis</b> | <b>Área total (ha)</b> | <b>% de área</b> | <b>Área média (ha)</b> |
|---------------------------------|------------------|----------------------|------------------------|------------------|------------------------|
| Até 10                          | 1.338.711        | 31,6%                | 7.616.113              | 1,8%             | 5,7                    |
| De 10 a 25                      | 1.102.999        | 26,0%                | 18.985.869             | 4,5%             | 17,2                   |
| De 25 a 50                      | 684.237          | 16,1%                | 24.141.638             | 5,7%             | 35,3                   |
| De 50 a 100                     | 485.482          | 11,5%                | 33.630.240             | 8,0%             | 69,3                   |
| De 100 a 500                    | 482.677          | 11,4%                | 100.216.200            | 23,8%            | 207,6                  |
| De 500 a 1000                   | 75.158           | 1,8%                 | 52.191.003             | 12,4%            | 694,4                  |
| De 1000 a 2000                  | 36.859           | 0,9%                 | 50.932.790             | 12,1%            | 1.381,8                |
| Mais de 2000                    | 32.264           | 0,8%                 | 132.631.509            | 31,6%            | 4.110,8                |
| <b>Total</b>                    | <b>4.238.421</b> | <b>100,0%</b>        | <b>420.345.382</b>     | <b>100,0%</b>    | <b>99,2</b>            |

#### **QUADRO 1: Estrutura Fundiária do Brasil, 2003**

Fonte: Cadastro do Incra – situação em agosto de 2003. Disponível em: <[http://www.mda.gov.br/arquivos/PNRA\\_2004.pdf](http://www.mda.gov.br/arquivos/PNRA_2004.pdf)>. Acesso em: 25 jan. 2007.

De acordo com o quadro, a maioria dos imóveis rurais, tem até 10 hectares, correspondem a 31,6% e ocupam apenas 1,8% da área total dos imóveis, enquanto no outro extremo representando apenas 0,8% dos imóveis estão os estratos de mais de 2000 hectares que ocupam 31,6% da área total.

A concentração fundiária no Brasil até hoje não foi solucionada, apenas minorada com a pressão e participação efetiva do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra e de outros movimentos sociais de luta pela terra.

O Governo Federal, conforme consta na Constituição da República Federativa Brasileira de 1988, é o responsável por realizar a reforma agrária. Em

2003, o Governo Lula lançou o II Plano Nacional de Reforma Agrária, porém sua efetivação está em processo e segue num ritmo lento frente às metas estabelecidas.

O Brasil continua sendo um campeão no quesito desigualdades sociais. No Livro *Opção Brasileira*, é apresentada uma comparação dos censos de 1960, 1970, 1980 e 1991 e constata-se que os níveis de concentração de renda e riqueza no Brasil são crescentes em todas as décadas desses censos “[...] a renda dos 10% mais ricos era 34 vezes maior que a dos 10% mais pobres em 1960, essa relação passa para 40 vezes em 1970, 47 vezes em 1980 e atinge 78 vezes no censo de 1991” (BENJAMIN, 1998, p. 91)

Conforme artigo da Folha de São Paulo (2005), no Brasil atualmente os 10% mais ricos concentram 46,9% da renda nacional e os 10% mais pobres ficam apenas com 0,7% da renda. (ZIMMERMANN; SPITZ, 2005, on-line)

Outro indicador utilizado para medir o grau de concentração é o índice de Gini (zero indica igualdade absoluta e um a concentração absoluta), no Brasil o índice de distribuição de renda é 0,6, e de concentração fundiária está acima de 0,8 (BRASIL, 2004a, p.11). O historiador Eric J. Hobsbawn qualifica o Brasil como exemplar “monumento de injustiça social”. (NETTO, 1999, p.76)

Quanto ao índice de Gini referente à concentração fundiária de acordo com Sant’Ana e Sant’Ana (2005, p.121) houve uma redução do índice de 0,856, em 1995, para 0,809 em 2000, mas “este índice ainda é muito alto, indicando que o grau de concentração fundiária no Brasil continua elevado”.

Concorda-se com Netto e Sant’Ana (2004) que afirmam que a questão agrária, sem dúvida, está presente na formatação da questão social brasileira. Esta interface da questão agrária com a questão social tem-se constituído uma lacuna a ser estudada pelas (os) assistentes sociais.

As pesquisadoras anteriormente citadas concluem que “as determinações da questão agrária na questão social devem ser melhor compreendidas para que as profissionais e os profissionais possam reconhecê-las e intervir no âmbito das políticas públicas”. (NETTO; SANT’ANA, 2004, p.6)

Questão agrária é definida por Fernandes (2001, p.23) como “o movimento do conjunto de problemas relativos ao desenvolvimento da agropecuária e das lutas de resistência dos trabalhadores, que são inerentes ao processo desigual e contraditório das relações capitalistas de produção”.

Os problemas referentes à questão agrária estão relacionados essencialmente, à propriedade da terra, conseqüentemente, à concentração da estrutura fundiária; aos processos de expropriação, expulsão e exploração dos trabalhadores rurais: camponeses e assalariados; a luta pela terra, pela reforma agrária e pela resistência na terra; a violência extrema contra os trabalhadores, à produção, abastecimento e segurança alimentar, aos modelos de desenvolvimento da agropecuária e seus padrões tecno-científicos, a qualidade de vida e a dignidade humana. Por tudo isso, a questão agrária compreende as dimensões econômica, social e política. (FERNANDES, 2001, p.23-24)

O autor afirma que em diferentes momentos da história, a questão agrária apresenta-se com características diversas, relacionadas aos distintos estágios de desenvolvimento do capitalismo. (FERNANDES, 2001)

Em publicação realizada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Tamás Szmrecsányi (apud INCRA, 2005, p.15) menciona que para entender a questão agrária atual é necessário ter uma visão de longo prazo e não perder de vista que “o processo histórico do qual faz parte a questão agrária do momento refere-se basicamente à penetração e à expansão do capitalismo, e de suas relações de produção e de trabalho, no setor agropecuário brasileiro”. Para o autor a origem desse processo remete a 1850 quando ocorre a proibição do tráfico externo de escravos e a promulgação da Lei de Terras.

No Brasil independente, em meados do século XIX, as elites enfrentavam um grave problema: como acabar com a escravidão e evitar a “fuga de braços”, pois precisavam de força-de-trabalho que substituíssem os escravos, deste dilema surgiu a Lei de Terras que “põe fim ao regime das posses livres e estipula que as terras só seriam apropriadas por meio da compra”. (SILVA, M. A. M., 1999, p.30)

Nem sempre fora assim: desde 1822 a terra era livre, mas os trabalhadores eram escravos. Quando se aproximava o dia em que os trabalhadores seriam livres, a terra foi aprisionada [...] Assim, na segunda metade dos século XIX, permeando Império e República, a questão da escravidão se desdobrou em “questão agrária”. (BENJAMIN, 1998, p.77-78, destaque do autor)

O estudioso Tamás Szmrecsanyi (apud INCRA, 2005) identifica três etapas no processo de penetração e expansão do capitalismo no setor agropecuário brasileiro. A primeira etapa compreende o período de advento do capitalismo até 1890, que tem como marcas a substituição das importações de escravos pelo tráfico

interno (1850-1870) e posteriormente a vinda dos trabalhadores livres do exterior para trabalharem nas lavouras do Brasil (1870-1890), dando origem a outras relações de produção e de trabalho no país.

A segunda etapa é de expansão das novas relações de produção e de trabalho, composta pelas fases de transição (1890-1930) e de consolidação (1930-1965) do mercado de trabalho livre.

E a terceira etapa, que está presente até os dias atuais, tem como resultado a continuidade da concentração fundiária e de centralização dos capitais. Essa etapa também se subdivide em duas, a primeira corresponde ao período de ditadura militar (1965-1985) e a segunda, de 1985 até os dias de hoje que é identificada pelo agronegócio<sup>2</sup>. Todas essas etapas da expansão do capitalismo no campo compõem um processo paulatino de proletarização da força de trabalho rural.

Faz-se necessário destacar que de 1965 a 1982 ocorre a chamada Modernização Conservadora, processo marcado pela modernização dos meios de produção utilizados pela agricultura, através da utilização de insumos e máquinas industriais. Concomitantemente viabiliza-se uma integração de grau variável entre a produção primária de alimentos e matérias-primas e vários ramos industriais. (INCRA, 2005, p.34)

Essa modernização conservadora consiste na integração técnica da indústria com a agricultura. Esse processo tem a participação efetiva do Estado, principalmente através da União, fornecendo crédito, incentivo fiscais, fomento produtivo e comercial e reorientação das políticas agrícolas através de Institutos por produto.

A discussão sobre modernização e industrialização e da dicotomia campo-cidade vinha ocorrendo desde 1950, o campo sendo identificado como atrasado, arcaico, velho e a cidade como desenvolvida, industrializada, nova. Diante disso, ganhava destaque à ideologia desenvolvimentista que apregoava a necessidade de modernizar o campo.

Havia também neste período pressões por reformas políticas e sociais, trabalhadores urbanos e rurais organizados, ligas camponesas no Nordeste e movimentos pela reforma agrária que reuniam diferentes atores (partidos políticos e a igreja, por exemplo) e que faziam dessa conjuntura propícia para realização da

---

<sup>2</sup> Agronegócio: agricultura capitalista de grande escala.

reforma agrária. Mas, infelizmente, na correlação de forças e na disputa entre reforma agrária e modernização técnica venceu a última.

Nesse período de efervescência política e de organização dos trabalhadores (Ligas Camponesas, Trombas, Formoso entre outras) exigia-se do governo a desapropriação dos latifúndios por interesse social e reformas de base, dentre elas, a reforma agrária que atrai vários defensores. (SOUSA, 1999, p.233)

Uma das legislações mais importantes deste período foi o Estatuto do Trabalhador Rural (ETR), promulgado em 1963 no governo de João Goulart. Este Estatuto estendia as leis trabalhistas para os trabalhadores rurais e regulamentava os sindicatos rurais. Diante deste Estatuto, o empregador é obrigado a pagar 27,1% sobre cada jornada dos trabalhadores permanentes.

Eis um ponto que toca o centro da questão, segundo a qual os trabalhadores permanentes são mais onerosos e, por isso, eles são despedidos, para serem, em seguida, admitidos como volantes, isso é, uma força de trabalho mais barata, porque os gastos sociais não seriam computados. [...] o ETR desempenhou um papel fundamental na expulsão destes trabalhadores das fazendas. Este Estatuto não deve ser considerado como um meio de melhorar as condições de vida dos trabalhadores, ele representou justamente o contrário, pois regulamentou a intensificação da exploração da força de trabalho. (SILVA, M. A. M., 1999, p.64)

Mesmo ocorrendo um processo de intensificação da exploração da força de trabalho, o ETR representou para os patrões um certo ônus, visto que passaram a ter que pagar alguns encargos trabalhistas. Por outro lado também serviu como justificativa para a dispensa dos trabalhadores fixos e a posterior contratação dos temporários. O fundamental para a classe dominante é que esta legislação não atingiu o cerne da questão que importava a burguesia agrária: a propriedade privada da terra (manteve-se intocada).

O Presidente João Goulart havia promulgado uma legislação sobre a reforma agrária, na qual constava que a mesma utilizaria as terras devolutas da União e das margens das rodovias federais. Esse ato e o seu discurso na Candelária sobre Reformas de Base foram os argumentos utilizados pelo governo militar para o Golpe Militar de 1º de abril de 1964.

No entanto, os militares precisavam atender a algumas reivindicações ocasionadoras dos conflitos e por isso baixaram uma série de atos institucionais que foram agregados à Constituição de 1946 entre os quais o Estatuto da Terra.



O Estatuto da Terra (Lei Nº 4.504, de 30.11.1964) tinha como objetivo principal a “[...] modernização do campo por meio do aumento da produção e da produtividade”. (SILVA, M. A. M., 1999, p.35).

De acordo Maria A. Moraes Silva (1999, p.27) este processo de modernização que teve como conseqüências: tomada de terras, expropriação de pequenos produtores e destruição de parte do campesinato, não ocorreu através da violência aberta (na maioria dos casos), mas sim por meio “[...] da violência escondida e legal, ou seja, da violência monopolizada pelo Estado, com a promulgação de leis que implementaram os projetos de modernização [...]”.

Esta modernização importou leis de países com economias avançadas não levando em consideração a realidade e as particularidades brasileiras.

O modelo econômico de agropecuária implantado no período militar privilegiou os produtores capitalistas em detrimento dos produtores familiares o que intensificou a concentração fundiária (latifúndios) com a expropriação e expulsão dos pequenos agricultores. (FERNANDES, 2001)

Todo esse processo de modernização da agricultura, que está em curso e no qual é visível o padrão tecnológico alcançado pelo agronegócio, traz como conseqüência mais perversa a redução drástica dos níveis de ocupação da força de trabalho envolvida.

Um dos estudiosos dessa questão, Guilherme Delgado (apud INCRA, 2005, p.21, destaque do autor), afirma que “[...] a antinomia ‘reforma agrária’ versus ‘modernização técnica’ proposta pelos conservadores em 1964 é reposta na atualidade [...]”. Ou seja, permanece a opção de desenvolvimento agrário vinculado ao interesse do capital.

A incorporação dessa força de trabalho “não qualificada” para as exigências do capitalismo não é mais necessária ao agronegócio. Isso tem proporções alarmantes se for considerado que de acordo com Censo de 2000 a força de trabalho rural tradicional acrescida da população de pequenos municípios (com até 20 mil habitantes) corresponde a cerca de 35% da população nacional. (INCRA, 2005, p.53)

Tratando-se do Estado de São Paulo, Maria A. Moraes Silva (1999) relata que dois projetos de erradicação dos cafezais e o Proálcool<sup>3</sup> foram os responsáveis por

---

<sup>3</sup> O Programa Nacional do Alcool (Proálcool) foi criado em 14 de novembro de 1975 pelo Decreto N.º 76.593 com o objetivo de reduzir a importação do petróleo e estimular a produção do álcool, buscando atender o mercado interno e externo. O programa foi fortemente subsidiado.

mudar o espaço rural deste Estado, principalmente no que diz respeito à região de Ribeirão Preto, cuja área plantada de cana aumentou cerca de 3,5 vezes no período de 1968 a 1989.

Ianni (2004) realizou um estudo abrangente sobre a questão agrária no município de Sertãozinho, pertencente à região de Ribeirão Preto, no Estado de São Paulo, contemplando como não poderia deixar de ser a indústria canavieira. Sertãozinho é vizinho do município alvo desse estudo. O autor afirma que o ciclo da cana teve início em Sertãozinho em 1944 quando a área cultivada com a cana ultrapassou a área cultivada com o café.

Assim, a usina foi constituindo uma categoria política e econômica fundamental no campo e na cidade. Com o processo de modernização na economia açucareira cresceram os investimentos em máquinas e equipamentos.

Conforme a agroindústria açucareira vai modernizando-se ocorre um deslocamento para a cidade de parcela significativa da população agrária. Essa população passa a residir na periferia das cidades e na maioria das vezes, continua trabalhando no campo, mas numa nova condição: a de trabalhador rural assalariado permanente ou temporário.

Para Ianni (2004) a legislação trabalhista, com destaque para o Estatuto do Trabalhador Rural induziu os empresários a investir cada vez mais em máquinas e equipamentos.

Para o autor, o processo de expulsão dos trabalhadores das usinas e canaviais para as periferias da cidade está vinculada a dois movimentos principais que se combinam e influenciam-se mutuamente, são eles: a crescente mecanização dos processos de trabalho e a formalização das relações de produção através da legislação trabalhista e previdenciária.

“Pouco a pouco o colono deixa de ser a principal categoria de trabalhador. É transformado em trabalhador permanente ou temporário, em mensalista ou diarista.” (IANNI, 2004, p.64)

Esse estudioso conclui que a história do trabalhador agrícola brasileiro pode ser dividido em três períodos principais, “[...] no primeiro predomina o escravo, no segundo o lavrador, e no terceiro o operário rural.” (IANNI, 2004, p.116)

Essa transformação do escravo em operário rural não foi rápida, tranqüila e generalizada, demorou cerca de um século para desenvolver-se “somente caminhou na medida em se desenvolveram as forças produtivas e as relações sociais de

produção, no setor agrário e no conjunto do subsistema econômico brasileiro.” (IANNI, 2004, p. 117)

Para o autor a gênese do proletariado ocorre quando há a separação entre o produtor e a propriedade dos meios de produção, o que no caso do trabalhador rural se dá quando ele deixa de ser colono (imaginariamente não havia a separação do produtor com os meios de produção) e torna-se trabalhador rural assalariado, expropriado da terra.

Dentre outras conseqüências do modelo econômico brasileiro houve um aumento substantivo do desemprego no campo e estas pessoas viram-se obrigadas a deixar sua terra de origem em busca de trabalho e de sustento para sua família.

[...] o processo de proletarização do homem do campo é o epicentro do surgimento do “bóia-fria”. [...] o sistema produtivo brasileiro se manifesta de um lado, numa economia agrária historicamente concentradora da propriedade e do uso da terra, de outro, na incorporação de um padrão de industrialização altamente tecnificado e poupador de força-de-trabalho. Como resultado, a formação de um enorme contingente de ofertantes de mão-de-obra na razão direta do desenvolvimento econômico do país. Um desenvolvimento econômico gerador de desemprego e que a um só tempo expulsa o homem do campo e o exclui do sistema urbano. Assim sendo, a característica maior do “bóia-fria”, é a busca pela sobrevivência, aceitando qualquer trabalho e em quaisquer condições. (D'INCAO, 1985, p.203-221 apud MENDES, 1999, p.30-31, destaque do autor)

É salutar destacar que o processo de proletarização do trabalhador rural não ocorreu sem resistência, presente até nos dias de hoje, como pode ser observado no estudo de Iamamoto (2006).

Iamamoto (2006, p.15) realizou um estudo na agroindústria canavieira no município de Piracicaba e constatou que dentre os trabalhadores dessa agroindústria constam aqueles já considerados proletários (dependem exclusivamente da venda de sua força de trabalho) e aqueles que “[...] são produtores familiares pauperizados nos locais de origem – posseiros, pequenos proprietários ou arrendatários”. Ou seja, migrantes sazonais cíclicos que ainda possuem o vínculo com a terra, mas este vínculo não garante as condições de sobrevivência e reprodução da unidade familiar. Portanto, migrar e trabalhar na safra para depois voltar para sua terra de origem é uma forma de resistir ao processo de expropriação da terra.

Outro importante marco de resistência dos trabalhadores rurais assalariados são as greves de Guariba/SP que ocorreram nos anos de 1984 e 1985. Mendes (1999, p.19-20), estudioso desse movimento, relata que a greve de 15 de maio de 1984 teve uma adesão mais espontânea e teve como principais motivos a decisão dos usineiros de mudar o sistema de corte da cana de cinco para sete ruas e o aumento abusivo das taxas de água pela Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp).

Já a greve de janeiro de 1985 que ficou conhecida como a “greve dos desempregados” porque ocorreu no período da entressafra da cana-de-açúcar teve forte influência de partidos e sindicatos e exigia o cumprimento do Acordo firmado na greve anterior e uma solução para o desemprego crônico, além da readmissão dos trabalhadores demitidos no final da safra, dentre eles haviam alguns trabalhadores que faziam parte do recém criado Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Guariba. (MENDES, 1999, p.154)

Cabe a ressalva que na região vivenciava-se há muitos anos uma situação de miséria ascendente dos trabalhadores volantes em canaviais, plantações de laranja, cafezais e campos de algodão. (MENDES, 1999, p.22) Tais greves tiveram uma repercussão nacional e foram responsáveis por colocar em cena a resistência e a capacidade de mobilização e organização desses trabalhadores.

Para esse estudo será primordial priorizar no conhecimento da questão agrária, o processo de proletarização do trabalhador rural.

Assim, os “bóias-frias” existem em formas bastante diferenciadas que vão, desde o pequeno produtor insuficiente, que complementa sua renda familiar, assalariando-se sazonalmente nas empresas agrícolas, até o trabalhador totalmente expropriado da terra e residente na cidade, cuja única alternativa é o assalariamento nos períodos de pico da demanda de força-de-trabalho, ou seja, na safra e os pequenos “bicos” que consegue nos períodos de entressafra. (MENDES, 1999, p.31, destaques do autor)

O processo de proletarização do trabalhador rural, embora não desconsidere que continuam existindo outras relações de trabalho no campo, levou-os há um processo de pauperização crescente, atingindo principalmente o trabalhador assalariado temporário.

Grande parte dos trabalhadores rurais assalariados tem a marca do trabalho intermitente, o que representa direitos também intermitentes e condições de vida muitas vezes determinadas pelos períodos de safra e entressafra.

Não se pode perder de vista o caráter sazonal do funcionamento deste tipo de indústria rural, dependente do ciclo de produção da cana-de-açúcar, sua matéria-prima fundamental, que requer uma demanda diferenciada de mão-de-obra ao longo do ano agrícola. Na região estudada, o período da colheita da cana – a safra – estende-se de maio a novembro, época em que a usina trabalha sem interrupção, acionando a máxima capacidade produtiva. Na entressafra, as atividades industriais cessam temporariamente, adquirindo proeminência o trabalho de reposição e manutenção do maquinário, realizado por operários especializados, em função do elevado desgaste a que é submetido durante o tempo de trabalho. (IAMAMOTO, 2006, p.15)

Esta situação tem se agravado com as mudanças que se processam no mundo do trabalho, com o uso cada vez maior de tecnologia substituindo trabalhadores, que com baixo nível de escolaridade parecem fadados ao trabalho informal ou a migração para locais onde a mecanização é incipiente.

Estas mudanças afetam a todos os trabalhadores rurais, mas em especial tem afetado as mulheres, tidas como frágeis e inadequadas para trabalhos pesados. Cabe aqui a ressalva de que 30% das famílias de trabalhadores rurais são chefiadas por mulheres (SILVA, M. A. M., 2004, p.65).

Uma das características do corte da cana é a sazonalidade. Outra característica é o pagamento por tarefa executada, o que torna desnecessário o trabalho de inspeção.

Uma figura que ocupa um lugar relevante junto ao trabalhador rural assalariado é o gato ou empreiteiro, que têm a função de agenciar, transportar em algumas culturas e controlar o trabalho realizado. Costuma ganhar uma porcentagem sobre a produção dos trabalhadores.

É comum também na agroindústria canavieira à utilização das chamadas “listas negras”, ou seja, as Usinas consultam se aquele trabalhador já entrou com processo trabalhista contra alguma outra empresa, caso isso tenha ocorrido dificilmente será contratado.

Outra forte marca dos cortadores de cana é a migração, migração essa que Maria A. Moraes Silva (2000, on-line) define como migração permanentemente

temporária. Saem das regiões mais pobres do país em busca de uma vida melhor e ao chegar à região enfrentam o preconceito e há casos em que são culpabilizados pelo desemprego local. Além da competição entre os próprios trabalhadores, estabelece-se rivalidades entre “os de fora” (migrantes) e “os do lugar” (moradores locais), ambos sob a constante ameaça da mecanização.

[...] a proletarização do homem do campo que, no Brasil, ocorre num contexto econômico de maior oferta do que demanda de mão-de-obra. De tal modo os bóias-frias passam a constituir uma população errante, que se desloca nas próprias regiões de origem ou de uma região para outra, à procura de trabalho. Uma massa trabalhadora subempregada, que é absorvida pelo sistema produtivo – especialmente nos setores agrícolas de forma itinerante e intermitente, tendendo a se concentrar com maior intensidade nas regiões de agricultura mais desenvolvida. (D'INCAO, 1984, p.10)

Percebe-se que certas questões atualmente vivenciadas pelos trabalhadores hoje, reflexo da reestruturação produtiva do Capital, como por exemplo, a instabilidade de emprego e o trabalho temporário são vivenciadas pelo trabalhador rural assalariado há muito tempo “[...] a instabilidade do emprego não apenas é evidente, como se revela um forte elemento desestabilizador entre os bóias-frias”. (D'INCAO, 1984, p.69)

Tal instabilidade leva alguns trabalhadores rurais a recorrer a Política de Assistência Social para sanar algumas necessidades básicas, principalmente nos períodos da entressafra.

## **1.2 A Política Pública de Assistência Social**

### *1.2.1 A Política de Assistência Social no Brasil*

Compartilha-se da idéia de que o Estado é um espaço contraditório, neste sentido as políticas sociais, incluindo a Assistência Social, também devem ser compreendidas em sua contraditoriedade. Como espaço contraditório pode servir a diferentes interesses ao mesmo tempo.

As políticas sociais e dentre elas a Assistência Social são mecanismos de reprodução do capitalismo, uma forma de neutralizar os conflitos sociais e dividir com o conjunto da sociedade os custos da reprodução social; entretanto, podem

também representar um espaço de reconhecimento de direitos sociais pela população excluída e de possibilidade de melhoria das condições de vida dos trabalhadores. São também resultado do processo histórico político e não eliminarão as desigualdades sociais, no entanto, podem promover direitos e melhorar as condições de vida da população.

Concorda-se com Cardoso (2006, p.39) que a existência das políticas sociais provém de uma necessidade do sistema capitalista, o qual tem como características inerentes à sua existência, a desigualdade e a exploração. “Necessidades estas, de reprodução da força de trabalho, de controle, de apaziguamento de conflitos, de respostas às reivindicações sociais etc., mostrando o caráter contraditório da existência das políticas sociais.”

É importante destacar que a Assistência Social permaneceu como tarefa do assistente social, embora tenha sido negada em alguns períodos da história da profissão, períodos esses nos quais era entendida apenas como o fornecimento de auxílio material, ou seja, dicotomizava-se o fornecimento de auxílios materiais e a ação educativa. Essa negação trouxe prejuízo para essa política pública, afinal, quanto mais se nega algo, menos chances há de repensar e mudar.

A Assistência Social entendida como ação voltada aos segmentos pauperizados da população no Brasil existe há séculos. Como política pública é que sua história é bastante recente.

Sposati (2005, p.11) aponta a importância de Ataulpho Nápole de Paiva na história da Assistência Social. Era juiz da corte de apelação do Rio de Janeiro, e entre 1898 e 1905 escreveu livros e artigos em jornais sobre Assistência Pública. “Defendia idéias de Laroche-foucauld – Liancourt para quem a assistência pública não era benefício, mas sim dever do Estado.” (SPOSATI, 2005, p.11). Suas idéias, no entanto, não avançaram na Velha República.

Em 1935, sob a ditadura do Estado Novo, Getúlio Vargas criou informalmente no seu gabinete uma versão do “Council of Social Service” americano, no qual representantes da sociedade opinavam e estudavam os problemas sociais e as subvenções para obras sociais. (SPOSATI, 2005, p.14)

Em julho de 1938 o conselho supracitado é oficializado através do Decreto-Lei n.º 525 e passa a ser chamado de Conselho Nacional de Serviço Social, vinculado ao Ministério de Educação e Saúde. Ataulpho de Paiva vai presidir esse Conselho.

Uma das primeiras instituições responsável pela Assistência Social no Brasil é a Legião Brasileira de Assistência Social (LBA), fundada a partir da reunião de senhoras da sociedade preocupadas com os pracinhas brasileiros da Força Expedicionária Brasileira (FEB), combatentes da II Guerra Mundial. (SPOSATI, 2005, p.19) Em seguida, a LBA passa a oferecer assistência aos familiares dos brasileiros que haviam ido para a guerra.

A presidência da LBA estatutariamente ficou garantida à esposa do presidente da república (primeira-dama). A criação desta Instituição foi uma iniciativa de Darcy Vargas, esposa de Getúlio Vargas, conhecido como o “o pai dos pobres”. Nesse período as ações eram desenvolvidas por voluntários, sem caráter técnico e sistemático. (BOSCHETTI, 2006)

Com relação à atuação da LBA e o caráter emergencial da Assistência Social Sposati (2005, p.20) traz uma importante reflexão:

Aqui a assistência social como ação social é ato de vontade e não direito de cidadania. [...] Do apoio às famílias dos pracinhas, ela vai estender sua ação às famílias da grande massa não previdenciária. Passa a atender as famílias quando da ocorrência das calamidades, trazendo o vínculo emergencial à assistência social.

Entre 1945 e 1964, a LBA consolidou-se como organismo público dotado de estrutura administrativa e corpo de funcionários próprios, expandindo-se e instalando-se em todo país. Em 1945, essa instituição estava presente em 90% dos municípios brasileiros. (SPOSATI; FALCÃO, 1989 apud BOSCHETTI, 2006, p.51)

O financiamento das ações da LBA que na sua origem (1942) sustentava-se nas contribuições previdenciárias de empregados e empregadores, foi modificado. A partir de então, apenas as contribuições dos empregadores eram transferidas à LBA, que passou a receber ainda, doações de particulares.

Rapidamente a LBA se tornou uma instituição assistencial que atuava nas mais diversas situações sociais, assegurando serviços nem sempre contínuos e sistemáticos, os quais não se situavam na ordem do direito. Isso quer dizer que as ações da LBA decorriam de iniciativas tecnocráticas – não eram asseguradas em legislação, não dispunham de orçamento claramente definido e eram implementadas por funcionários mas, também por grupos voluntários “capitaneados” a partir do apelo humanitário de ajuda ao próximo. (BOSCHETTI, 2006, p.52, destaque do autor)



Foi dessa maneira que a LBA consagrou-se como uma “estranha” instituição pública de assistência social que executava ações em todo o país com recursos orçamentários e doações, mas que sustentava sua intervenção, fundamentalmente, “[...] em princípios da beneficência e benevolência privadas. Talvez ela represente o mais nítido exemplo da simbiose público-privado que marca as relações sociais brasileiras no campo da assistência social.” (BOSCHETTI, 2006, p.52)

Em 1º de maio de 1974 é criado o Ministério da Previdência e Assistência Social. De acordo com Boschetti (2006, p.vi-vii) a primeira tentativa de inclusão da assistência social como campo planejado de ação nos planos governamentais, com recursos formalmente garantidos só ocorreu em 1985, quando ela foi incluída no I Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND) da Nova República.

Para a autora citada (2006) esse documento destacou a necessidade de mudança na concepção das ações assistenciais, realizadas com forte caráter assistencialista e sem articulação com as demais políticas sociais. Segundo o documento, a falta de planejamento e de proposições claras eram as principais causas da utilização da assistência social pelo clientelismo político.

Em termos de legislação relacionada à Assistência Social, Boschetti (2006, p.12) expõe que a “[...] inexistência de legislações reguladoras das ações assistenciais públicas e privadas faz parte da história brasileira [...]”.

O grande marco legal das políticas públicas no Brasil e, em especial da política pública de Assistência Social é a Constituição Federativa Brasileira de 1988, conhecida como “Constituição Cidadã”, é nessa Constituição que pela primeira vez no Brasil a Assistência Social ganha o status de política pública, direito do cidadão e dever do Estado.

Antes de 1988, era considerado cidadão para fins de acesso a direitos sociais apenas os que possuíam carteira de trabalho assinada, a chamada “cidadania regulada”. Aos demais restava a “cidadania invertida<sup>4</sup>”. (CARDOSO, 2006)

Na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 a Assistência Social vai compor o tripé da Seguridade Social, juntamente com as políticas de Saúde e Previdência Social. Em linhas em gerais, a Saúde como direitos de todos, a

---

<sup>4</sup> A noção de “cidadania invertida” é proposta por Sônia Maria Fleury Teixeira (SPOSATI; FALCÃO; TEIXEIRA, 1989). Refere-se à necessidade dos usuários terem que se submeter a rituais comprobatórios de sua condição de carência e miséria para serem atendidos em suas necessidades, ou seja, é estabelecida com o Estado uma relação em que figuram como necessitados.

Previdência Social para quem com ela contribuir e a Assistência Social para quem dela necessitar.

A Seguridade Social existente no Brasil é mais restritiva do que a Seguridade Social proposta pelo Projeto Ético-Político do Serviço Social, o qual sustenta um modelo que inclua todos os direitos sociais previstos no artigo 6º da Constituição Federativa Brasileira (educação, saúde, trabalho, moradia, lazer, segurança, previdência e assistência social).

O Projeto Ético-Político do Serviço Social defende um amplo sistema de proteção social, ajustado às condições econômicas e sociais dos cidadãos brasileiros. (BOSCHETTI, 2004, p.121)

Com relação à Seguridade Social, Mota destaca que:

[...] as políticas de Seguridade passam a ser um elo entre a produção e a reprodução, principalmente quando consideradas instrumento de cobertura de riscos e vulnerabilidades do trabalho. Mas é pela via da cidadania que elas ganham destaque, adquirindo no plano jurídico-político a aparência de uma esfera autônoma em relação à produção, por isso mesmo se constituem num mecanismo ideológico por excelência. (MOTA, 2006, p.10)

Acredita-se, conforme as idéias de Mota, que não é possível entender a Seguridade Social sem trazer à tona o vínculo entre a produção e a reprodução. Embora ideologicamente apareçam como esferas distintas são uma unidade diversa.

Concorda-se com Vieira (2004, p.141-142) que a política econômica e a política social constituem uma unidade, portanto, uma não pode ser entendida sem a outra. “Formando um todo, a política econômica e a política social apenas formalmente se distinguem e, às vezes, dão a enganosa impressão de que tratam de coisas muito diferentes”.

Vieira (2004, p.144) completa que o Estado acaba assumindo alguns reclamos populares, por isso, os “direitos sociais significam antes de mais nada a consagração jurídica de reivindicações de trabalhadores. Não significam a consagração de todas as reivindicações populares, e sim a consagração daquilo que é aceitável para o grupo dirigente do momento”, o que sem dúvida está relacionado à necessidade de se manter a dominação política.

A materialização da Seguridade Social “[...] é profundamente dependente da capacidade estatal de garantir os recursos necessários a sua sustentabilidade

orçamentária e financeira”. Portanto, há uma relação intrínseca entre política econômica e orçamento da seguridade social. (BOSCHETTI; SALVADOR, 2006, p.26)

Na Constituição Federativa Brasileira de 1988 ocorre a institucionalização legal do Estado de Bem-Estar Social no Brasil. Havia grandes expectativas de que com as conquistas legais consubstanciadas na Constituição Federativa Brasileira de 1988 fosse possível reduzir a níveis toleráveis

[...] o que os próprios segmentos das classes dominantes então denominavam “dívida social” [...] O essencial da Constituição de 1988 apontava para a construção - pela primeira vez assim posta na história brasileira – de uma espécie de Estado de bem-estar social. (NETTO, 1999, p.77, destaque do autor)

As conquistas expressas na Constituição ocorrem justamente quando assiste-se no cenário internacional ao avanço do neoliberalismo que apregoa: privatizações, Estado Mínimo, redução de gastos com políticas públicas, sacralização do mercado e difusão de um individualismo exacerbado.

Na experiência fordista-keynesiana, os sistemas de seguridade social foram ampliados por força das negociações entre empresas, sindicatos e instituições do Estado, enquanto nas experiências pós-fordistas, sob o influxo das idéias neoliberais, a tendência é de privatizar os programas de previdência e saúde e ampliar os programas assistenciais, em sincronia com as mudanças no mundo do trabalho e com as propostas de redirecionamento da intervenção social do Estado. (MOTA, 2006, p.121-122)

Vieira (2004) aponta o desmonte dos serviços sociais que vem ocorrendo a partir das diretrizes neoliberais e qual a política social proposta.

Dá-se a mercantilização, a transformação dos serviços sociais que eram direitos sociais e representavam e asseguravam as mínimas condições de vida para as pessoas. Tais direitos, transformaram-se em mercadorias, em serviços sociais vendidos no mercado. A política social do neoliberalismo atende aos indigentes, ou seja, àqueles que não têm meios de gerar a mínima renda. Mas isso não é política social, porque ela não quer dizer um serviço de distribuição de sopa, de distribuição de leite. (VIEIRA, 2004, p.107)

De acordo com o ideário neoliberal, as políticas de saúde e educação passam a ser privatizadas, tornando-se mercadoria, portanto, terão acesso a elas quem

puder pagar. São voltadas para o consumidor e não para o cidadão. Já a política de assistência social, por estar voltada a segmentos da população com baixas condições de consumo, é marcada por dois processos principais: a focalização (o Estado passa a destinar sua atenção para os segmentos mais pobres da população) e a refilantropização (repasse das responsabilidades estatais para Entidades Sociais, Organizações Não-Governamentais e grupos empresariais) e dessa maneira esvazia-se a sua recente concepção de direito.

Compartilhando do ideário neoliberal, o primeiro governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-1998) mostra sua clara vinculação ao projeto político do grande capital, fica evidente a maneira como são tratadas as políticas sociais neste governo: ocorre contenção ou redução de recursos alocados para políticas sociais, manipulação de receitas e protelamento da aprovação ou deformação dos diplomas legais a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) é um exemplo).

Nos governos Fernando Henrique Cardoso, a assistência social foi tratada com fortes influências dos pressupostos da solidariedade e do trabalho voluntário e das parcerias. [...] O mesmo pode ser dito para o Programa Fome Zero do governo Lula, amparado no caldo cultural da solidariedade, despido de qualquer conteúdo classista. (MOTA, 2006, p.102)

Paiva discute a tendência de convocar a sociedade para atos de solidariedade e em contrapartida o Estado vai se desresponsabilizando das suas atribuições:

O Programa Comunidade Solidária no Brasil e o Pronasol no México, ao longo dos anos 90, produziram um alto custo social para a sociedade, pois o reverso da moeda da participação tão exaltada era a desresponsabilização estatal e precarização dos serviços básicos, uma vez relegados à esfera da solidariedade. (PAIVA, 2006, p.8)

Para referendar e detalhar o exposto na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, em 1993 é promulgada a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), Lei Federal N.º 8.742, de 09 de dezembro de 1993. Sposati (2005), estudiosa e militante dessa política pública, na IV Conferência Nacional de

Assistência Social, proferiu palestra intitulada “A Menina LOAS”, título esse que traz à tona em termos históricos a pouca idade da citada lei.<sup>5</sup>

Cabe a ressalva de que os trabalhadores da LBA e a mobilização de alguns segmentos da sociedade tiveram importante contribuição na aprovação da LOAS. A LBA foi extinta em 1995 e seus trabalhadores, que detinham conhecimento e experiência na área, foram espalhados por diferentes instituições, o que de certa forma dificultou a apropriação dessa herança histórica.

A Assistência Social é uma política de proteção social que articulada a outras políticas sociais deve estar voltada para garantir direitos e condições dignas de vida:

Artigo 1º - A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto articulado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas. (BRASIL, 2004b, p.80)

A LOAS reforça a exigência da existência dos Conselhos, Planos e Fundos de Assistência Social nas três esferas de governo: Federal, Estadual e Municipal.

Os Conselhos de Assistência Social tem caráter permanente, natureza deliberativa e composição paritária, ou seja, metade dos conselheiros são representantes da sociedade civil e a outra metade do poder público. As eleições dos representantes da sociedade civil devem ser realizadas em fórum próprio e com autonomia com relação ao poder público. Já os conselheiros do poder público são indicados pelo chefe do Poder Executivo (presidente, governador e prefeito).

De acordo com pesquisa realizada pelo IBGE (2006, p.42) sobre o perfil da Assistência Social, os Conselhos Municipais de Assistência Social estão presentes em 98,8% dos municípios brasileiros.

Com relação à atuação dos Conselhos no Brasil Campos (2006) traz uma importante contribuição ao afirmar que o controle social pressupõe, por um lado, governantes democráticos, dispostos a partilhar o poder com a sociedade civil e, por outro lado, a existência de uma sociedade civil mobilizada e organizada. Completa que:

---

<sup>5</sup> Os trabalhadores da LBA reuniram-se nas Associações Estaduais dos Servidores da LBA (ASSELBAs) e na Associação Nacional dos Servidores da LBA (ANASSELBA) e foram importantes atores na luta pelo nascimento da LOAS e do Sistema Único de Assistência Social.

Do ponto de vista histórico e empírico, estas condições inexistem no Brasil. Do lado dos governantes, mesmo considerando a existência de importantes inovações na gestão pública, inclusive na esfera municipal, com as experiências de orçamento participativo, o predominante é a existência de governos tradicionais, gestores centralizadores, autoritários, muitas vezes questionáveis no quesito da probidade administrativa e pouco abertos ao diálogo com os diferentes segmentos sociais. (CAMPOS, 2006, p.106)

Cardoso (2006) alerta para que os Conselhos não sejam “braços burocratizados do Estado”, o que significa que se restrinjam a aprovar Planos e atas, sem discutir a Política de Assistência Social e seus rumos. Permanece o desafio de qualificação desses espaços.

Os planos de Assistência Social devem conter as diretrizes, os principais objetivos e o planejamento dessa política pública por um determinado período. “O plano é o contrato que o governo estabelece com a sociedade. É, desta forma, um referencial insuprimível para o exercício do controle social.” (CAMPOS, 2006, p.113) Trata-se também de um instrumento-chave na superação das improvisações que marcam essa política.

O Plano Plurianual de Assistência Social é elaborado a cada quatro anos. Conforme o IBGE (2006, p.38), 91,4% dos municípios brasileiros possui Plano Municipal de Assistência Social, dentre estes 96,2% relataram realizar processo de monitoramento e avaliação do citado plano.

Também são obrigatórios os Fundos de Assistência Social, pelos quais devem passar os recursos a serem utilizados na Política Pública de Assistência Social, o que facilita o controle social e transparência com relação à destinação dos recursos.

Em 2005, o percentual de recursos próprios dos municípios destinados à função assistência social, em relação ao total de recursos previstos do município era em média, de R\$950 mil, por município – o que corresponde a apenas 3,1% do total do orçamento municipal [...]. (IBGE, 2006, p.68)

A LOAS traz também o Benefício de Prestação Continuada (BPC), benefício esse voltado para pessoas com deficiência e idosos (com idade igual ou acima de 65 anos), sem condições de prover a sua subsistência e nem tê-la provida pela sua família. No caso da pessoa com deficiência além da idade e do critério de renda exige-se que esteja incapacitado para o trabalho e para a vida independente.

O critério de renda para obtenção do BPC é o de menos de um quarto do salário mínimo per capita por membro da família solicitante, o que deixa claro o público-alvo a que se destina: aos mais pobres dentre os pobres.

Com a aprovação do Estatuto do Idoso (Lei Federal Nº 10.741, de 01 de outubro de 2003) o benefício de prestação continuada pode ser destinado a dois idosos numa mesma família, ou seja, não é considerado renda para o cálculo do per capita, quando tratar-se de idoso.

O principal avanço da Constituição Federativa Brasileira e da LOAS é o reconhecimento legal de que a Assistência Social é um direito social. Tal reconhecimento não implica que automaticamente sejam superadas as concepções e práticas de assistência social permeadas de assistencialismo, favor, benesse, caridade, clientelismo.

Apesar disto, Cardoso (2006) considera que a partir da Constituição Federativa Brasileira de 1988 e da LOAS ocorre uma mudança de paradigma da Assistência Social no que concerne a transição do favor, da caridade para o direito social. No entanto, persiste a distância entre o previsto e o existente.

Concorda-se com Vieira (2004, p.29) que não há direito sem sua realização e embora a legislação traga uma concepção de Assistência Social como direito social, na realidade convivem diversas concepções e práticas que não coincidem com o conteúdo legal, ou seja, embora haja um “discurso competente” (expressão utilizada por Marilena Chauí) que incorpora os avanços legais, na realidade verifica-se a permanência de fortes ranços do assistencialismo, do favor e da concepção de política pobre para o pobre.

Portanto, “[...] permanece na Assistência Social brasileira uma imensa fratura entre o anúncio do direito e sua efetiva possibilidade de reverter o caráter cumulativo dos riscos e vulnerabilidades que permeiam a vida de seus usuários”. (YAZBEK, 2004, p.26)

A LOAS prevê também a realização das Conferências de Assistência Social, que ocorrem a cada dois anos, iniciam-se nos municípios, depois realizam-se as Conferências Estaduais, e por último a Conferência Nacional de Assistência Social, que deve sintetizar todo esse processo iniciado nos municípios.

A IV Conferência Nacional de Assistência Social, que ocorreu em Brasília em 2003 é também um marco para a história da Política Pública de Assistência Social.

Nessa Conferência, reunindo propostas de todo o Brasil deliberou-se a implantação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) em todo o território nacional.<sup>6</sup>

Em consonância com a deliberação acima citada em setembro de 2004 foi lançada no Governo Lula a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), trazendo as diretrizes gerais para a implantação do SUAS.

Para a concretização da Política Pública de Assistência Social como direito social conforme disposto na legislação brasileira vigente são muitos os limites existentes. Um desses limites é a brutal desigualdade social existente no país.

Concorda-se com Yazbek (2006, p.57) que no trato das desigualdades sociais “[...] o Estado legitima instituições, políticas e profissionais, entre os quais, o assistente social, comumente reconhecido como o ‘profissional da assistência’”.

Outro grande limite diz respeito à maneira como o público foi se constituindo no Brasil, fortemente marcado pelo mandonismo local, atrelado a vida dos coronéis, voltado aos interesses privados e baseado na “ideologia do favor” (expressão utilizada por Roberto Schwarz) e no compadrio. “[...] o favor atravessou e afetou no conjunto a existência nacional [...]. Esteve presente por toda parte, combinado-se as mais diversas atividades [...]. O favor é nossa mediação quase universal [...]”. (SCHWARZ, 1988, p.16)

Importante balizamento a respeito da maneira como as relações sociais historicamente trazem a marca do privilégio ao invés do direito é formulado por Vieira (2004, p.77):

[...] aqui se firmou o princípio do privilégio e não o princípio da igualdade, ou mesmo da liberdade. Basta passar os olhos nas Constituições e nas legislações para concluir que aqui se firmaram o latifúndio sem investimento, a utilização irracional e injusta da riqueza, a regalia dos militares, o assistencialismo, a caridade dos poderosos e particularmente o favor, uma das chaves da corrupção.

Outra questão que dificulta a realização da Política de Assistência Social como direito é o receio, equivocado, de se perder uma importante moeda de troca na relação com os eleitores. Historicamente os benefícios e serviços sociais prestados à população no Brasil ao invés de direito, muitas vezes se transformam em dívidas, em favores que deverão ser retribuídos nos momentos oportunos.

---

<sup>6</sup> Conforme Sposati (2006) o primeiro documento que propõe o SUAS foi elaborado em 1990 pela ANASSELBA e desde a primeira Conferência Nacional de Assistência Social, que ocorreu em novembro de 1995 houveram manifestações e deliberações pela institucionalização do SUAS.



Além disso, temos um aparelho estatal que não valoriza os profissionais que nele atuam, sem oferecer-lhes sequer possibilidade de plano de carreira, de formação permanente<sup>7</sup>. Em algumas situações os funcionários públicos não têm sequer autonomia para a realização das suas atribuições. As decisões, embora avanços já tenham ocorrido, permanecem centralizadas nas mãos de poucas pessoas, pessoas essas que em alguns casos não tem formação específica ou perfil para atuar nessa política pública.

Uma estudiosa do assunto ao tratar da implantação do SUAS no Brasil deixa claro sua preocupação com os recursos humanos dessa política pública:

Tal projeto requer, porém, o preenchimento de um importante hiato: a precariedade técnica e teórica dos operadores dessa política pública, em termos de saberes, mas, sobretudo, em termos de condições de trabalho: infra-estrutura institucional e valorização salarial e a complexa densidade política e também teórico-metodológica que o campo sócio-assistencial requer. (PAIVA, 2006, p.11)

Outro entrave são os recursos insuficientes destinados a Política Pública de Assistência Social. Embora também estejam ocorrendo pequenos avanços, não há percentual do orçamento obrigatório destinado a ela, diferentemente do que ocorre com as políticas de Saúde e Educação. Mediante isso, o orçamento para a área da Assistência Social fica volúvel às opiniões e prioridades dos governantes.

O Prof. José Paulo Netto (2004, p.15), analisando o governo Lula expõe que foi adotado por este governo, assim como já ocorria com seu antecessor, a idéia de que a saída para saldar a “dívida social” brasileira é o crescimento econômico. Expõe ainda que sem crescimento é óbvio que não haverá como resgatar a famosa dívida social, mas só o crescimento econômico não garantirá nenhuma redução na mesma.

[...] é necessário conjugar o crescimento com uma ampla e eficiente política de desconcentração da propriedade para que se torne viável uma política de redistribuição de renda, e nenhum passo nessa direção aparece minimamente ensaiado e/ou projetado. [...] Enquanto se espera o “espetáculo do crescimento”, as expressões da chamada questão social se agravam. (NETTO, 2004, p.15, destaque do autor)

---

<sup>7</sup> Sintonizado com essa necessidade o Governo Federal elaborou e o Conselho Nacional de Assistência Social aprovou em dezembro de 2006 a Norma Operacional de Recursos Humanos do SUAS (NOB-RH/SUAS).

Ademir Alves Silva (2005, p.3) destaca que entre os principais desafios para a implantação do Sistema Único de Assistência Social está a questão do financiamento. “O capital não quer financiar o social. E o mercado não tem compromisso com os direitos sociais. Historicamente, procurou-se desonerar o capital quanto aos custos da reprodução social dos trabalhadores”.

O autor aponta que será necessário “redefinir as prioridades da política macro-econômica que tem privilegiado a constituição do superávit primário para o pagamento dos juros da dívida externa em prejuízo dos investimentos sociais”. (SILVA, A. A., 2005, p.3)

De acordo com estudos realizados por Boschetti e Salvador (2006) de 2002 a 2004 foram desviados do Orçamento da Seguridade Social R\$45,2 bilhões e “[...] o Brasil pagou mais de R\$157 bilhões em juros da dívida, em 2005. Esse valor é quatro vezes superior a todo gasto da União com Saúde em 2005 e dez vezes mais o montante dos recursos aplicados na política de assistência social.” (BOSCHETTI; SALVADOR, 2006, p.52)

Compartilha-se das idéias de Boschetti e Salvador (2006, p.29) que o orçamento não é apenas matéria de natureza técnica, ao contrário, é resultado e revela orientações políticas, que podem favorecer o capital ou o trabalho.

Assim, a proteção social no Brasil não se apoiou firmemente nas pilstras do pleno emprego, dos serviços sociais universais, nem armou, até hoje, uma rede de proteção impeditiva da queda e da reprodução de extratos majoritários da população na pobreza extrema. Além disso, dada à fragilidade das instituições democráticas nacionais, política social brasileira teve seus momentos de expansão justamente nos períodos mais avessos à instituição da cidadania: durante os regimes autoritários e sob o governo de coalizações conservadoras. Isso deu ensejo à prevalência de um padrão nacional de proteção social com as seguintes características: ingerência imperativa do poder executivo; seletividade dos gastos sociais e da oferta dos benefícios e serviços públicos; heterogeneidade e superposição de ações; desarticulação institucional, intermitência da provisão; restrição e incerteza financeira. (PEREIRA, 2000, p.125-126)

Apesar das dificuldades anteriormente sinalizadas, os avanços do marco legal não podem ser subestimados, pois o SUAS é um avanço, avanço este que traz novos desafios, sem que os antigos tenham sido superados.

O SUAS traz a proposta de organização dos serviços e ações da área da Assistência Social em duas modalidades principais: Proteção Social Básica e Proteção Social Especial.

A Proteção Social Básica é voltada para indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade social e devem ter como referência ações de prevenção ao risco pessoal e social. A sua maior marca são os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS's), os quais devem estar localizados nos territórios considerados e diagnosticados como os de maior número de famílias em situação de vulnerabilidade social.

A Proteção Social Especial congrega os serviços, programas, projetos e ações voltados para indivíduos e famílias em situação de risco social, entendidas como aquelas situações em que os vínculos familiares e comunitários estão tênues ou rompidos.

Os grandes princípios do SUAS são: a matricialidade sócio-familiar e a territorialidade. A família, como matriz, busca superar a fragmentação do atendimento representada dentre outras maneiras pelos segmentos: criança e adolescente, pessoa com deficiência, idoso, mulher e assim por diante. Por outro lado representa o risco de culpabilizar a família por suas dificuldades, por isso exigirá de todos os envolvidos uma visão de totalidade dos processos que geram as desigualdades de renda e de oportunidades.

O que hoje está pactuado e é cobrado desta política pública é o trabalho com famílias, na e com a comunidade, o que exigirá dos profissionais envolvidos, inclusive dos assistentes sociais um resgate dos trabalhos de comunidade e de educação popular e um esforço coletivo para uma mudança de concepção e de prática da política pública de Assistência Social.

Outra matriz passa a ser o território onde indivíduos e famílias, vivem e se relacionam. Traz a perspectiva de um trabalho com a comunidade, o que implica um resgate crítico pelos assistentes sociais das experiências com desenvolvimento de comunidade.

Além da matricialidade familiar e da territorialidade é fundamental para o sucesso do SUAS a intersetorialidade: conjugação de esforços de todas as políticas sociais, dos atores sociais, das iniciativas da sociedade civil, planejando, executando e avaliando juntos as ações em determinado território para que, de fato, haja impacto e mudança na realidade das famílias atendidas.

O arcabouço legal da Assistência Social conta também com a Norma Operacional Básica (NOB 01-2005) em substituição a anterior.

Concorda-se com Sposati (2006, p.102) que o SUAS não é um produto do inesperado, “[...] resulta de quase vinte anos de luta na assistência social e do aprendizado com a gestão da saúde, em particular com o SUS”. Enfim, é um produto coletivo.

Por se tratar de um processo altamente recente nesse estudo não pretendemos e nem há condições favoráveis para uma avaliação da implantação do SUAS no Brasil, por isso não nos deteremos a ele. Isto posto, afirma-se que parte do sucesso ou insucesso desse “projeto” depende do conhecimento que os gestores, profissionais e demais envolvidos com essa Política Pública tenham das condições de vida e trabalho da população demandatária de Assistência Social.

Aliás, até hoje, essa base científica necessária não se instalou no âmbito nacional. Não há alianças da gestão nacional da assistência com a produção de conhecimentos sobre a população com quem trabalha. Permanece o ensaio e erro, o que é lamentável. (SPOSATI, 2005, p.32)

A realização desse intento depende do rompimento com o conservadorismo vigente em grande parte das ações da Assistência Social, que não conta com a participação dos seus usuários, que desacredita das suas potencialidades e reforça suas dificuldades. É indispensável insistir na centralidade da participação popular nesse novo desenho da Política Pública de Assistência Social.

É necessário a internalização dessa diferente concepção que aponte para uma diferente maneira de realizá-la, com mais humanidade, qualidade e resolutividade, embora já seja desumano uma sociedade com amplos segmentos dela que careçam de Assistência.

Os envolvidos com as discussões pertinentes à Política de Assistência Social na atualidade confirmam a necessidade de diagnósticos precisos da realidade, é imprescindível conhecer quem são os usuários e por que o são, onde e como vivem, o que esperam das políticas públicas, o que recebem e o que propõem (desde que seja-lhe proporcionado este espaço de efetiva participação, traço este que normalmente não faz parte das políticas sociais no Brasil).

Conforme disposto na Política Nacional de Assistência Social (BRASIL, 2004c, p. 27) constitui público usuário da Política de Assistência Social:

[...] cidadãos e grupos que se encontram em situações de vulnerabilidade e riscos, tais como: famílias e indivíduos com perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade; ciclos de vida; identidades estigmatizadas em termos étnico, cultural e sexual; desvantagem pessoal resultante de deficiências; exclusão pela pobreza e, ou no acesso as demais políticas públicas; uso de substâncias psicoativas, diferentes formas de violência advinda do núcleo familiar, e indivíduos; inserção precária ou não inserção no mercado de trabalho formal e informal; estratégias e alternativas diferenciadas de sobrevivência que podem representar risco pessoal e social.

É necessário ter dados confiáveis que realmente retratem a realidade concreta no que tange à população usuária da Política de Assistência Social. Na Política Nacional de Assistência Social de 1999 foi admitida formalmente esta dificuldade.

Importante reflexão da importância do conhecimento da realidade é realizada por Mota, Maranhão e Sitcovisky (2006, p.173, destaque do autor), os quais apontam o desafio posto à profissão e à formação profissional:

[...] a capacidade de conhecer a realidade social sem sucumbir aos recortes e fragmentos das problemáticas sociais, posto que a multiplicidade das refrações da “questão social” invoca uma complexidade que não permite submetê-la aos modelos formal-abstrato de conhecimento e intervenção. Trata-se pois de partir da singularidade daqueles fenômenos para remetê-los à totalidade, apanhando no real as determinações concretas como meio heurístico mais qualificado para apreender as particularidades históricas sobre as quais incidirá a Política Pública de Assistência Social.

Sposati (2006) traz à tona alguns dos importantes desafios postos a efetivação da Política Pública de Assistência Social como direito social: superar a concepção de que a Assistência Social ao trabalhador esteja em contraposição à garantia de acesso ao trabalho; romper a identidade da assistência social como forma de amparo benevolente a pobres e desamparados e romper o uso corrente que vincula a assistência social com a pobreza e não com a cidadania.

Esses três elementos exigem conceituar criticamente a política de assistência social articulada no campo do trabalho e não como sua oposição. O pensamento liberal leva a entender que a demanda por assistência social decorre de uma falha salarial. No caso, obtido um emprego e salário não é mais necessária a atenção de assistência social. Desta noção vem o entendimento de que ela seja compensatória e dispensável ou então que ela seja uma forma de tutela e não de direito. (SPOSATI, 2006, p.113)

É necessário questionarmos qual tem sido o papel da Política de Assistência Social nos moldes que tem na sociedade vigente, nas condições de vida da população demandatária, na disposição de informações relevantes para as classes subalternas, evitando as posturas fatalista e messiânica, ou seja, realizando uma análise a partir da história e do movimento das classes sociais. Esse papel tem sido preponderantemente o de “administradora da miséria e da pobreza”; a dimensão coletiva não tem sido suficientemente trabalhada e a participação popular efetiva não tem sido o seu eixo.

É necessário atentar para a relevância que a Política de Assistência Social tem conquistado; não é possível negar o esforço de militantes nessa área, entre eles, os assistentes sociais para que ela seja efetivada como política pública, por outro lado, permanece o risco de estarem investindo cada vez mais em políticas compensatórias, seletivas e focalizadas, o que corresponde ao enxugamento do Estado e aos ditames neoliberais.

[...] as políticas sociais, em particular a assistência social, não passam de ações focais, temporárias e compensatórias, justificadas em nome da crise fiscal do Estado. Elas atingem apenas um setor da população, o mais pobre entre os pobres, não chegando a constituir direitos de todas as pessoas. (MOTA, 2006, p.144-145)

Mota (2006) traz importantes questionamentos relacionados à centralidade que a assistência social vem ganhando: até quando as classes dominantes e o seu Estado poderão tratar a pobreza como uma questão de assistência social? Outro importante questionamento: em que medida a assistência social conseguirá absorver a função integradora à ordem social, antes pertencente ao trabalho assalariado?

A investida da classe dominante contra a seguridade social brasileira tratou de inflexionar o padrão de enfrentamento à “questão social”, dotando a política de assistência social de uma centralidade no trato das contradições sociais. Esta transformação, do nosso ponto de vista, deu-se de maneira que a assistência social deixa de ser uma política de acesso às demais políticas setoriais assumindo uma centralidade na política social. (MOTA, 2006, p.94, destaque do autor)

Tais reflexões trazem outro questionamento: a centralidade da Política de Assistência Social na política social responde a quais interesses? Há um risco de que ela assuma funções audaciosas demais diante dos recursos que dispõe e da própria maneira como está organizada essa sociedade. Por outro lado, tem respondido a algumas necessidades das famílias de baixa-renda, embora de forma insuficiente.

É notória a expansão dos programas de transferência de renda, estes têm sido o principal eixo da Política Pública de Assistência Social na atualidade, o que se confirma com a frase a seguir:

Portanto, fica candente que a afirmação da assistência social no Brasil, no campo dos direitos sociais e a sua recente expansão, vêm sendo operada via programas de transferência de renda. O esteio desta tendência foi a formulação do programa Bolsa-Família, responsável atualmente por onze milhões de famílias usuárias, no qual foram investidas R\$ 4.504.165.060,00 no ano de 2005, aproximadamente, 30% dos recursos do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS. (MOTA, 2006, p.99-100)

Os programas de transferência de renda embora sejam fundamentais não são suficientes para realizar direitos sociais e propiciar proteção social. A grande necessidade da população continua sendo o trabalho.

Cabe, neste momento, afirmar que na impossibilidade de garantir o direito ao trabalho – quer pelas condições que assume o trabalho no capitalismo contemporâneo, quer pelo nível de desemprego estrutural no qual nos encontramos, ou, ainda pela orientação da política econômica posta em prática o Estado amplia o campo de atuação da assistência, assumindo como usuários da mesma os aptos para o trabalho. Ou seja, em tempos de crise, a assistência social incide tanto junto aos pobres e miseráveis, como aos desempregados, os desqualificados para o mercado de trabalho, além dos tradicionalmente inaptos para produzir. (MOTA; MARANHÃO; SITCOVSKY, 2006, p.170)

Mediante o exposto acredita-se que a política de Assistência Social tem sua importância na vida dos seus usuários, e é relevante que os assistentes sociais e demais profissionais envolvidos continuem lutando estrategicamente pela sua afirmação como direito social, mas em nenhum momento essa política pública e, nenhuma outra, tem condições e deve assumir para si o lugar ocupado pelo trabalho na sociedade.

Estas constatações parecem apontar para algo que não vem sendo posto no debate: a Assistência Social no século XXI está adquirindo a condição de mecanismo integrador, em lugar do papel desempenhado pelo trabalho assalariado. Aqui, o maior destaque fica por conta dos programas de transferência de renda e pela condição de política estruturadora que a PNAS tenderá assumir nos municípios brasileiros. No nosso entender esta é a maior tensão presente na Política de Assistência Social haja vista a impossibilidade estrutural dela assumir esse papel. (MOTA; MARANHÃO; SITCOVSKY, 2006, p.175-176)

Por outro lado, tal tensão não pode nos levar há um imobilismo e a desconsiderarmos os avanços conquistados até o momento. Mais do que nunca o recurso da crítica e da pesquisa devem ser utilizados, o aporte teórico deverá iluminar nossas ações e deverá haver um esforço para conhecermos quem são os usuários dessa Política Pública e para revertermos os resquícios autoritários que a marcam e que dificultam a participação dos seus usuários no seu planejamento.

Afinal, concorda-se com Cohn et al (1987, p.92 apud Yazbek, 2006, p.21, destaque do autor):

Quanto à população alvo dessas ações políticas e particularmente da assistência social, é importante recordar que a alternativa de desenvolvimento adotada pelo poder econômico gerou, conforme referimos anteriormente, para a maioria da população brasileira, um quadro de degradação das condições de vida e, assim sendo, hoje recorrem aos programas de assistência social, não uma “minorias”, mas grandes contingentes populacionais nos quais se incluem também segmentos que integram o mercado formal de trabalho”.

Urge a necessidade de estudos que relacionem a necessidade da Assistência Social em decorrência da precarização do mundo do trabalho e este é um desafio que o presente estudo enfrenta.



### *1.2.2 A Política de Assistência Social desenvolvida no município de Pitangueiras/SP*

A presente pesquisa foi realizada no município de Pitangueiras, localizado na região noroeste do Estado de São Paulo, com 34.190 habitantes (IBGE, on-line), portanto, de acordo com a classificação da Política Nacional de Assistência Social (2004) é considerado município de pequeno porte II (com população entre 20.001 a 50.000 habitantes). Pertence à região administrativa de Ribeirão Preto (SÃO PAULO, on-line) e a microrregião de Jaboticabal (IBGE, on-line). Tem como municípios vizinhos: Sertãozinho, Jaboticabal, Viradouro e Bebedouro.

A região de Ribeirão Preto, situada no nordeste do Estado de São Paulo, é considerada a responsável por capitanear o processo de modernização das usinas de açúcar e álcool mediante a mecanização da cana-de-açúcar (SILVA, M. A. M., 2004, p.29). Ribeirão Preto é conhecida há tempos como “Califórnia Brasileira” e mais recentemente como a “Capital do Agronegócio”.

A maior parte da população de Pitangueiras vive na cidade (95,41%), apenas 4,59% da população mora na zona rural. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é 0,764, portanto, inferior à média do Estado de São Paulo (0,814). (SÃO Paulo, on-line)

O referido município está localizado numa das áreas agrícolas considerada das mais ricas do Brasil, mas como ocorre nas demais cidades brasileiras, neste espaço convivem muitas desigualdades.

Estão sediadas no município de Pitangueiras/SP três Usinas e a sobrevivência de grande parcela da população está alicerçada na cultura da cana-de-açúcar. Prova disto está em um levantamento que é sistematicamente realizado pelo Ministério do Trabalho e do Emprego (MTE), por meio do Cadastro Geral dos Empregados e Desempregados do Mercado Formal (CAGED).

O CAGED é voltado para os trabalhadores regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) em empresas (setor privado). As empresas mensalmente informam ao citado Ministério o número de admissões e desligamentos relativos ao emprego assalariado celetista.

Nos meses de janeiro de 2003 a janeiro de 2005 em Pitangueiras/SP dentre as ocupações que mais admitiram o ranking é liderado pelo trabalhador da cultura de cana-de-açúcar, o qual lidera também o ranking dos desligamentos. No período

analisado ocorreram 7.667 admissões do “trabalhador da cultura da cana-de-açúcar” e 8.421 desligamentos, resultando um saldo negativo de menos 754 trabalhadores.

No período de janeiro de 2005 a fevereiro de 2006, foram admitidos 5.227 trabalhadores da cultura da cana-de-açúcar e desligados 5.014, com um saldo positivo de 213 trabalhadores. De abril a dezembro de 2006, período que compreende o início e o fim da safra da cana-de-açúcar, foram 2.861 admissões, 4.030 desligamentos e o saldo de negativo de 1.169. E por último, no período de janeiro a junho de 2007 (engloba o início da safra), foram admitidos 3.512 trabalhadores da cultura da cana-de-açúcar, 292 demitidos e restou um saldo positivo de 3.220 trabalhadores.

O Plano Municipal de Assistência Social (PITANGUEIRAS, 2001, p.8) aponta o peso que a cultura da cana-de-açúcar teve na história do município “[...] na década de 70, com o incentivo do Pró-Álcool surge uma nova cultura que veio mudar a paisagem do município que passou a assumir uma característica agroindustrial”. O plano seguinte (PITANGUEIRAS, 2005) traz a mesma afirmação.

A Lei Municipal Nº 1.790/96, de 27 de setembro de 1996, dispõe sobre a Política Municipal de Assistência Social de Pitangueiras/SP e dá outras providências, amparada na LOAS, cria o Conselho Municipal de Assistência Social e o Fundo Municipal de Assistência Social. Portanto, o município atende ao disposto na LOAS, com relação a obrigatoriedade do funcionamento do Conselho e Fundo Municipais de Assistência Social, bem como, da existência do Plano Municipal de Assistência Social.

O Conselho Municipal de Assistência Social de Pitangueiras/SP possui a seguinte composição: cinco representantes do Poder Público (representantes das seguintes secretarias: Secretaria de Promoção Social, Secretaria de Saúde, Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Turismo, Secretaria de Finanças e um representante do Fundo Social de Solidariedade). E cinco representantes da Sociedade Civil (três representantes dos prestadores de serviço da área, sendo: representante de atendimento da infância e adolescência, representante de atendimento ao idoso, representante de atendimento ao portador de deficiência; um representante dos profissionais da área da Assistência Social e um representante de organização de usuários ou sindicatos).

O município conta com algumas Entidades Sociais: Casa da Criança Nilza Leone (atende crianças de 0 a 06 anos de idade); Casa Assistencial Espírita Miguel

Arcanjo da Silva (CAEMAS - atende crianças e adolescentes no período contrário ao escolar); Instituição Maria Gianni de Andrade (atende adolescentes de 12 a 17 anos no período adverso ao escolar com atividades e cursos profissionalizantes); ABC da Cultura e Educação (atividades culturais e artísticas para crianças e adolescentes de 07 a 17 anos); Grupo para Recuperação de Alcoólatras de Pitangueiras (GRAP); Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), o Asilo São Vicente de Paulo (abrigo para idosos) e a Instituição Hélia Perroni Marchesi (abrigo para crianças).

O município conta com um órgão gestor denominado Secretaria Municipal de Promoção Social, criada pela Lei Municipal Nº 1.172, de 04 de novembro de 1.985; esta possui os seguintes cargos de chefia: Secretária e Gestor de Assistência Social. Em 2005 foi instalado o primeiro Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) em Pitangueiras, em um território onde estão concentradas grande parte das famílias em situação de vulnerabilidade social.

Os recursos humanos do órgão gestor são: seis assistentes sociais, um guarda, duas auxiliares de serviços gerais, dois motoristas, uma telefonista, uma recepcionista, duas digitadoras, dois estagiários de áreas diversas e duas estagiárias de Serviço Social.

O município de Pitangueiras/SP engloba o distrito de Ibitiúva, no qual há também uma sala da Secretaria Municipal de Promoção Social anexa a Unidade Básica de Saúde com uma assistente social.

A Secretaria Municipal de Promoção Social além da sede da mesma e da sala do Serviço Social no distrito de Ibitiúva possui os seguintes equipamentos: Centro de Integração do Menor e Comunidade (CIMEC) – atende crianças e adolescentes no período contrário ao escolar com atividades culturais, artísticas, esportivas e artesanais; Centro de Referência da Assistência Social (CRAS); sede da Terceira Idade – local onde são realizadas atividades voltadas para os idosos; e local destinado para geração de renda com dois projetos principais: padaria artesanal e malharia (coordenados pelo Fundo Social de Solidariedade do município).

São desenvolvidos pela Secretaria Municipal de Promoção Social de Pitangueiras/SP os seguintes programas de transferência de renda:

Bolsa-Família: programa do governo federal destinado a famílias que possuam renda per capita de até R\$120,00. As famílias contempladas recebem de

R\$15 à R\$95,00<sup>8</sup>. O valor que cada família receberá dependerá da sua renda per capita e do número de crianças e adolescentes que compõem o grupo familiar. As famílias que possuem uma renda per capita de até R\$60,00 recebem um benefício fixo de R\$50,00 mais R\$15,00 por criança ou adolescente (até 15 anos e 11 meses). Já as famílias que tem o per capita entre R\$60,00 e R\$120,00, recebem o benefício variável de R\$15,00 por criança ou adolescente. Das famílias participantes são exigidas que sejam cumpridas algumas condicionalidades: as crianças e os adolescentes devem ter mais de 85% de frequência escolar, manter a vacinação atualizada, e principalmente as crianças, as nutrízes e gestantes devem realizar acompanhamento nas Unidades Básicas de Saúde. Atualmente recebem o Programa Bolsa-Família em Pitangueiras 1.336 famílias.

Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI): programa do governo federal que tem como principal objetivo a retirada das crianças e adolescentes do trabalho infantil, com prioridade para aqueles que estão envolvidos em trabalhos penosos e degradantes. Atende crianças e adolescentes com idade entre 07 e 15 anos que estão trabalhando. Em Pitangueiras/SP estão inseridas no PETI 34 crianças e adolescentes.

Renda Cidadã: programa do governo do Estado de São Paulo destinado às famílias que possuam renda de um salário mínimo e excepcionalmente de até dois salários mínimos. Cada família participante do programa recebe R\$60,00 por mês, por doze meses, podendo ser prorrogado por igual período. Além da frequência escolar e da vacinação, as famílias devem participar de reuniões sócio-educativas e de outras atividades propostas pelos municípios como cursos profissionalizantes, palestras, dentre outros. O município atende 110 famílias.

Ação Jovem: projeto do governo do Estado de São Paulo que tem como objetivo promover a inclusão social de jovens com ensino fundamental e ou médio incompletos e em situação de vulnerabilidade social. Destina-se a jovens de 15 a 25 anos. O jovem recebe R\$60,00 por mês por doze meses, podendo ser prorrogado por igual período. Seu principal compromisso é o retorno para a escola e a frequência e aproveitamento escolar. O município atende 50 jovens.

---

<sup>8</sup> Os valores pagos para as famílias contempladas com o Programa Bolsa-Família sofrerão um reajuste de 18,25% a partir de agosto de 2007, assim sendo, o benefício básico passará de R\$50,00 para R\$58,00 e o benefício variável de R\$15,00 para R\$18,00. Os benefícios passam a variar de R\$18,00 a R\$112,00.

A Secretaria Municipal de Promoção Social desenvolve o Projeto Alimentando a Cidadania que consiste no fornecimento de cesta básica mensal para famílias em situação de extrema vulnerabilidade social. Participam desse projeto 154 famílias. A Secretaria desenvolve também o Projeto Nascer Feliz, trata-se de um curso para gestantes com duração de 03 meses, com encontros semanais contando com diversos profissionais para orientação das mesmas. No final do curso as gestantes recebem um enxoval para o bebê.

Na sede da Secretaria Municipal de Promoção Social é realizado o plantão social, com o objetivo de prestar atendimento à população de baixa-renda em suas necessidades básicas. As famílias são atendidas pelas assistentes sociais.

O plantão costuma ocorrer três dias na semana. Os benefícios que costumam estar disponíveis para o plantão são: cesta básica, gás, leite integral, fotos para documentos. Também são atendidos através dos recursos do Fundo Social de Solidariedade pagamento de contas de energia elétrica e alguns aluguéis. O preenchimento do formulário, as orientações e encaminhamentos referentes ao BPC também são realizados no plantão.

No plantão social também são feitas algumas orientações e inscrição para famílias que tenham interesse em algum imóvel re-financiado pela Companhia Habitacional (COHAB) ou pela Companhia do Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU). É no espaço do plantão que as famílias realizam inscrições e esclarecimentos relacionados aos demais programas existentes, principalmente os de transferência de renda.

“O plantão social é um espaço da prática do Serviço Social que possibilita o contato direto entre o profissional e a população que busca determinados serviços de uma instituição pública ou privada.” (GOUVÊA, 1993, p.3)

Os usuários buscam espontaneamente ou são encaminhados para o plantão social. O usuário é recebido, ouvido e encaminhado para recursos internos ou externos.

As demandas do plantão são atendidas individualmente através de orientações diversas, esclarecimentos, informações, providências, apoio; de certa forma da maneira como o plantão social está sendo realizado não trabalha com o caráter coletivo das demandas.

A maioria dos usuários que se dirigem a Secretaria Municipal de Promoção Social e ao plantão são mulheres procurando atendimento para si, para sua família e/ou para algum parente próximo.

Algumas solicitações de recursos materiais são atendidas pelo assistente social, que através de um processo burocrático de preenchimento de formulários “distribui”, “repassa” ou possibilita acesso a alguns recursos, anteriormente mencionados. O mais grave: o plantão social em Pitangueiras/SP reproduz as características gerais apontadas nos estudos sobre plantão.

[...] o plantão não se constitui numa atividade planejada nem sistematizada a partir, pelo menos, do conhecimento do perfil dos usuários da Instituição e do próprio plantão e dos recursos existentes dentro e fora da unidade [...]. Assim, não conta com quantificação estatística dos atendimentos realizados tendo em vista conhecer a variação da demanda, [...] conseqüentemente não conta com a observação/análise/avaliação sistemática do trabalho desenvolvido. (VASCONCELOS, 2006, p.169)

Gouvêa (1993) afirma que o Plantão Social deve proporcionar uma reflexão que leve em consideração às desigualdades sociais e a questão das classes sociais; a assistência é direito e não ajuda e assim deve ser transmitida aos usuários.

A autora acredita que a reflexão conjunta sobre as solicitações individuais pode favorecer a superação da fragmentação dos problemas sociais e apontar formas coletivas para enfrentá-los. Isto se torna possível quando o profissional, mesmo respeitando a questão individual, prioriza o atendimento coletivo.

O plantão é apenas a porta de entrada da Instituição, a partir dele serão feitos os encaminhamentos para os programas e projetos que permitirão a criação de vínculo e um trabalho sistemático com os usuários.

O profissional deve estar atento para perceber que tipos de serviços podem ser ampliados ou criados para fortalecer os interesses e a organização popular. Sempre que possível criar projetos que ampliem o acesso popular aos recursos.

Daí a importância do relato do assistente social sobre a população que ele atende e o que tem sido feito pelo Serviço Social, a sistematização e o estudo desses dados podem contribuir para apontar projetos necessários, também podem ser um instrumento de denúncia das condições de vida de determinados segmentos da população. É uma maneira de tornar os espaços de trabalho em espaços

públicos, que atendam aos interesses da coletividade. Deve ser garantido todo tipo de informação ao usuário, que favoreça o acesso aos recursos.

Sant'Ana e Sant'Ana (2005, p.128) realizaram um estudo nesse município e concluíram que há um aumento na procura pelo plantão social desenvolvido pela Secretaria Municipal de Promoção Social em cinco vezes no período de entressafra comparando com o período de safra. Além disso, detectaram que não há um planejamento da Política Pública de Assistência Social que leve isso em consideração.

No Plano Plurianual da Assistência Social (PITANGUEIRAS, 2005, p.19, destaque do autor) do município de Pitangueiras/SP consta a seguinte análise qualitativa de atendimento à família:

Durante o período de maio a outubro que compreende a safra da cana-de-açúcar, as famílias são atendidas em suas necessidades através dos convênios das Usinas e Destilarias. Neste período, portanto, o orçamento familiar é representativo, oferecendo melhor qualidade de vida. Porém, o problema se agrava no período da entre safra (novembro a abril), onde os programas existentes são insuficientes para atender toda a demanda existente. Sobrecarrega as entidades sociais e a Secretaria da Promoção Social que trabalham com estas famílias.

Mediante o exposto percebe-se que o município identifica o agravamento dos problemas sociais na entressafra, porém não há nenhum programa específico de atendimento aos trabalhadores rurais, ou seja, o poder público os trata no conjunto da população em situação de vulnerabilidade social.

Embora algumas tentativas tenham sido realizadas, não há quantificação do número de atendimentos e das principais características e necessidades dos usuários que recorrem ao plantão. Sabe-se que é um espaço potencialmente revelador das principais refrações da questão social presentes no município.

O contato cotidiano dos assistentes sociais com as classes subalternas permite dispor de um acervo privilegiado de dados e informações sobre as várias formas de manifestação das desigualdades e da exclusão sociais e de sua vivência pelos indivíduos sociais. (IAMAMOTO, 2005, p. 40)

Porém, com raras exceções, o assistente social tem conseguido se apropriar do acervo privilegiado de informações sobre a população. Este trabalho busca contribuir com a diminuição dessa lacuna.

## **PARTE 2**

### **CONDIÇÕES DE VIDA E TRABALHO DAS FAMÍLIAS DE CORTADORES DE CANA ATENDIDAS PELA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

#### **2.1 Principais Ocupações Profissionais dos Usuários da Política Pública de Assistência Social de Pitangueiras/SP**

A presente pesquisa de campo teve início, após as leituras realizadas, com uma coleta de dados que permitiu conhecer as principais ocupações profissionais dos usuários da Política Pública de Assistência Social no município de Pitangueiras/SP.

Essa coleta de dados ocorreu através do levantamento realizado em 10% dos formulários do Cadastro Único do Governo Federal referentes às famílias que recebem os Programas de Transferência de Renda do Governo Federal, prioritariamente o Programa Bolsa-Família.

De acordo com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS):

O Cadastro Único é um instrumento para identificação das famílias em situação de pobreza de todos os municípios brasileiros. Este cadastro permite nortear a implementação de políticas públicas voltadas para as famílias de baixa renda. Este banco de dados proporciona aos governos municipais, estaduais e federal, o diagnóstico socioeconômico das famílias cadastradas possibilitando a análise de suas principais necessidades. (BRASIL, on-line)

Este primeiro levantamento teve por objetivo verificar a quantidade de famílias de trabalhadores rurais assalariados que estão sendo atendidos por esta Política Pública através dos programas de transferência de renda federais, prioritariamente, pelo Programa Bolsa-Família.

O governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva fez a opção por unificar os programas sociais de transferência de renda dessa esfera de governo. No governo anterior foram criados os Programas Bolsa-Escola<sup>1</sup>, Bolsa-Alimentação<sup>2</sup>, Auxílio-

---

<sup>1</sup> Bolsa-Escola: Programa de transferência de renda do governo federal para famílias de baixa-renda e que tenham filhos cursando o ensino fundamental (07 a 14 anos).

<sup>2</sup> Bolsa-Alimentação: Programa de transferência de renda do governo federal para famílias de baixa-renda e que tenham em sua composição gestantes, nutrizes e/ou crianças de 06 meses a seis anos de idade.



Gás<sup>3</sup> e Cartão Alimentação. O Governo Lula criou o Programa Bolsa-Família e tem realizado a migração das famílias pertencentes aos programas remanescentes para o atual.

A coleta de dados nos cadastros ocorreu no mês de março de 2006 e nesse período 1.311 famílias de Pitangueiras/SP recebiam algum programa de transferência de renda do Governo Federal, a maioria, ou seja, 1.166 famílias o Programa Bolsa-Família, 52 famílias o Bolsa-Escola e 93 famílias o Auxílio-Gás.

É salutar destacar que a opção pelo cadastro único deveu-se a perspectiva de que fosse um instrumental de coleta de dados mais completo do que os prontuários da Secretaria Municipal de Promoção Social de Pitangueiras/SP.

Faz-se necessário esclarecer que ambos, o prontuário e o cadastro único revelam falhas de relato<sup>4</sup> que dificultaram o levantamento de dados. Exemplo disso é a maneira como o trabalhador rural assalariado é registrado nos citados instrumentais, em primeiro lugar não há uma padronização a respeito o que leva cada preenchedor a registrar de uma maneira o dado; ele aparece como lavrador, como trabalhador rural, como cortador de cana, colhedor de laranja e nem sempre possibilita identificar suas condições de trabalho (se é safrista ou se tem trabalho o ano todo, se está registrado em Carteira de Trabalho ou não) e se exerce seu trabalho em determinada cultura (laranja, cana, amendoim).

Cumpram ainda observar que nem todos os dados são obrigatórios para o processamento do cadastro único. O cadastro único como vem sendo feito não está suficientemente organizado a ponto de tornar-se uma importante ferramenta de coleta de dados relacionados à população mais vulnerável dos municípios. Embora este seja um dos seus objetivos. À medida que o trabalhador rural é registrado de diferentes maneiras, não é possível ou é muito difícil saber em qual cultura ele trabalha e se é safrista ou não.

Mais grave ainda é que normalmente o trabalhador, trabalhadora rural ou alguém que componha sua família recorre à Política de Assistência Social, considerando principalmente o plantão social, no período em que encontra-se desempregado, e acaba sendo assim registrado sem referência a sua profissão; é

---

<sup>3</sup> Auxílio-Gás: Voltado para famílias de baixa-renda, o programa contemplava seus usuários com R\$ 15,00 a cada dois meses.

<sup>4</sup> A este respeito discutiu-se em resumo apresentado no IV Simpósio de Questão Agrária da UNESP-Franca, que ocorreu nos dias 04,05 e 06 de abril de 2006.

dessa maneira que a identidade de trabalhador perde espaço para a de usuário. (SANTOS; SANT'ANA, 2007a)

Em municípios como o de Pitangueiras/SP cuja economia é baseada na agroindústria, todo programa social que tenha como critério para ingresso e permanência a renda da família, tem que levar em consideração “as duas realidades” vivenciadas no mesmo ano: safra e entressafra.

Pelas questões acima levantadas para obtermos os dados apresentados optou-se por levantar, além da situação ocupacional no momento, o emprego anterior. Isto permitiu perceber que aqueles usuários que, muitas vezes, foram registrados como desempregados ou que não trabalham, na realidade eram trabalhadores rurais assalariados safristas.

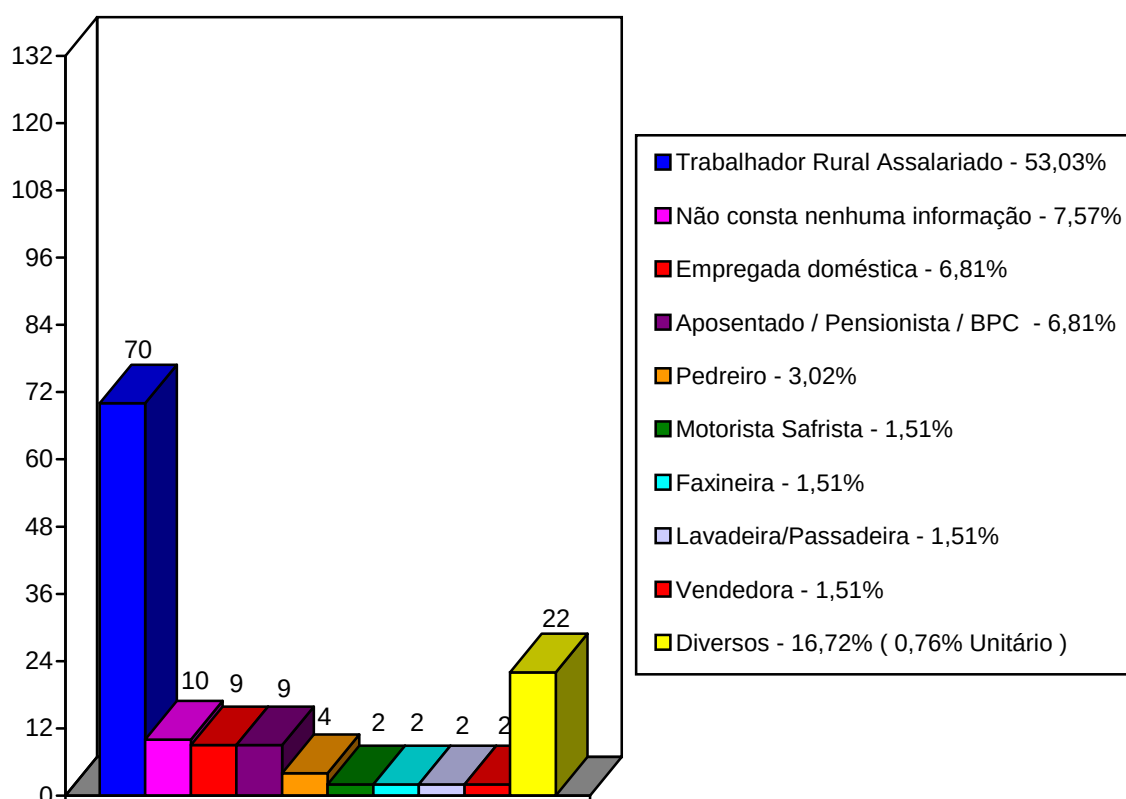
Foram verificados 132 cadastros únicos, destes os titulares do programa eram 129 mulheres, que correspondem a 97,73% do total de titulares e 03 homens (2,27%). Esse dado está em consonância com uma das exigências do governo federal de que sejam as mulheres preferencialmente as titulares do programa. Reflete a realidade da Política Pública de Assistência Social, de que são as mulheres que a ela recorrem.

Com relação as principais ocupações exercidas pelas famílias usuárias dos programas de transferência de renda do Governo Federal, em Pitangueiras/SP, chegamos aos seguintes dados: das 132 famílias pesquisadas, 70 famílias têm em sua composição trabalhadores(as) rurais assalariados(as), o que corresponde a 53,03% do total de famílias analisadas. Em 10 formulários analisados não consta nenhuma informação referente à situação ocupacional de nenhum dos membros da família, o que corresponde a 7,57% das famílias.

É significativo também o número de famílias que possui em sua composição empregadas domésticas (09 famílias/6,81%) e aposentados, pensionistas e beneficiários do Benefício de Prestação Continuada (09 famílias/6,81%).

O trabalho de pedreiro surge em quatro famílias estudadas, o que corresponde a 3,02%. Em duas famílias aparece o trabalho como faxineira (1,52%) e em outras duas o de lavadeira e passadeira de roupas (1,52%). Há também duas famílias em que a ocupação profissional de um dos membros é a de vendedora (1,52%). A ocupação de motorista safrista surge em duas famílias analisadas (1,51%).

Constatou-se em 22 famílias o exercício de ocupações profissionais diversas: servente de pedreiro, auxiliar de funileiro, afastada do trabalho (não constava a ocupação), auxiliar de produção, assalariado (não constava ocupação), comerciante (proprietário de bar), agente comunitário, costureira e serviços gerais (titular do programa e esposo ou companheiro respectivamente), manicure e soldador (titular do programa e esposo ou companheiro respectivamente), tratorista safrista, vendedor de goiabas, agente de vetores e motorista (titular do programa e esposo ou companheiro respectivamente), limpador de ranchos, capinador de quintais, engatador, serviços gerais (não constava ocupação), cuidadora de idosos, moto-taxista, coletor de material reciclável, funcionário público, carvoeiro e balconista. Estas ocupações, por não coincidirem foram agrupadas para facilitar a visualização. Tais dados podem ser visualizados no gráfico 01.



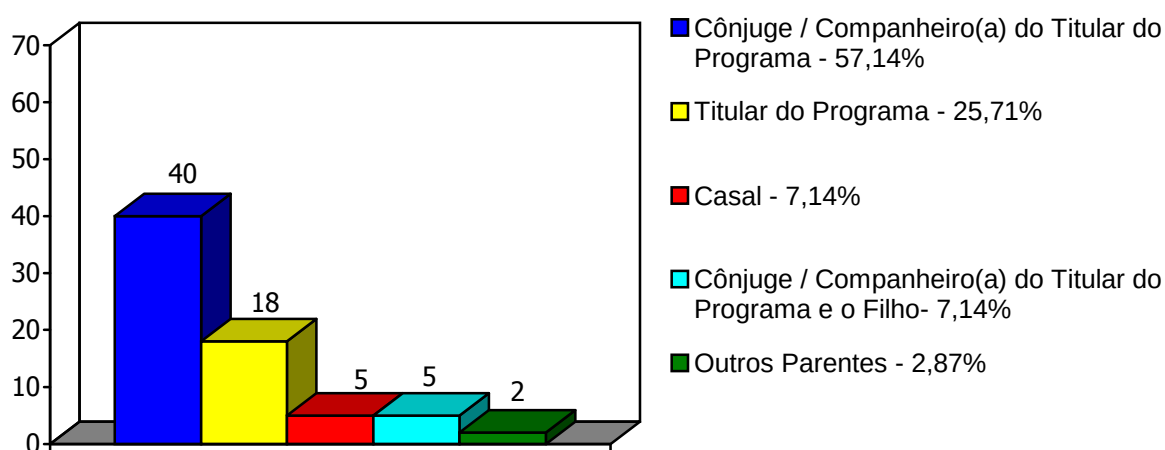
**Gráfico 01: Ocupações profissionais das famílias atendidas pela Política Pública de Assistência Social (Programa Bolsa-Família) do município de Pitangueiras/SP.**

Fonte: PITANGUEIRAS. Secretaria Municipal de Promoção Social. **Cadastro Único dos Beneficiários dos Programas do Governo Federal.** Pitangueiras/SP, 2006.

Conforme pode ser visualizado no gráfico 02, tendo como referência as 70 famílias que tem em sua composição trabalhador(a) rural assalariado(a), em 40 delas o esposo(a) ou companheiro(a) do titular do programa é trabalhador rural assalariado, o que significa 57,14% do montante de famílias.

Em 25,71% dessas famílias o titular do programa é trabalhador(a) rural assalariado(a), o que corresponde a 18 famílias. Dentre estes titulares (trabalhadores rurais assalariados) apenas um deles é homem, os demais são mulheres.

Em 05 delas o casal é trabalhador rural, o que corresponde a 7,14% e em outras cinco famílias são trabalhadores rurais assalariados o esposo(a) e o filho (7,14%). E por último, em duas famílias (2,87%) os membros que são trabalhadores rurais assalariados são outros parentes, como cunhado e irmão.



**Gráfico 02: Trabalhadores rurais assalariados que compõem as famílias atendidas pela Política Pública de Assistência Social (Programa Bolsa-Família) em Pitangueiras/SP.**

Fonte: PITANGUEIRAS. Secretaria Municipal de Promoção Social. **Cadastro Único dos Beneficiários dos Programas do Governo Federal**. Pitangueiras/SP, 2006.

## **2.2 As Famílias de Cortadores de Cana Atendidas pela Política Pública de Assistência Social de Pitangueiras/SP**

Para a realização da segunda etapa da presente pesquisa foi necessário identificar os sujeitos significativos para posterior coleta de depoimentos. Para esta identificação foi fundamental a participação das assistentes sociais da Secretaria Municipal de Promoção Social de Pitangueiras/SP. O fato de ter trabalhado como assistente social neste órgão por aproximadamente 03 anos e o vínculo com os

profissionais que ali permaneceram foram fundamentais para a realização da pesquisa.

No dia 24 de novembro de 2006 foram apresentados os objetivos da pesquisa para a Secretária Municipal da Promoção Social e foi-lhe solicitado o consentimento para que a equipe de assistentes sociais da citada Secretaria auxiliasse na seleção dos sujeitos.

No mesmo dia, em reunião com as assistentes sociais, os objetivos da pesquisa foram detalhados juntamente com alguns aspectos considerados relevantes na escolha dos sujeitos da pesquisa e foram entregues por escrito. Para a seleção dos sujeitos foram levantadas duas questões principais: os mesmos deveriam ter em sua composição familiar cortadores ou cortadoras de cana e possuírem vínculo com a Política Pública de Assistência Social.

A partir de então as assistentes sociais fizeram a identificação dos sujeitos significativos e os consultaram com relação à possibilidade e ao desejo de conceder a entrevista. Não houve nenhuma negativa.

As entrevistas foram previamente agendadas e realizadas nas residências dos sujeitos, com o objetivo de aproximar-nos das condições de moradia e do cotidiano destas famílias. Cabe esclarecer que nesta segunda etapa da pesquisa de campo não houve a intenção de buscar uma representatividade quantitativa, buscou-se recolher experiências de vida.

Após o consentimento dos sujeitos, as entrevistas foram gravadas para posteriormente serem transcritas. As entrevistas foram realizadas tendo o roteiro orientador (apêndice) como parâmetro para elaborar as questões. A primeira entrevista ocorreu em 10 de janeiro de 2007 e a última no dia 31 de maio de 2007.

Embora inicialmente nosso objetivo tenha sido entrevistar as mulheres, por serem elas que recorrem com maior frequência a Política Pública de Assistência Social, no momento das entrevistas quando o esposo ou companheiro estava na residência, ele era convidado a participar da mesma, o que tornou o processo mais rico já que, muitas vezes, tratava-se do próprio cortador de cana. Houve também a indicação de um jovem pelas assistentes sociais do órgão gestor da Política Pública de Assistência Social. Foram realizadas dez entrevistas (duas delas com os mesmos sujeitos), ao todo tivemos a participação de 13 sujeitos: cinco concederam-nos a entrevista sozinhos (destes, quatro são mulheres e um homem) e quatro casais.

A seguir apresentar-se-á o perfil dos sujeitos da pesquisa. Estão identificados com nomes fictícios com respeito ao sigilo e ao anonimato dos mesmos.

João tem 20 anos, é solteiro e atualmente vive com um irmão de 24 anos. Ambos são cortadores de cana. No momento da entrevista somente o irmão de João estava trabalhando na cana-de-açúcar (sem vínculo empregatício). João não é alfabetizado e foi incluído no Projeto Ação Jovem, cujo objetivo principal é o regresso e permanência na escola dos jovens de 15 a 24 anos. Tem vários problemas de saúde e por causa deles não conseguiu continuar seus estudos. Veio do Estado da Paraíba para Pitangueiras há seis anos. Seu irmão, mesmo casado e tendo filhos, veio para Pitangueiras sozinho, sua família permaneceu na Paraíba. Residem em casa alugada por um parente.

Maria tem 40 anos, é casada e tem os filhos com as seguintes idades: 07, 09, 12 e 14 anos. Já cortou cana (por dez anos), mas no momento é coletora de material reciclável. Seu esposo está registrado e trabalha na cana. Ela é do Estado do Espírito Santo e ele do Rio de Janeiro. Depois de viverem e passarem dificuldades no município de Araraquara, mudaram-se para Pitangueiras/SP. Participam do Programa Renda Cidadã e do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI); já recorreram ao plantão social do órgão gestor da política pública de assistência social no município de Pitangueiras/SP. Possuem casa própria.

Luiza é casada, tem 42 anos e recentemente voltou a estudar. Seu esposo, Carlos também participou da entrevista. Quatro filhos moram com o casal e possuem as seguintes idades: 11, 12, 14 e 15 anos. Ela nasceu em Pitangueiras/SP e ele no município vizinho (Jaboticabal/SP). Foi cortador de cana e com a deteriorização das suas condições de saúde foi readaptado para a função de jardineiro da empresa. Ainda assim, no dia da entrevista encontrava-se afastado pelo INSS por problemas de saúde. Pagam financiamento da casa onde moram. Luiza já recorreu ao plantão social, recebeu o Programa Renda Cidadã e atualmente possui o Bolsa-Família.

Marta tem 42 anos, mora com o companheiro, um filho de 20 anos e dois sobrinhos, dos quais tem a guarda desde o falecimento da irmã há quatro anos. Ela e o companheiro nasceram em municípios do Estado de São Paulo. O companheiro e o filho trabalham na cana. No momento da entrevista, o filho estava trabalhando na colheita do amendoim e, o companheiro havia iniciado o trabalho na cana no dia anterior. Moram no terreno da mãe de Marta, no qual vivem mais três famílias. Estão pagando um terreno e sonham com a casa própria. Recebe o Bolsa-Família, já

necessitou recorrer ao plantão social e com o falecimento da irmã assumiu a responsabilidade pelos sobrinhos, por isso participava de um projeto municipal que dava-lhe o direito de receber um cesta básica por mês.

Lúcia vive com o marido e uma filha de seis anos. Nasceu em Pontal/SP. O marido é migrante, veio do Estado de Minas Gerais. Ela tem 41 anos, nunca trabalhou no corte da cana ou em qualquer trabalho rural. É doméstica, mas no momento da entrevista encontrava-se desempregada. O esposo (Inácio) é cortador de cana, no entanto, pelo fato de termos realizado a entrevista na entressafra, o mesmo estava indo eventualmente para a colheita do amendoim. Inácio acompanhou a entrevista. Não são atendidos por nenhum programa social, recentemente recorreu ao plantão social. Residem em casa cedida por parentes.

D. Tereza é divorciada, tem 51 anos, nasceu no Espírito Santo, também já morou nos Estados do Paraná e de Rondônia antes de vir para Pitangueiras. Vive com um filho de 30 anos (cortador de cana) e com a filha dele. A casa onde mora é dos filhos. No mesmo quintal reside uma outra família de inquilinos. Já fez o cadastro único do Governo Federal, mas até o momento da entrevista ainda não havia começado a receber o Programa Bolsa-Família e nenhum outro. Em outras ocasiões recorreu ao plantão social solicitando próteses (óculos e dentadura).

D. Madalena e Sr. Francisco são um casal de idosos com 65 e 72 anos respectivamente. Vieram do Mato Grosso para Pitangueiras/SP. Ele trabalhou cerca de três anos e meio como cortador de cana, de 1982 há 1985. Moram em três cômodos nos fundos da casa de um filho. Ambos são beneficiários do Benefício de Prestação Continuada (BPC). Com esta família foram realizadas duas entrevistas, na primeira somente a idosa participou e na segunda contamos com o casal.

Fátima e Clemente são casados e cortadores de cana da mesma turma, ambos participaram da entrevista. Possuem três filhos, todos com menos de 18 anos: 06, 09 e 13 anos. Vivem em casa própria. Em momentos diferentes migraram do Estado de Minas Gerais para Pitangueiras/SP, conheceram-se no trabalho no corte da cana e constituíram família. Já foram atendidos no plantão social, participaram do Programa Renda Cidadã e atualmente recebem o Bolsa-Família.

Antônia e o esposo são cortadores de cana da mesma turma, ele corta cana há dez safras e ela está fazendo a terceira safra. Somente Antônia participou da entrevista. Migraram juntos do Estado de Minas Gerais. Possuem cinco filhos com as seguintes

idades: 05, 07, 10, 13 e 15 anos. A filha caçula tem problemas de saúde que requer cuidados constantes e medicação contínua. Moram em casa própria.

### *2.2.1 O trabalho no corte da cana: penoso, pesado e degradante*

Antes de discutirmos diretamente o significado do trabalho para os cortadores de cana e seus familiares faz-se necessário recordar o significado ontológico que o trabalho tem na história da humanidade. Grande parte dos objetos existentes é fruto do trabalho humano, na busca de resposta às suas necessidades, o homem transforma a natureza e é por ela transformado, a medida que adquire novos conhecimentos e cria meios, ferramentas para produzir o que necessita.

No entanto, é característica da sociedade capitalista a divisão dos homens em duas grandes classes fundamentais: dos proprietários dos meios de produção e dos trabalhadores, que possuem apenas a sua capacidade (força de trabalho) para vender “livremente” no mercado. Nessa sociedade, o trabalho, muitas vezes, será sinônimo de sobrevivência e não de realização das potencialidades humanas.

É inerente à sociedade capitalista a apropriação privada dos frutos do trabalho, embora ele seja sempre coletivo.

Pelos depoimentos colhidos nas entrevistas pode-se perceber que para os cortadores e cortadoras de cana o trabalho no corte da cana é sinônimo de trabalho pesado, de sofrimento, um dos piores que pode existir.

[...] é um trabalho muito cansado! (João)

[...] eu acho um serviço muito puxado, muito pesado, exige muito da gente [...]. Ele reclama também, reclama, porque quando tá na safra, tá cortando cana, na lavoura a gente não consegue se alimentar direito, é só água o dia inteiro. Comida não desce, as vezes, a gente até quêr comê, mas não consegue comê [...], é só água, água, água, água, e quando é de tarde aí já tá fraco, já tá passando mal, porque não consegue comer nada. (Maria)

E o trabalho no corte da cana é sofrido, acho que é o mais sofrido que existe! Além do horário que se levanta, é muito cedo! (Antônia)

[...] cortar cana era o serviço mais ruim que eu acho na minha vida, de todo serviço! Olha, eu já furei cisterna, não era fácil não! (Francisco)



Os entrevistados deixaram claro que não possuem alternativa de trabalho, o corte da cana é a única maneira de garantirem o sustento deles e de suas famílias. O trabalho se dá em razão da sobrevivência, o que comprova os depoimentos a seguir:

[...] é muito sofrido, trabalha porque não tem outro serviço, mais é sofrido, cansativo, mais se não trabalhar na cana, não vive! É sofrido mesmo, te falo pra você porque eu trabalhei mais de vinte anos, é sofrido, tem que trabalhar mesmo. (Marta)

[...] é o único serviço que tem aqui é esse n/é? Acabou, acabou. (Lúcia)

Luiza é a única que tem uma opinião que destoa em parte das demais, recordando do período em que cortava cana:

Era bom, [...] eu gostava de cortar cana, só que eu achava ruim que era muito longe que a gente ia para cortar cana [...] e a gente saia muito cedo, a gente ia com muita dificuldade, podia acontecer qualquer coisa na rodovia [...].

O corte da cana é realizado a custas do desgaste físico e deterioração das condições de saúde dos cortadores de cana. Carlos é um exemplo disso: ele realizou dezenove safras da cana, passou a ter problemas de saúde; foi readaptado em outra função dentro da Usina onde trabalhava, ainda assim não está bem. No momento da entrevista estava recebendo auxílio-doença.

[...] eu achei meio difícil, que acaba com a saúde da gente, acaba, liquida, esse problema de coluna meu veio da cana. Eu não fiz cirurgia porque com criança em casa cê não pode tá abusando, fazer uma cirurgia que fica em dúvida, n/é? Até tenho problema nessa perna aqui, ela é atrofiada, tudo resultado da cana. Da coluna passou para nervo ciático, e veio e agora precisou fazer cirurgia na mesma perna, com esses problemas. Agora não sei se vai afastar, se o INSS vai afastar eu definitivo, se vai continuar, ou aposentar n/é? (Carlos)

D. Madalena e Sr. Francisco relatam à história de um amigo que trabalhou por muitos anos no corte de cana e que hoje está, segundo eles, “inutilizado”:

[...] cortá cana, a pessoa no fim acaba sofrendo do coração, dá problema! Aqui tem um homem que é irmão da nossa igreja, ele já tá velho, ele é mais velho do que eu [...] cortô cana muito tempo [...] rapaz novo não cortava cana igual ele, pegava do meio e ia embora,

quanta mais cana corta mais pior é. E ele cortava muita cana mas não adiantou nada, ele trabalhou muito, muita cana, mas hoje, ele tá lá: inutilizado e agora o médico não quer operar porque tá achando que vai dar problema no coração dele porque ele tem pressão alta e, ele tá sofrendo. (Sr. Francisco)

O trabalho no corte da cana é inegavelmente um dos piores e mais penosos tipos de trabalho existentes. O cortador de cana está à mercê das intempéries, como chuvas, ao excessivo calor do sol, suscetíveis a animais peçonhentos e a contaminação com agrotóxicos.

Francisco Alves (2006, on-line), pesquisador dessa temática, observa que um trabalhador que corta seis toneladas de cana, num talhão de 200 metros de comprimento, por 8,5 metros de largura, despende aproximadamente 50 golpes com o podão para cortar um feixe de cana, o que equivale a 183.150 golpes no dia.

Os trabalhadores, sujeitos desta pesquisa, também mencionaram o desgaste:

Inclusive esses dia mesmo eu tava com uma dor nesse braço aqui, ô não fui nem dá uma olhada, porque é muito, é excesso de movimento. (Clemente)

É precária, é precária. Nossa gente! É agora mesmo eu tava aqui fazendo comida e pensando assim: que como é duro trabalhar no corte da cana porque você se acaba fisicamente e sabe o corpo, a saúde, sua mente também parece que se acaba, um pouco vai junto. O meu esposo nossa! Ele, pra ele abaixar pra pegar alguma coisa ele não consegue abaixar o corpo todo, é meio torto, mesmo porque problema de coluna e tem tanta coisa que vem junto, nossa! (Antônia)

As entrevistas nos oportunizaram conhecer a rotina de trabalho dos cortadores e cortadoras de cana. Estes e o membro da família responsável por preparar a alimentação acordam em média às 04h30min, às 05h30min é o horário em que o ônibus passa para buscá-los.

Concorda-se com Alessi e Navarro (1997, p.07, destaque do autor) que expõem que o processo de trabalho do cortador de cana tem início ainda na sua casa, quando ele se prepara para ir ao trabalho:

[...] o processo de trabalho ao qual está submetido o cortador de cana-de-açúcar inicia-se a partir do momento em que ele acorda e começa a se preparar para embarcar no caminhão que o levará até a lavoura. Inicialmente deve preparar as refeições que fará durante o dia, vestir-se e preparar seus instrumentos de trabalho. O final do

processo vai se dar com o seu retorno ao lar (casa, alojamento ou pensão) depois de cumprir outras tarefas necessárias a sua reprodução, tais como: alimentação, limpeza da casa, cuidados com o vestuário pessoal e da família, higiene pessoal e cuidados com os instrumentos de trabalho. Só então estará livre para o descanso mínimo necessário para, no dia seguinte, reiniciar a mesma jornada.

O horário em que chegarão ao trabalho vai depender da distância percorrida, de acordo com os sujeitos entrevistados para essa pesquisa costumam chegar nos canaviais às 7h00 da manhã. O horário de voltar para casa depende da quantidade de cana prevista para ser cortada no dia.

A rotina dos cortadores e cortadoras de cana são explicitados nos depoimentos a seguir:

[...] cansativo, o cara levanta muito cedo! [...] Nós levanta dez para às quatro. Cinco e meia o ônibus passa. A gente tem que fazê comida e lava a louça para deixar limpa para quando chegar de tarde lavar a roupa. (João)

[...] cinco e meia, mais levanta quatro e meia. Eu levanto, deixo pronta, aí eu esquento, mas é uma hora para poder fazer isso! E ele também tem que levantar logo em seguida porque tem que se arrumar n/é? É que a vida é difícil, trabalhar na roça é difícil. [...] Não tem horário para buscar, cinco, quatro e meia, cinco e meia, seis horas, depende do lugar é sete, até oito horas da noite ele tem chegado aqui. (Tereza)

Depende do horário porque depende da quantidade de cana, se tem cana pro dia inteiro você trabalha até três e vinte, que é o horário de parar e se não tem, se tem cana até o meio dia, até uma hora se almoça, pára onze horas pro almoço, termina e, vem embora. Até acabar! (Antônia)

Alguns cortadores ou cortadoras de cana entrevistados reconhecem ter ocorrido algumas melhorias nas condições de trabalho nos canaviais: citam o meio de transporte adequado (ônibus), a ginástica que algumas Usinas tem oferecido, os intervalos obrigatórios para o almoço, o lanche e barracas com banheiros adequados.

É o que podemos acompanhar nos próximos depoimentos.

Melhorou porque a condução era torta ou era muito frio, eu sentia muito frio. (Tereza)

Não tinha um horário pra gente almoçar n/é? Cada um almoçava a hora que quisesse. Hoje não, começa às sete horas, antes de começar nós faz uma ginástica. Faz uma ginástica, aí começa às sete horas, aí nove e meia tem uma pausa de dez minutos, aí se para, pode comê alguma coisa ou bebe, aí nove e quarenta começa, onze horas é o almoço, aí a gente vai todos pro ônibus, porque lá tem barraca e aí almoça todo mundo junto, meio-dia nós começa, duas horas tem outra pausa para tomar o café, três e vinte nós para e vem embora. (Fátima)

Cabe destacar que tais melhorias são em virtude do cumprimento de algumas determinações legais, como por exemplo, a Norma Regulamentadora de Segurança e Saúde no Trabalho na Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Exploração Florestal e Aquicultura, conhecida como NR 31. (BRASIL, 2005)

A NR 31 determina no item 3.10.1 que o empregador rural deve adotar princípios ergonômicos que visem à adaptação das condições de trabalho às características psicofisiológicas dos trabalhadores, de modo a proporcionar melhorias nas condições de conforto e segurança no trabalho. E para as atividades que forem realizadas em pé, estipula que devem ser garantidas pausas para descanso.

A mesma norma disciplina sobre a necessidade de haver locais para a refeição que atendam aos seguintes requisitos, conforme item 31.23.4.1: boas condições de higiene e conforto; capacidade para atender a todos os trabalhadores; água limpa para higienização, mesas e assentos em número suficiente, água potável em condições higiênicas e depósitos de lixo com tampas. Determinando também que haja local ou recipiente para guardar e conservar as refeições, além de abrigos, fixos ou móveis que protejam os trabalhadores das intempéries durante as refeições.

Alguns cortadores de cana trabalham seis dias e folgam um, outros trabalham cinco dias e folgam um. No entanto, uma das nossas entrevistadas refere que isto nem sempre é respeitado.

É, e tem vez que ele vai, domingo mesmo ele trabalhou, passou direto, então sábado agora vai fazer quinze dias que ele não tem nem um dia de folga. (Tereza)

De acordo com Pauda (2007, p.C5) o piso salarial do cortador de cana é de R\$470,00 e a jornada de trabalho de 44 horas semanais. O ganho do cortador de cana é de acordo com a quantidade de cana cortada; esta forma de pagamento

estimula os cortadores ao trabalho excessivo, muitas vezes, além do que teriam condições físicas para agüentar.

Como é que eu posso responder pra você? Porque é um serviço por produção, às vezes, você pega uma quinzena que dá uma cana boa, tem cana pro dia inteiro; você consegue trabalhar, ganha bem! Às vezes, você pega uma quinzena que quase não dá nada, então, fica difícil eu te responder assim. (Antônia)

Ô eu vou ser sincero, eu vou falar, eu vou ser sincero a falar a verdade! Nós não ganha bem, tanto que nós não ganha bem porque nós trabalha muito, nós somo o que mais pega pesado. Então, é não ganha assim! É sabe, porque, por causa, que às vezes o cara fala assim: essa quinzena eu tirei seiscentos ou setecentos reais na quinzena, oitocentos; ah veio bem! Não ganhou bem, vê o tanto que trabalhou! [...] É se você produz mais você ganha mais, se você produz menos você ganha menos também. É graças a Deus é uma média mais ou menos, nós vai vivendo igual eu falei anterior, nós tá acostumado com pouco mesmo. (Clemente)

Os cortadores de cana têm morrido e investiga-se que seja por exaustão. Somente no Estado de São Paulo já são 20 cortadores de cana que morreram subitamente desde 2004. Tal situação vem sendo investigada pelo Ministério Público, pela Organização das Nações Unidas (ONU) e pela Pastoral do Migrante, ligada à Igreja Católica. Cabe a ressalva de que nenhuma dessas mortes ocorreu no município de Pitangueiras/SP.

O pagamento por produção é uma garantia de que o trabalhador se esforçará o máximo possível. Na década de 90, a região produzia 50 milhões de toneladas de cana, na safra de 2004 passou para 90 milhões. Neste mesmo período os trabalhadores passaram a cortar em média 12 toneladas diárias de cana, contra 08 toneladas colhidas na década de 80 do século XX. (TOLEDO, 2005, on-line) Os depoentes manifestaram-se sobre o ganho por produção:

[...] aí é por produção lá, tem mês que o cara ganha bem, mas têm mês que o cara não ganha. (João)

Olha quando ele fez a safra, que lá é por quinzena, aí ele tirava no dia vinte, sempre era cento e vinte, cento e trinta, aquela época que era o vale né, e o pagamento tinha vez que era duzentos e cinquenta, duzentos, que **ele é fraco de cana**, sabe. (Maria, grifo nosso)

Os depoentes têm consciência de que embora façam um trabalho muito difícil, não são remunerados na contrapartida dos esforços empreendidos.

Eu levanto quatro e meia todos os dias e cinco e meia eu tô saindo daqui n/é. A gente pega o ônibus na porta de casa e vai, e sete horas você tá pegando no serviço, e se pega é aquilo, se você faz você ganha, se você não faz você não ganha. Então, a produção você tem que cortá mesmo. Hoje mesmo eu tava pensando: meu Deus, existe um serviço mais pesado, mais difícil do que esse aqui?! E eles costumam falar assim, que dão palestra acho que é SENAR, acho não, o SENAR deu palestra pra gente, é ensinando, dando um curso chamado Projeto Cana Limpa e eles ensinando como é cortar a cana direitinho, não deixar toco alto, nem cortar dentro do chão, nem deixar muita ponta. E aí eles falam assim, que tudo da cana começa com vocês, ele fala assim pra gente, tudo desde o preparo do solo até a colheita, vocês são os principais, mas aí eu vejo como a gente é tão esquecido na hora de receber n/é? Porque somos as peças principais na lavoura desde o cultivo da terra até a colheita, mais o ganho eu acho muito pouco devido o esforço que a gente faz, é um trabalho muito sofrido mesmo, muito pesado, a gente trabalha porque não tem opção. (Antônia)

Sabe com que, que a usina paga nós, que nós ficô sabendo n/é? Com o nó da cana que nós corta, só do nó da cana que nós corta já tira o salário nosso, se sabe o que é nó da cana não sabe? [...] Agora veja bem, pra você ver nem o bagaço não é! [...] Ô eu sempre falo pros colega aí na roça, nós ganha um salário tão miserável que talvez na quinzena um tira oitocentos, aquele mais forte tira novecentos e fala assim: vixe deu bem! Meu Deus não é! Que eu falei assim nós gosta de acostuma com pouco, enquanto eles sempre ganhô bem, não é? [...] É cada dia mais exigindo um serviço melhor, exigindo, cada vez mais tá exigindo de nós, só exige, só exige de nós. (Clemente)

Percebe-se pelos depoimentos acima que reflexo da reestruturação produtiva que assola vários processos de produção, inclusive o do açúcar e do álcool, são cada vez maiores às exigências com relação à qualidade do trabalho realizado.

É o que eu tô falando: a cana dá dinheiro pra quem? Pro dono da usina, pro situante, então pro dono, fornecedor da cana ela dá muito dinheiro; agora pra quem corta! [...] O que menos se esforça é o que mais ganha, mais pode perceber quanto mais o serviço é pesado menos a pessoa ganha [...]. Aqui é muito desigual, tem menos desigualdade hoje em dia. O que nós ganha muito é exigência no serviço cada dia que passa [...]. (Clemente)

O depoimento anterior demonstra a consciência do trabalhador sobre as desigualdades sociais. Reitera que embora a região de Ribeirão Preto seja conhecida como Califórnia Brasileira, “[...] a sua riqueza tem sido possibilitada pela intensificação das desigualdades sociais, derivadas que são da concentração da propriedade e da renda em mãos de uma pequena parcela da população.” (ALESSI; NAVARRO, 1997, p.7)

De acordo com Pauda (2007, p.C5) as terras agrícolas da região de Ribeirão Preto acompanharam o crescimento do setor sucroalcooleiro e são as mais valorizadas do Estado de São Paulo.

Além de todo o desgaste do trabalho na safra da cana, os trabalhadores e suas famílias convivem com as dificuldades do período da entressafra. O trabalhador rural convive com a instabilidade, embora seja previsível, todos os anos. Portanto, a insegurança que vem rondando a vida dos brasileiros, consequência das mudanças que estão ocorrendo no mundo do trabalho e do desemprego estrutural, não é algo novo para os trabalhadores rurais assalariados.

[...] é mais apurado, que nem agora na parada, toda parada já é mais sufocado para as pessoas. (Luiza)

O ganho é pouco, só diária, ainda quem é direto pega o salarinho, pouquinho, mas sempre pega, todo mês. (Carlos)

Luiza e Carlos nos depoimentos anteriores nos remetem aos diferentes tipos de contrato de trabalho existentes entre os trabalhadores rurais: contrato por tempo indeterminado, no qual o trabalhador permanece empregado o ano todo, mesmo na entressafra da cana-de-açúcar e o contrato por tempo determinado, normalmente é o contrato mais utilizado para os cortadores de cana (por safra).

Surge nos depoimentos a ida dos trabalhadores para a colheita do amendoim na entressafra da cana-de-açúcar, esta aparece como uma das poucas alternativas de trabalho neste período.

[...] muita dificuldade, é o que eu tô falando pra você, o meu marido a safra dele acabou em novembro, ele começou a trabalhar ontem, meu moleque começou a trabalhar na segunda-feira no amendoim. Difícil! (Marta)

[...] agora nós não tá tendo nada de renda porque ele tá parado e eu também tô parada, único serviçinho que ele tá indo agora é o amendoim, mas tem dia que vai, tem dia que não vai e ganha uma mixaria. (Lúcia)

Alguns entrevistados compararam o período de entressafra atual e do tempo em que eram cortadores de cana, na década de 1980:

Ah! Na parada a gente trabalhava e eu trabalhei esses dois anos, eu trabalhava, dava para sobreviver, alimentando o essencial, o arroz e feijão, uma vez, carne. (Tereza)

Nós trabaia de primeiro na parada, não é que nem hoje não! Hoje o povo fica à toa porque hoje não tem muita coisa, um veneno, aquele tempo nós trabaia, nos trabaia no campo. [...] É, hoje o povo quase não tem serviço, sabe por que? Porque eles inventaram a [...], que nem ô corta cana, mesmo esses empresário grande da usina, eles compra muita máquina n/é? Então, passa veneno, agora eles passa veneno na cana, mata tudo o mato e não tem serviço [...] Antes carpia a cana, naquele tempo nós carpia cana. [...] O dinheiro que eles faz agora na safra, eles têm que guardar para comê os mês que fica parado. Aquele tempo era melhor, porque aquele tempo trabalhava, a pessoa trabalhava, ganhava mais pouco, mais sempre dava um pouco, que dava para alimentar, dava para passar o tempo, e hoje em dia não, hoje em dia, eles trabaia feito um doido pra podê aqueles mês que fica parado eles comê, senão não dá pra tratar da família. (Francisco)

Os sujeitos da pesquisa falam da necessidade de economizarem o que ganham durante a safra para contribuir com a subsistência no período da entressafra:

Na parada é meio complicado, porque você tem que ganhar e segurar um pouco, pra manter e segurar um pouco pra parada, porque se não! (Antônia)

[...] aí tem que guardar um pouquinho de dinheiro n/é, pra quando for na parada [...]”. (Fátima)

Aparece em um dos depoimentos o trabalho na entressafra, sem registro na Carteira de Trabalho e, portanto, sem nenhum direito trabalhista garantido, e a culpabilização do Sindicato dos Trabalhadores Rurais por fiscalizar os empreiteiros com relação a isso.

Nós trabaia avulso, assim, o sindicato pega muito no pé dos empreiteiro, então é complicado pra levar avulso. (Clemente)

Apenas uma das entrevistadas relata não ter muita diferença entre o período de safra e entressafra:

É a mesma coisa [...] até quando tá trabalhando, quando tá trabalhando, eu não sei se é porque as crianças não tem costume, da gente, acha ruim da gente tá trabalhando, as crianças fica tudo doente. Não sei se é por causa de saí muito cedo, fica tudo doente, aí é a hora que a gente gasta mais com remédio, e descontrola tudo, eles não sabe se controlar, fica sozinho. (Maria)



Dois dos nossos sujeitos por serem idosos e terem vivenciado a fase áurea do café na região de Ribeirão Preto, relataram como foi esse período comparando-o com os dias de hoje:

Então de primeiro, de primeiro a gente morava numa fazenda, às vezes isso foi bem pra trás, então havia muito mato e havia muita formação de café sabe, formá café n/é!? Então eu pegava café pra formá por seis anos, pegava por quatro anos. Quando pegava por seis anos então a fruta do café durante os seis anos era da gente, porque o café começa dar fruto de dois anos, três anos em diante, três anos. [...] então a pessoa que formava café tinha pessoas que comprava até sítio. [...] Cuidava do café pros fazendeiros, cuidava pros fazendeiros, tinha muita lavoura de café aqui mesmo aonde nós tá aqui em Pitangueiras, Sertãozinho, aqui era tudo lavoura de café. [...] Tudo café! E era uma vida sabe, era uma vida assim: trabalhava muito, mais o povo tinha outra saúde, era muito, é tudo mundo tinha serviço, se não dava certo numa fazenda, tinha em outra fazenda, entendeu? Então era fácil do povo trabalhar, todo mundo trabalhava [...]. (Francisco)

De acordo com Alessi e Navarro (1997, p.6), a partir da superprodução e do declínio dos preços do café no mercado internacional, a região de Ribeirão Preto, a partir da década de 30, começou a substituir o café pela pecuária e por uma diversidade de culturas, entre elas, a cana-de-açúcar, amendoim, algodão, cítricos, milho e soja. Os autores afirmam que essas mudanças na região estavam intimamente ligadas às transformações político-econômicas nacionais, particularmente as do setor agroindustrial; citam a regulamentação do preço da cana estabelecida pelo Estatuto da Lavoura Canavieira em 1942; as políticas de incentivo à produção de açúcar pelo Instituto do Açúcar e do Alcool a partir de 1933, a legislação trabalhista definida através do Estatuto do Trabalhador Rural em 1963 e a instituição do Programa Nacional do Alcool em 1975, entre outros.

Sr. Francisco faz alusão ao tempo em que cultivava sua roça de subsistência e que vivia inserido em relações não totalmente monetarizadas (SILVA, M. A. M., 1999) estabelece uma comparação com os dias de hoje e com a dependência do dinheiro para adquirir qualquer mercadoria.

É por quatro anos, por quatro anos eles pagavam por cova, sabe? Pagava por cova. E plantava no meio, plantava feijão, plantava arroz. Entendeu? Porque quando plantava era em terra boa, era cultura boa, porque ali produzia de tudo porque o café não dá em cultura ruim n/é, cultura boa n/é, então ali ocê plantava no café, **tudo que você plantava no meio do café até formá com seis anos, tudo que você colhia ali era teu, não pagava.** [...] E outra, hoje em dia, se tem, se vai no mercado, se tem que sortá o dinheiro. Lá, antigamente não era assim! Era venda. Então entrava por ano naquela venda. Por ano pagava, na colheita, é na colheita que pagava. Ia tirando e ele ia marcando, ia tirando e ele marcando. A gente ia tirando e ele marcando quando era no fim da colheita, se fazia a colheita ia lá e acertava. (Francisco, grifo nosso)

Sr. Francisco também reflete sobre o avanço da cultura da cana-de-açúcar e da tecnologia e as consequências disso para quem vive do trabalho.

Antigamente, bem pra trás, tinha usina, mais era uma usina, sabe, que tinha poucas usina, não tinha muito plantio de cana n/é, e foi de uma época pra cá, eu não sei que época que é, porque começaram fazer muita usina demais. Hoje o plantio de cana, hoje o plantio de cana quase tá, tá quase o Brasil inteiro não é verdade? (Francisco)

O Brasil, na safra de 2006-2007, produziu 17,4 bilhões de litros de etanol, consome 15 bilhões de litros, tem uma projeção para a safra de 2012-2013 de 35,7 bilhões de litros. Possui 336 usinas e 73 estão sendo projetadas. Há uma perspectiva de que até o final da safra de 2012-2013 o Brasil tenha 409 usinas. (MORAIS, 2007, p. A6)

Este crescimento do interesse pelo etanol está estritamente ligado à necessidade dos países dependerem cada vez menos do petróleo. O Brasil e os Estados Unidos são os principais produtores de álcool no mundo, responsáveis por aproximadamente 70% da produção, cerca de 87 bilhões de litros por ano.

Sem dúvida a produção do álcool encontra-se em expansão no mercado internacional, principalmente com relação ao etanol, tem atraído transnacionais como a Cargill e interesse de chefes de Estado, o que ficou claro com a visita do presidente americano George W. Bush em março de 2007. “O Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) está decidido a liderar o processo de expansão de usinas de álcool, com financiamento de até R\$ 10 bilhões do montante necessário para a instalação das novas unidades de produção.” (KOMATSU, 2007, p. A5)

Das nove famílias que participaram da presente pesquisa, quatro são evangélicas e freqüentam assiduamente a igreja. Pode-se perceber a importância da religião na vida dessas pessoas e sua forte influência na leitura da realidade que possuem. Como exemplo, temos o depoimento a seguir:

É isso aí é como uma profecia que tá na bíblia que o profeta Daniel profetizou, tá no livro dele n/é, fala assim: “que muitos correrão de uma parte para a outra e a ciência multiplicará”. Então o que tá acontecendo: a ciência tá multiplicando, a tecnologia tá multiplicando cada dia mais e, nós não vamos pensá que as coisa vai endireitar que não vai não, vai de mal a pior. (Francisco)

Clemente relaciona a utilização das máquinas (colhedeira) e a diminuição do tempo de safra da cana-de-açúcar, com o rebatimento direto no tempo de emprego dos cortadores de cana:

[...] muita, muita, tem muita máquina, inclusive nessa usina que nós trabalha tem seis, é usina pequena n/é! Não é usina muito grande, mais tem seis máquina e as seis máquina trabalha vinte quatro horas. [...] Igual lá onde nós tá a safra acaba no final de outubro, antes ia até dezembro. Com certeza a cana que essa usina tem, que ela não é uma usina muito grande, mais a cana que ela tem, se for pra tirá a cana dela só manual chega dezembro com certeza, mais com as máquinas não chega novembro. Fim de outubro. (refere-se ao período em que a usina dispensa os cortadores de cana) (Clemente)

Há muito tempo que tem máquina n/é, acho que só não trocaram os trabalhado pelas máquina porque o governo acho que tem alguma regra aí que tem que empregar os trabalhadores se não [...]. (Antônia)

Esses trabalhadores sofrem hoje a ameaça constante de serem substituídos pelas máquinas. A Prof.<sup>a</sup> Dra. Maria Aparecida Moraes Silva relata que segundo alguns estudiosos uma colhedeira de cana substitui 100 cortadores de cana criando em contrapartida 12 novos postos de trabalho, vagas essas que passam a exigir habilidades e qualificação para o manuseio das máquinas. (SILVA, M. A. M., 2004, p.31)

Essas mudanças no mundo do trabalho, que aumentam o trabalho precário e temporário, o subemprego, a insegurança e o desemprego afetam a todos, mas em

especial no caso do corte da cana, as mulheres, tidas como frágeis não têm sido mais requisitadas para o trabalho no corte da cana.

O presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ribeirão Preto, Sílvio Donizete Palvequeres (apud SOUFEN; TOLEDO, 2007, p.G1) acredita que por enquanto não tem diminuído o número de trabalhadores empregados no corte da cana, porque tem aumentado a área plantada, mas a previsão de que a partir de 2008, comece a cair o número de funcionários.

Maria A. Moraes Silva (1999) expõe que embora não existam levantamentos sistematizados com relação a mecanização do corte da cana, as informações existentes indicam para a região de Ribeirão Preto, um índice variando entre 20 e 30% em 1992. No mesmo estudo, segundo as informações dos usineiros da região, a mecanização chegaria a 100% até 2002. Soufen e Toledo (2007, p.G1) declaram que atualmente “70% das áreas na região já estão mecanizadas, o maior índice do Estado.”

Tal preocupação com a questão do avanço da tecnologia e da mecanização aparece no Plano Plurianual da Assistência Social de Pitangueiras:

Essa descentralização leva o município a se preparar para assumir os problemas que possam surgir, uma vez que o desenvolvimento tecnológico e a mecanização da lavoura vem ocupando cada vez mais, o espaço, acarretando um aumento populacional empobrecido e de desempregados. (PITANGUEIRAS, 2001, p.05)

De acordo com reportagem do jornal Folha de São Paulo uma colheitadeira substitui 80 trabalhadores rurais. Há indícios de que algumas usinas têm realizado programa de especialização e de treinamento para recolocação desses trabalhadores, no entanto, de acordo com o pesquisador Alceu de Arruda Veiga Filho (apud SOUFEN; TOLEDO, 2007, p.G1) tais iniciativas são isoladas. O pesquisador expõe a necessidade de um diagnóstico que trace o perfil dos trabalhadores da cana no Estado, para ele esse seria o primeiro passo para garantir a absorção dos mesmos em outros serviços.

O Professor de economia agrícola da UNICAMP, Pedro Ramos (apud SOUFEN; TOLEDO, 2007, p.G1) acredita que a mecanização seja positiva, nos aspectos ambiental e social. Expõe que o Estado possui cerca de 200 mil trabalhadores na cana, destes estima-se que mais de 50% venham de outros

Estados. Ao mecanizar acredita que estes trabalhadores permaneçam nas suas regiões de origem.

Ramos (apud SOUFEN; TOLEDO, 2007, p.G1) alerta que os governos federal e estaduais precisam criar ocupação e fonte de renda para os que serão expulsos do corte da cana. Indica que uma das maneiras de fazer isso é investir na reforma agrária e em políticas de sustentação e viabilização de atividades econômicas.

Conforme Amstalden e Costa (1992 apud ALESSI; NAVARRO, 1997, p.08) a Associação Brasileira de Reforma Agrária estimou para 1975, cerca de 287.513 trabalhadores volantes no Estado de São Paulo e 87.254 na região de Ribeirão Preto. Em 1986 o número de trabalhadores volantes saltou para 370.943 no Estado e cerca de 95.000 na região.

Quanto ao número atual de trabalhadores rurais da região não há consenso, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ribeirão Preto estima que sejam de 40 a 50 mil, os usineiros falam em 60 mil. O jornal Folha de São Paulo realizou uma estimativa, e acredita que sejam 27 mil bóias-frias. (SOUFEN; TOLEDO, 2007, p.G1)

A mecanização do corte da cana e o uso da tecnologia em todas as etapas da produção do açúcar e do álcool agravam a situação sócio-econômica dos trabalhadores rurais, aprofundando a insegurança destes com relação ao trabalho.

### *2.2.2 Trajetórias e condições de vida*

As condições de vida dos trabalhadores e de suas famílias estão extremamente relacionadas ao trabalho. Isto fica claro no caso dos cortadores de cana, muitos foram excluídos da oportunidade de estudarem porque desde cedo ingressaram no mercado de trabalho, acompanhando os pais, assumindo a co-responsabilidade pelo sustento dos irmãos.

Ô meu Deus! Eu fiz é o primeiro aninho, quando foi pra completar o segundo eu já, eu sempre fui sofrido desde pequeno, se fala esse negócio de Minas e tal ólha, nós lá somo em dez irmão, e desses dez irmão dos home, eu sou o mais velho, e sempre desde pequenininho eu vivia no mundo trabalhando pra ajudar o meu pai. [...] É pra cuidar dos outros, por isso eu saí de casa novo, eu saí com quatorze anos lá de casa, quando eu vim pra cá, eu ía fazer quinze anos ainda, e eu vim pra cá também, só volto pra festa. (Clemente)

Yazbek (2006) realizou importante estudo sobre usuários da Assistência Social na cidade de São Paulo e constatou que todos vivenciaram a experiência do trabalho precoce, da infância roubada e a grande maioria a experiência migratória em busca de melhores condições de vida. Esta realidade é a mesma dos sujeitos da presente pesquisa, conforme pode-se observar nos depoimentos a seguir:

Eu estudei até a quarta, o meu esposo nem teve oportunidade, porque desde pequeno, que ele veio de uma família de doze irmãos, então os mais velhos que tinham que trabalhar pra ajudar os menores. (Antônia)

Aí estudei até a quinta série só. Aí tive de parar n/é pra ajudar a minha mãe a trabalhar. Ele é analfabeto. (referindo-se ao companheiro) (Lúcia)

Algumas trajetórias além da ausência do mínimo necessário para viver, marca de um lugar social na sociedade vigente, trazem a marca de tragédias e perdas ainda na infância, como é o caso de Luiza que viu seu pai suicidar-se jogando-se na frente de um trem.

[...] na época que, eu cheguei ir na escola, quando eu tava com sete anos eu cheguei í, eu fui dois dias, aí meu pai veio se jogar debaixo de trem n/é! Aí a gente foi obrigada a sair da escola, porque a D. Z. que ela chamava a professora, até ela era legal pra mim, ela era boazinha, mas, eu falei: não eu não vou poder vir mais! Eu tinha que trabalhar pra ajudar minha mãe, pra nós pode comer, porque nós não tinha como sobreviver. (Luiza)

João não havia tido em seu Estado de origem oportunidade de estudar e com 20 anos é analfabeto. Tentou ir à escola incentivado por sua inclusão no Projeto Ação Jovem, mas suas condições de saúde impediram-no de permanecer na escola.

Eu comecei a estudar, mas só que eu não agüentei estudar, porque tenho muito problema, aí o médico pegou e falou: não adianta você ir para escola que você não vai agüentar estudar. Na época que eu tava desenvolvendo eu adoeci, aí o médico pegou e tirou eu da escola porque até problema de cabeça eu estava tendo. (João)

Cabe aqui a ressalva de que o trabalho precoce não traz nenhuma garantia de melhores condições de vida futura, como defendem segmentos contrários à proibição do trabalho infantil, ao contrário, a experiência dos nossos sujeitos só comprova que a perda de boa parte da infância, da vivência do lúdico, e

conseqüentemente o ingresso no trabalho, ao invés do ingresso e permanência na escola tolheram-lhes de outras oportunidades. Fica claro, que o trabalho tem sido muito mais instrumento de sobrevivência do que de ascensão social. (YAZBEK, 2006).

E hoje competindo com outros tantos trabalhadores, e com as máquinas, sentem-se fadados ao trabalho no corte da cana, sem alternativa de conseguirem outra ocupação, já que a grande maioria das ocupações existentes exige cada vez mais escolaridade.

E eu penso assim ô, eu não tenho estudo nenhum né, não sou formada, então, nem adianta procurá outro serviço. (Fátima)

E então, dessa forma, eu não tinha tanta oportunidade de estudar, eu tenho vontade de estudar porque assim, igual eu vou na igreja pra ler a bíblia, o pastor lê um versículo e os irmão lê outro, eu com alguém pra acompanhar dá trabalho, por causa que eu leio soletrando, então eu sinto muita dificuldade. Eu já tentei voltar a estudar, só que devido do serviço, dá muito sono. (Clemente)

A maioria das famílias entrevistadas vê na oportunidade de estudo que os filhos estão tendo uma chance de poderem trabalhar em algo menos desgastante do que o corte da cana.

Eu quero assim, o que eu não tive eu quero que os meus filhos tenham, um bom estudo, um bom estudo. Os meninos, eu falo para eles: eu quero que vocês sejam bem educados! Eu, a minha mãe não me criou, me deu para uma família, bem de vida, essa família, essa família que me criou, eu tive tudo do bom e do melhor. Eu falo pra eles a mãe não pode dá as coisas boas pro cês, mas eu quero que cês sejam educados, sejam estudiosos, aprende o que a mãe não pode, não teve oportunidade de aprender. A minha menina mais velha, eu coloquei ela para fazer computação, que eu falei: filha olha o serviço aí fora tudo tem que ter computação, se ocê não tiver! Aí eu tava pagando cursinho pra ela, foi só uns três meses, não quis ir mais, falei pra ela, mas se tem que fazer, porque, hoje em dia para arrumar um serviço se tem que ter um cursinho. (Maria)

Igual pra mim que eu fiz só até a oitava série n/é pra arrumar um outro serviço melhor é difícil, eu não consigo mesmo! Então eu penso assim eu vou trabalhando lá e investindo nos meus filhos, pra quando eles crescê e tivê a idade de trabalha não ir cortá cana. Porque não é assim, eu não vou falar que é um serviço ruim, mais que é bom também não é, que é pesado n/é? Vixe! Derruba muito a gente, machuca muito. (Fátima)

Tal constatação coincide com a realidade dos sujeitos da pesquisa de Yazbek (2006, p.109) “[...] os projetos para o futuro dos filhos supõem o acesso à escola e o reconhecimento da educação como caminho de ascensão e de chances que não tiveram”.

Outra característica identificada dentre os sujeitos desta pesquisa é a migração de outros Estados para o município em questão em busca de uma vida melhor. Das nove famílias participantes desta pesquisa, seis delas tem pelo menos um membro que é migrante de outro Estado do Brasil.

É, igual lá no trabalho, lá onde eu trabalho, tem gente de quatro estados diferentes: ô tem mineiro, baiano, pernambucano, paraibano e alagoano, cinco estados diferentes. (Clemente)

Tem mineiro, paranaense, paraíba, pernambucano, tem mais. (Fátima)

Em alguns casos a migração é reforçada pela busca de melhores tratamentos de saúde. Cabe a ressalva de que a região e principalmente o município de Ribeirão Preto é destaque nos setores educacional e de saúde, o que o torna referência regional, estadual, nacional e até internacional. (ALESSI; NAVARRO, 1997, p.7) Este é o caso de Fátima:

Ô na verdade, quando eu vim pra cá, eu vim mais pra morar com o meu primo e irmão de criação, e minha mãe ela tem chagas e é muito doente lá, aí eu vim assim, mais pra morar com ele, pra quando chegasse o final do ano eles buscá ela, pra ela vim fazer um tratamento aqui, porque lá onde nós morava o médico é muito difícil. Aí, ele ia buscá ela pra fazer um tratamento. Aí quando ela voltava, que eu ia voltá com ela; aí como eu vim, gostei, aí eu trabalhei com ele no domingo, eu ia corta cana avulsa mais meu irmão, porque naquela época levava, hoje não leva mais avulsa. Aí nós juntô o dinheiro, alugô três cômodo aqui e eu fui lá e busquei ela, meu irmão e minha sobrinha que ficou lá. E aí nós continuou morando aqui, aí ela veio passou pro médico e nós acho que aqui era bem melhor. Aqui é bem melhor de que lá. (Fátima)

A grande maioria dos sujeitos migrou em busca de uma vida melhor:

Porque assim o lugar nosso lá é um lugar bom pra viver porque é sossegado, mais financeiramente é muito difícil [...]. (Antônia)

Eu morava lá no sul do Mato Grosso, chamava a cidade lá, chamava Cristalina n/é, ela fica perto de, é pertinho de Dourado entre meio Dourado e Carapó, é uma vilinha que eu não sei como que não acabou, porque é bem pequenininha sabe. [...] Aí de lá nós soube notícia que aqui cortava cana, disse que dava muito dinheiro [...] Aí nós veio tudo pra cá. (Francisco)



Um dos depoentes veio para o município de Pitangueiras somente para visitar os irmãos, que haviam migrado para o corte da cana-de-açúcar e acabou ficando:

Eu vim para passear, eu gostei e eu mesmo fiquei, vim só para ver a minha família, meus irmão, fazia muito tempo que eu não, eu não tava vendo, eles não queria ir lá, eles pegaram deram o dinheiro da passagem para mim vir e aí eu não voltei mas lá não. (João)

Segundo Maria A. Moraes Silva (2000, on-line) estima-se que cerca de 50 mil migrantes, em sua maioria, jovens, se deslocam todos os anos das áreas mais pobres do país para trabalharem na safra da cana.

#### 2.2.2.1 Moradia e alimentação

Embora a cidade de Pitangueiras/SP seja considerada pequena, é possível identificar o centro e distingui-lo da periferia; todos os sujeitos da pesquisa residem em bairros periféricos, o que vai ao encontro das conclusões de Maria A. Moraes Silva (1999, p.220) que ao referir-se aos trabalhadores rurais afirma que “passaram a se concentrar nos bairros periféricos das cidades médias e nas chamadas cidades-dormitórios.”

As casas dos sujeitos da pesquisa são de alvenaria, possuem água encanada, energia elétrica e rede de esgoto. Apenas Marta denuncia a falta de água no bairro onde reside, bairro conhecido no município por reunir grande número de trabalhadores rurais, inclusive migrantes, que vem para trabalhar no corte da cana. Tal falta exige que acordem de madrugada e encham vasilhas com água para ser utilizada durante o dia, além disso, a limpeza da casa e o cuidado com as vestimentas têm que ser feitos antes das 5h00 da manhã.

A maioria das casas são bastante modestas e com poucos cômodos. Dentre os informantes, quatro famílias residem em casa cedida por parentes (44,45%), três famílias moram em casa própria (33,33%), uma família está pagando financiamento da casa junto a COHAB-Ribeirão Preto (11,11%) e uma única família paga aluguel (11,11%).

Dos sujeitos da pesquisa apenas João paga aluguel da moradia a um parente, a casa não está terminada, falta o acabamento. Maria mora com o marido e os quatro filhos em casa própria, apenas de dois cômodos mais o banheiro

construídos e um vasto quintal na frente da casa, onde ela planta diversos tipos de hortaliças e pés de fruta.

Luiza e Carlos pagam financiamento de uma casa da COHAB, as inscrições para adquirirem esses imóveis são realizadas na Secretaria Municipal de Promoção Social, o município não conta com Secretaria ou congênere ligado a Habitação. Tais imóveis não são novos, já foram habitados por outras famílias e alguns encontram-se bastante danificados. Diante da inadimplência ou abandono dos mutuários, são repassados para outras famílias, desde que tenham como arcar com o financiamento do mesmo.

[...] nós pegô, pela assistência social que nós pegou aqui. (Luiza)

Tereza tem usufruto da casa onde mora, que é dos seus filhos. Residem em três cômodos e alugam outros dois no mesmo quintal, normalmente para famílias de migrantes que vêm para o município para o corte da cana.

Marta reside em quatro cômodos no terreno da mãe, trata-se de um terreno amplo onde residem mais três famílias em cômodos separados. São todos familiares. Está pagando financiamento de um terreno, no entanto no período da entressafra da cana atrasaram as prestações e ficaram sem condições de construir.

[...] eu consegui tirá o terreninho no Canadá [...], já tem até prestação meio atrasada por causa da parada, atrapalho. Eu consegui, mais só que tem umas três prestação atrasada, mas que nem eu falei pro meu marido, agora começa a safra a gente paga tudo, a gente ia até levantar a parede mais o dinheiro acabou. (Marta)

Lúcia e Inácio residem na casa do pai dele. Antônia reside em casa própria.

D. Madalena e Sr. Francisco são idosos e moram nos fundos da casa de um dos filhos. A última vez que fomos a residência deles, estavam aumentando um cômodo da casa, que anteriormente possuía apenas três cômodos e um banheiro.

Fátima e Clemente moram em casa própria, já pagaram aluguel e é com pesar que lembram desses tempos:

O aluguel é um dinheiro que vai e nunca volta. (Fátima)

Vixe! Por muito tempo, agora veja bem pra você ver, aí eu passava na rua, assim, eu via uma casinha de dois cômodo eternit [...]aí eu pensava assim, o meu Deus n/é! [...] Eu pensava se eu conseguisse pelo menos uma casinha dessa pra eu sair do aluguel, pensava assim, e hoje aí eu tenho a casa que eu moro, aqui não é grande coisa, mais eu dô valor! (Clemente)

Na pesquisa realizada por Maria A. Moraes Silva (1999, p.248) com trabalhadores rurais constata que “23% dos entrevistados gastam até 50% do salário com alimentação; 27%, de 50% a 70%; 22%, de 70% a 80%; e 25%, mais de 80%”. Tal constatação repete-se na presente pesquisa: a maioria das famílias gasta grande parte do que ganha com essa necessidade básica, como permite constatar o depoimento a seguir.

Uns oitenta por cento, porque se você não comer bem, não bebe, não vence, então é base de uns oitenta por cento. (Fátima)

Pode-se perceber que o gasto com alimentação está condicionado ao ganho no trabalho no corte da cana, o que pode ser identificado no depoimento seguinte.

Ah! Dependendo o tanto assim que ele ganhá por quinzena, porque o pagamento é tudo por quinzena, e nós não gasta assim muito, nós também não faz uma despesa assim, é o mínimo, n/é? (Lúcia)

Marta expõe a dificuldade de organizar o orçamento doméstico diante da insuficiência dos ganhos para as despesas básicas e mínimas de uma família:

Ai é bem difícil n/é! Que só de força pra nós aqui é R\$80,00/R\$90,00 vem pra pagar, e na verdade mesmo vem R\$180,00, mais ela usa minha força, então eu pago R\$90,00 e ela paga R\$ 90,00. Aí a gente vai no mercado compra o que tem que comprar n/é, tem que deixar um dinheirinho pro gás. É bem difícil, não vive bem não! [...] Às vezes o remédio não tem no posto, aí tem que comprar! (Marta)

Alimentação, uns trezentos contos dá para o mês. (João)

Cabe pontuar que o esforço empreendido no trabalho no corte da cana exige uma alimentação de qualidade e rica em nutrientes. Em pesquisa realizada por Maria A. Moraes Silva (1999, p.252) sobre os trabalhadores rurais assalariados “pode-se verificar que o padrão alimentar é precário em proteínas, concentrando-se o maior consumo em cereais e derivados”.

## 2.2.2.2 Saúde e lazer

A saúde é uma das políticas públicas que compõe o tripé da Seguridade Social no Brasil. É um direito social e está estritamente relacionada às condições de vida e trabalho dos indivíduos sociais.

Com relação ao atendimento na área da saúde, pode-se verificar que no período da safra os cortadores de cana têm convênio médico, o qual é individual, podendo ser incluídos dependentes, mas com um custo adicional por dependente, o que tem significado somente a inclusão do próprio cortador e de algum dependente que tenha problemas mais sérios de saúde. O restante dos membros da família utiliza o Sistema Único de Saúde.

Elas não têm porque na empresa que nós estamos trabalhando o convênio cê não paga o pacote, é por pessoa n/é, então aí fica muito pesado. Mais o ano passado eles tinham, é só a Daniela que tem devido o problema n/é. Aí o pai dela paga dele e dela, e eu pago o meu. Mais mesmo com o convênio o médico pediu uma ultra-som, porque eu tava quase morrendo, fui lá hoje vê esse ultra-som, até hoje não tá autorizado. Vai reuni pra vê se decide se autoriza ou não, é complicado! (Antônia)

[...] só eu e a minha esposa que tem por causa que cobra sucessor, é vinte reais por cada pessoa, então nós tem os três, aí pesa n/é? Chega o pagamento e fica complicado. Só que igual eu falei pra ela, tem o postinho e na área da saúde Pitangueiras melhorou bem. De segunda a sexta pode leva no postinho, aí sábado e domingo pode levar no hospital que eles atende. E não adianta querer colocar, pra colocar ele que é mais pequeno, não, se for coloca um, todos três é filho, então, eu não vou colocar um e nem o outro, não tem nenhum melhor que o outro! (Clemente)

Com o fim do contrato da safra da cana termina também o direito ao convênio médico e, caso os trabalhadores necessitem, recorrem ao Sistema Único de Saúde. Tal situação aparece em cinco depoimentos e será exemplificado com o depoimento a seguir.

[...] eu passava lá na Unimed, lá na Unimed tinha, passava lá mesmo, agora mesmo eles pegaram e mandaram eu para o posto. [...] Agora eu tô no posto, porque meu convênio é cortado. (João)

Apenas um dos sujeitos, por ter contrato por tempo indeterminado, relatou que toda a família tem convênio médico, ainda assim quando necessitam também recorrem ao Sistema Único de Saúde (SUS).

Quanto ao lazer, as alternativas são poucas e a maioria das famílias não tem tido lazer, a não ser assistir televisão. “Para uma vida reduzida a tempo de trabalho, o tempo livre é quase inexistente”. (SILVA, M. A. M., 1999, p.264)

Televisão é o dia inteiro quando eles estão em casa, porque eu só gosto das minhas novelinhas. [...] Não, nós não passeia não. (Marta)

Ah! Eu gosto de televisão principalmente os esporte. (Clemente)

O único lugar que eu saio é para ir na escola, e a televisão só! (Luiza)

Fátima, dos sujeitos, é a única que refere gostar de ler e considera essa atividade lazer.

Eu gosto muito de lê! Eu gosto assim também pra descansar, eu gosto de deitar e fica assim quietinha, não ouvir nada. (Fátima)

Embora, não seja muito freqüente, um dos sujeitos cita como alternativa de lazer levar os filhos para uma lanchonete ou sorveteria:

Não é direto não, mais de vez em quando, eu levo eles pra tomar um sorvete, comer um lanche [...]. (Clemente)

Surge como lazer nas falas a visita a familiares próximos.

Às vezes, vai na praça só de final de semana. [...] Não tem, área de lazer grátis aqui não tem, tem Thermas mais o Thermas a gente tem que pagar pra ir. [...] Às vezes nós asseste, tem os programa, assim, então, de vez em quando a gente asseste. [...] Passeia assim só na casa de filho, de parente não. (Tereza)

Ah! Nada, a minha rotina é esta, esta dentro de casa sabe!? Eu só saio a hora que precisa de alguma coisa, mais ao contrário disso, é só dentro de casa. [...] É de vez enquanto eu vou na minha mãe [...]. (Lúcia)

A maneira como Maria proporciona lazer a ela e aos filhos destoa das demais:

Às vezes, eu levo eles pra prainha para pescar. [...] Às vezes, nós vamos passear na olaria, pra mostrar pra eles como é que faz tijolo, aí a gente vai lá pro sítio, lá pro lado da usina. Aí nós vai pra lá, passa o dia lá e vem de tarde com eles.

A família de Maria chama-nos a atenção por não possuírem televisão em casa, relata que não sentem falta:

Não sente n/é, porque nós vai para a igreja, nossa vida é mais na igreja.

Outra depoente fala das festas na igreja evangélica, da qual ela e sua família participam. Os depoimentos nos permitiram identificar a importância para essas famílias da participação na comunidade religiosa.

Ah, a gente vai sempre pra igreja n/é e na igreja às vezes promove uma festinha, às vezes a gente tem jantar. É então, e mais em casa, quando reúne a família, cê faz um churrasquinho, um bolinho, uma coisa assim. (Antônia)

Diante do trabalho pesado que realizam os cortadores e cortadoras de cana ao invés de lazer, muitas vezes, necessitam de descanso.

### *2.2.3 Assistência Social: direito ou ajuda?*

A Assistência Social como política pública é jovem, foi somente a partir da Constituição Federativa Brasileira de 1988 que ganha este status. Já a assistência social entendida como ações e benefícios voltados para a população mais vulnerável é uma prática bastante antiga. Portanto, tal política pública vivencia a travessia da sua concepção e execução enquanto dever moral, marcada pelo assistencialismo e pelo favor que marcam a história brasileira no trato com os mais pobres, para a sua efetivação como direito social, conforme a legislação vigente.

Mediante as entrevistas realizadas é possível afirmar que a Assistência Social ainda não é materializada como direito, e por isso, não é percebida como tal pelos seus usuários. A palavra direito não aparece em nenhum depoimento, ao contrário é recorrente a utilização da palavra ajuda.

Assistência social me **ajudou**, pelo menos nessa parte aqui do Ação Jovem, **me ajudou bastante**, porque ia cortar os sessenta real que eu tava recebendo, a P. que é agora a encarregada do Ação Jovem, ela falou para mim: oh, não vai ter como mais você recebê! Oh, pois tá certo, também não tem como eu voltar a estudar. [...] Minha coluna inchava, porque eu andava bastante, chegava da roça e ia andar. (João, grifo nosso)

Ah! Eu acho ótimo, ontem mesmo eu peguei o meu dinheirinho e nossa **foi uma ajuda e tanto porque eu tava sem**, precisando comprar fruta e fui e comprei as coisinha que tava faltando. (Antonia, grifo nosso)

Inclusive eu **já ganhei muitas cestas de lá** que a **M. tem conseguido pra mim**. Aí antes de eu receber o Bolsa-Família eu fiquei num programa [...]. Isso, fiquei um ano n/é **me ajudou bastante** também, aí agora já tem um bom tempo que eu não vou lá, aí eu tenho o Bolsa-Escola que ajuda bastante. (Fátima, grifo nosso)

Maria é atendida pela Secretaria Municipal de Promoção Social de Pitangueiras há aproximadamente 10 anos:

Sempre fui, não saio de lá, todo mundo já me conhece. Era direto e reto, eu aí lá, às vezes, **eu pedia** pra assistente social arrumar cesta básica, às vezes, para ela arrumar remédio, às vezes, até roupa, eu já fui atrás dela pedir, **que ela sempre me dava**, roupa, calçado, despesa. Ia direto e reto lá, depois que nós começou a trabalhar que nós começou a dar descanso pra ela. (Maria, grifo nosso)

O depoimento demonstra a incapacidade da Assistência Social, da maneira como historicamente vêm sendo realizada e dos limites estruturais, de promover a independência das famílias que a ela recorrem.

Não houve nenhum sujeito que soubesse a origem dos recursos da Assistência Social, alguns arriscaram dizer que vinham do governo. Pode-se perceber que o governo aparece nas falas como um “ente abstrato”. A Política de Assistência Social aparece como uma política de governo e não como política de Estado.

Aí a psicóloga chegou a falar uma vez pra gente que vem, o governo repassa, faz esse repasse para a prefeitura, aí a prefeitura repassa para as assistentes sociais, para cada programa, para poder ir dividindo ali n/é? Ir visitando, acompanhando aquelas famílias para ver como que tá. (Maria)

Não, na minha cabeça eu acho que vem do governo, mais ninguém explicou nada pra mim não. (Marta)

Bom, que nem essa Bolsa-Família aí eu sei que é o governo que manda, agora as outras coisas deve ser ele também. (Lúcia)

Os depoimentos acima demonstram o quanto são insuficientes as informações fornecidas a população usuária. Saber que a origem dos recursos a que tem acesso é fruto do pagamento de impostos, pagos pelo conjunto da sociedade e principalmente pelos que vivem do trabalho contribuiria para desmistificar a Assistência Social como ajuda e a combater o assistencialismo. Essa informação conforme lembrança dos sujeitos foi fornecida por psicólogos, em nenhum momento fizeram referência a algum esclarecimento deste tipo que tenha partido do assistente social. Cabe lembrar que a grande maioria dos profissionais com ensino superior completo do órgão gestor da Assistência Social em Pitangueiras são assistentes sociais.

Isso nos traz alguns questionamentos importantes: por que o assistente social não informa ou informa de maneira insuficiente sobre a origem dos recursos da Política de Assistência Social para a população que atende? Por desconhecimento? Acredita-se que não. Acredita-se que os assistentes sociais têm enfrentado dificuldades de operacionalizá-la como direito social já que historicamente tal política pública tem a marca da cidadania invertida. Outra questão importante a ser destacada é que neste município as reuniões sócio-educativas são prioritariamente realizadas por psicólogos contratados para este fim.

Outro apontamento interessante diz respeito à seletividade dessa política pública. Os sujeitos da pesquisa desconhecem os critérios de seleção dos programas e de determinados benefícios, o que os leva a apontar a Política Pública de Assistência Social como injusta.

Então eu fui lá várias vezes pra mexer nesse negócio de Bolsa-Família, mas eu não sei se é porque tem muita gente elas fala: aí vem outro dia! Aí se vai, aí eu já fico nervosa e falo não vou mexer com mais nada, porque pra um dá certo, e pra uns já não dá certo. [...] eu acho assim, quem mais precisa, eles deixam de lado, agora quem não precisa eles ajuda, eu acho assim porque, eu acho que tinha que ser igual, todo mundo precisa. (Lúcia)

Eu vou falar uma coisa pra você tem uma mulher que não precisa eu conheço! A mulher que não precisa tá pegando todo mês! (Marta)



A falta de clareza sobre o funcionamento dos serviços, programas e projetos sociais leva a um descrédito com relação à Assistência Social e deixa uma lacuna que pode ser preenchida por práticas clientelistas.

Luiza demonstra a preocupação para com outras pessoas que também passam por dificuldades sócio-econômicas e indigna-se com os que não pensam nos demais:

Eu não vou lembrar porque faz muito ano. Teve uma temporada que eu fiquei bastante ano sem ir. Aí eu fui de novo porque a gente tava passando dificuldade, porque eu sempre, quando eu vou lá, eu falo oh, eu vim aqui porque eu tô precisando mesmo! Eu não vim com mentira. Porque eu já fui na assistência, eu já vi muitas mulher lá fora falando assim: eu tenho as coisas, mas eu venho aqui tem as coisas pra dá. Aí eu já penso comigo, não, mas tem gente que tá pior, porque que vem então? Aí, eu fico meio assim, não é certo então, se eu tenho hoje deixa aquilo lá pra quela pessoa que tá necessitando, não é só eu que tô precisando, atrás de mim, tem mais gente precisando do que eu também. Eu preciso, mas aquela pessoa também necessita [...]. (Luiza)

Já Fátima indica melhora na distribuição dos recursos para a população demandatária ao citar que os assistentes sociais têm realizado visitas domiciliares antes de atender as famílias em suas solicitações.

Só que hoje mudou muito, bem! Hoje pra eles ajudá a gente com uma cesta, eles vêm aqui na sua casa vê, vê quem tá trabaiano. Elas faz visita pra gente. (Fátima)

A visita domiciliar no depoimento acima aparece como um instrumento de fiscalização, nas quais serão averiguadas as reais condições dos demandatários desta política pública, o que não significa que os assistentes sociais partilhem desta concepção. Defende-se que o objetivo da visita domiciliar é aproximar-se do cotidiano das famílias usuárias da Política Pública de Assistência Social, é uma maneira de tentar conhecer como vive, como se organiza aquela família.

Quando é utilizada na perspectiva “fiscalizadora” é violenta, e essa violência é das mais danosas porque é sutil, introjetada como um procedimento de rotina e, portanto, naturalizada. O mesmo ocorre com as triagens e seleções para decidir se o usuário será ou não atendido em sua solicitação. Os assistentes sociais devem estar atentos a tais questões.

A Assistência Social aparece sempre associada à idéia de carência, de necessidade.

[...] sempre que eu chego lá eu conto a verdade, não conto mentira, não invento nada, porque assim se a **gente vai lá é porque tá precisando n/é?** (Fátima, grifo nosso)

Tipo ontem, eu falei pro meu marido eu vou lá na assistência **pedir** uma cesta. Mais as vezes eu fico até acanhada, porque ele só vai ter pagamento dia vinte, pra você vê! Tem um talão de força atrasado, tem dois talão de força quer dizer, se eu não pagar um até o dia sete, eles já corta. O pagamento é só dia vinte, como eu vou pagar dia sete? Aqui dentro não tem mais nada! A dispensa não tem mais nada, pode abri que, porque **quando eles me dá**, como se diz não é muito, mais também não é pouco, se controla n/é? Mais coitada ela falou que não podia dar mais. Eu entendi o lado dela n/é! (Marta, grifo nosso)

Marta relata que em virtude da irmã ter falecido e ela ter assumido os cuidados com os dois sobrinhos foi incluída no Projeto Alimentando a Cidadania, que consiste no fornecimento mensal de uma cesta básica. No entanto, passou por uma nova avaliação e foi orientada que não continuaria no projeto:

Já participei depois que a minha irmã morreu, ela deu só um ano pra mim, ai ela chamou eu lá, falou que ia cortar, que era mais pra pessoas doentes n/é. Então o que ela me explicou eu entendi, mais às vezes, a gente também passa dificuldade n/é? (Marta)

Surge também a relação da assistência social atendendo a demandas de outra política pública, da saúde, por exemplo, ao ser procurada para o fornecimento de dentadura, medicamentos e de óculos.

Permanece no entendimento de alguns gestores de políticas públicas que todas as necessidades da população pobre, chamada comumente de carente, deve ser atendida pela política de assistência social. Dessa maneira a transversalidade da assistência social é mal compreendida, e como política pública ela tem que assumir ou tentar prover, mesmo que de maneira episódica ou precária, uma série de necessidades da população.

A assistência social nestes casos é entendida como um “governo paralelo da pobreza” conforme contribuição de Carvalho (1994, p. 90, destaques do autor) “[...] sendo uma política que se destina somente aos necessitados (mesmo que sejam a maioria)”, sua efetivação enquanto direito é um desafio , “[...] pois, pode-se por meio

dela, constituir-se um 'governo paralelo da pobreza', isto é, um governo sem compromisso de universalizar a proteção social e sem compromisso de garantir padrões de qualidade e controle social”.

Uma das depoentes referiu ter ido até o órgão gestor da Política Pública de Assistência Social a procura de trabalho em algum setor da prefeitura.

[...] eu fui lá mesmo para falar com a D. que eu ia vê se a D. não me arrumava assim um serviço numa escola, na creche, mas aí eu não conversei com ela [...]. (Lúcia)

Houve a oportunidade de entrevistar um casal de idosos que recebem o Benefício de Prestação Continuada (BPC), relataram que antes da idosa completar os 65 anos, sobreviviam com apenas um salário mínimo do BPC do Sr. Francisco, nesse período viviam com dificuldade. O casal possui gastos contínuos com medicação.

A agora nós tá bem n/é! Mais passemos apertado porque só ele recebia. (Madalena)

É possível perceber que as famílias incluídas no Programa Renda Cidadã, por ter uma proposta de trabalho sócio-educativo sistemático são as que mais avaliam positivamente essa política pública. As famílias participantes deste programa têm reuniões semanais com duas psicólogas contratadas especificamente para desenvolver este trabalho sob a coordenação de uma assistente social. Citam que houve um período em que as reuniões eram monótonas, mas depois se tornaram muito interessantes:

Eu sinceramente, eu tô falando assim de mim, mas eu acho que eu sempre fui bem atendida pela M., inclusive, ela me colocou num programa que era o Renda. O primeiro ano eu não tava gostando, achava que tava perdendo tempo, as reuniões cansativas, não tava gostando, mas esse ano pra cá, no segundo ano, acho que melhoro 100%. Eu pude aprender fazer trabalhos manuais, foi coisas que incentivou a gente a ir para frente. Eu aprendi várias coisas, aprendi a bordar, bordar em roupa com miçanga, aprendi a fazer chinelo, aprendi a fazer ursinho, fiz uns ursinhos, vendi, então são coisas assim que incentivou bastante esse ano. Eu falei mesmo para as meninas: fechou com chave de ouro. Eu aprendi bastante coisa, só que ainda, eu falei pra elas, que por enquanto, assim de emergência, essas coisa se tem que andar pra vender, se tem que mostrar, aí eu

falei assim: deixa eu folgá um pouquinho, porque a hora que o meu marido começar a receber direitinho, aí eu posso continuar fazendo os bonequinhos, que leva muito tempo pra fazer, tudo aquilo com cola quente leva bastante tempo. Então eu falei pra elas: deixa assim a hora que eu acabar, acabar assim, a hora que eu desafogar um pouquinho eu posso fazer os bonequinhos. Fazer outras coisas, porque esse programa abriu a mente da gente para fazer outras coisas também, não só esse negócio de bordado, mas outras coisas, como doce, bala, pão, essas coisas, pra gente fazer, pra gente mesmo vender, até mesmo tirar a renda, pra casa da gente. (Maria)

Assim n'é outras eu nunca fui. Que eu fui mesmo foi aqui. Pra mim eu acho que é ótima, porque todas as vezes que eu fui lá, eu fui atendida igual, teve uma vez que eu fui nós não tinha despesa. Já me deu um gás também, o gás nosso tinha acabado e não tinha dinheiro pra comprá, elas deu. Tem esse programa que não é só o dinheiro que a gente tira todo mês, mais elas ensina muita coisa, dá curso, assim que a gente pode aprender, igual crochê que aprendi lá. [...] Aprendi fazer aqueles tapete lá, então são coisas assim que ajuda a gente também. [...]É vixe! Assim além de ajudar n'é esse dinheiro, se aprende muita coisa também. Eles passa muita coisa boa pra gente. [...] Eles ensinam muitas coisas pra gente. (Fátima)

As depoentes acima valorizam os trabalhos manuais que aprenderam através do programa, e uma delas vislumbra a possibilidade de obter renda vendendo o que aprendeu.

Maria cita a importância das reuniões para seu repensar sobre a educação dos seus filhos:

Me ajudou muito, porque eu tava passando uma crise também com esses meus filhos, principalmente com os dois meninos. Então, eles tão naquele período que eles acham que já é grande, quê ficar na rua, e a gente só batia, só batia. Então a gente começou a ter aquele conselho com as psicólogas e ela ensinou muita coisa pra gente, teve as palestras também com o povo também lá do, do Conselho Tutelar de Sertãozinho, aconselhou muito a gente, deu aquela palestra, acho que melhorou até comigo e eu aprendi também. (Maria)

Acredita-se que as reuniões realizadas sistematicamente permitem ao grupo a criação de um vínculo e é um espaço para a partilha das dificuldades e para aprender uns com os outros.

Defende-se que todo o contato entre o assistente social e os usuários tem a potencialidade de tornar-se sócio-educativo, a reunião é um espaço privilegiado para que isso ocorra, mas não o único. Por isso, quando citamos que os assistentes sociais não são os responsáveis diretos pelas reuniões não estamos negando a

dimensão sócio-educativa intrínseca ao seu trabalho e a contribuição para que as mesmas ocorram.

Maria A. Moraes Silva (1999, p.248) realizou pesquisa a cerca dos trabalhadores rurais da região de Ribeirão Preto e concluiu que 57% dos trabalhadores

[...] receberam ajuda em alimentos, calçados e remédios. Instituições religiosas, escolares, faculdades, creches, postos de saúde, parentes, vizinhos, usinas aparecem no rol dos que ajudam. Esta situação revela o quadro de penúria vivenciado, considerando-se o número de 2,33 pessoas em média que trabalham por domicílio. Quase 1/3 das famílias recebe ajuda, o que configura a situação de uma população assistida.

A autora supra-citada levanta a hipótese de que a incapacidade da reprodução social destes trabalhadores pode ser um dos elementos detonadores da atual demanda pela terra.

#### *2.2.4 Perspectivas de futuro e sonhos*

Acredita-se que sonhar seja uma necessidade vital para os seres humanos. É através dos sonhos que se resiste ao amargo da vida: trabalho árduo, a luta pela sobrevivência, com poucas certezas e muitas inseguranças.

Todos os sujeitos entrevistados reconheceram terem sonhos, as dificuldades cotidianas não os impediram de sonhar. Apenas um depoente, diante dos seus problemas de saúde, refere pensar mais na família:

Eu do meu futuro mesmo, do jeito que eu tô agora, eu quase não espero nada, porque eu não tenho saúde para nada, nada, nada, agora os outros da minha família, espero coisa boa, porque eles tem saúde, pode trabalhar normal. (João)

Cabe reforçar que João tem apenas 20 anos de idade e não é alfabetizado. Pelo seu depoimento fica claro a falta de perspectiva de vida que tem esse migrante da Paraíba. Possibilita vislumbrar o quanto que as perspectivas de vida estão condicionadas ao pertencimento a uma classe social e a condição sócio-econômica.

O sonho da casa própria continua sendo muito presente para os que pagam aluguel ou moram em casa cedida.

A minha vontade era comprar um terreno, fazer uma casa para mim e ficar sossegado, trabalhar, mas eu acho que eu não agüento trabalhar não, os médico mesmo já tirou isso de mim, já tirou eu três vez do serviço. (João)

É uma casa melhor e ter uma vida minha sei lá. (Tereza)

Pode-se perceber que o sonho de ter casa própria, ou seja, um abrigo, um lar, é um dos mais presentes. Pode-se vislumbrar que os sonhos estão relacionados a melhores condições de vida, a necessidades humanas básicas.

Chama a atenção o depoimento de Marta por falar do seu sonho, das dificuldades para concretizá-lo e do alerta para não sonhar alto demais:

Ah! O único sonho que eu tenho é só acabar a minha casinha viu! E fazer ela do meu sonho, do meu jeitinho, entrar dentro e viver sossegada, meu sonho é só minha casa. Não tenho mais sonho nenhum porque não adianta ter, não vem mesmo, não adianta ter sonho alto, a casa que eu sonhei tanto tá difícil! [...] Que nós comprou o terreno tá com um ano e pouco, aí nós começô a construir agora no fim do ano, o acertinho do meu marido foi tudo e nem deu nem pra acaba de levantar, pra você ver!." (Marta)

Em dois depoimentos aparece também o desejo de adquirir um carro.

[...] arrumar a casa e comprar um carrinho para ir à igreja. (Madalena)

Ai meu Deus do céu! O futuro, eu penso do futuro, eu conseguir tirar a minha habilitação e comprar um carro pra mim. (Clemente)

Os depoimentos colhidos levaram a refletir sobre a maneira como a vida humana está organizada no sistema capitalista de produção, vive-se para sobreviver, para conquistar o que por direito todo ser humano, pelo simples fato de existir, deveria ter garantido. É salutar lembrar da frase de Marx e Engels (1998, p.21, destaque do autor):

O primeiro pressuposto de toda existência humana e, portanto, de toda a história, é que os homens devem estar em condições de viver para poder "fazer a história". Mas para viver, é preciso, antes de tudo, comer, beber, ter habitação, vestir-se e algumas coisas mais [...].

Muitos sonham com a possibilidade de mudarem de profissão e desejam trabalhar por conta própria:

O meu sonho é ser uma costureira [...], eu tenho muita vontade assim de ser uma costureira, costurar para fora, fazer bordado, aqueles bordado na máquina tudo. Teve uma época que eu comecei, comecei indo lá no CIMEC, aí depois, eu não tava aprendendo aquilo que eu queria, aí eu desanimei e saí. Aí depois entrei de novo, mas não vai dar certo porque o que eu quero aprender, a professora lá, sabe não tem paciência para ensinar. Então deixa a hora que eu conseguir a vaga com outra professora aí eu vou. (Maria)

Como tenho, o meu maior sonho é tirar o meu esposo de trabalhar na roça, eu e ele saí dessa vida. [...] Ah, eu tenho o sonho de montar um comércio, ter uma lojinha de roupa pra mim, já tava bom, já tava ótimo. (Antônia)

Tais depoimentos reforçam a importância que o trabalho possui na vida dos indivíduos, mesmo quando sonham, seus sonhos estão relacionados a possibilidades de mudarem de ocupação profissional.

Quando não vislumbram a possibilidade de mudar de profissão sonham-na para os filhos e neles investem suas esperanças. “Quando inquiridos sobre o que desejam aos seus filhos, a grande maioria respondeu que era o estudo. O estudo parece ser o único caminho aberto para que os filhos não sejam o que os pais foram e são.” (SILVA, M. A. M., 1999, p.259)

É relevante o depoimento de Fátima:

Ah! Eu penso assim primeiramente eu peço a Deus, vida e saúde n/é, enquanto ele tiver me dando vida e saúde eu vou trabalhando até eu agüentar. E assim que a minha menina acabar os estudos dela, pagar um cursinho pra ela fazer, pra que ela possa assim arrumar um emprego, não assim que ganhe bem, mais que seja mais manero que o nosso.

É admirável que mesmo com um trabalho tão extenuante quanto o corte da cana, com perspectivas nada animadoras em decorrência do avanço da mecanização, tendo que conviver com os períodos de escassez de trabalho e com as entressafras, estes sujeitos sonham, lutam para realizá-los e não perdem a fé na vida.

## CONCLUSÃO

A realização deste estudo permite reafirmar a importância que o trabalho continua tendo na vida dos indivíduos sociais e a gravidade da situação vivenciada por aqueles que vivem do trabalho mediante a reestruturação produtiva que esta em andamento.

O trabalhador, considerado um “pobre virtual” porque desprovido das condições para a realização autônoma do trabalho necessário à reprodução da sua subsistência (MARX, 1980a, 110, t.2 apud IAMAMOTO, 2006, p.67) têm sua situação agravada com as mudanças que estão ocorrendo no mundo do trabalho, com o crescimento do desemprego, do subemprego, dos trabalhos temporários e precários e com o aumento da terceirização.

Com a intensificação do uso da tecnologia, os trabalhadores além de concorrerem entre si pelos postos de trabalho existentes, passam a disputá-los com as máquinas. Tal cenário obriga-os a lutarem por trabalho, ou seja, pela venda da sua força de trabalho, ao invés de lutarem por direitos ou pela manutenção dos mesmos, conquistados em outras conjunturas históricas.

No Brasil a questão agrária possui importante impacto e particulariza a formatação da questão social. Para este estudo nos detivemos às conseqüências da proletarianização do homem do campo. Isso nos leva a uma reflexão sobre as manifestações da questão social, que embora apareçam muito mais vinculadas ao espaço urbano, estão presentes também na zona rural. O enfrentamento das manifestações da questão social não pode se privar da visualização da questão agrária no Brasil.

Neste país tem-se uma estrutura fundiária extremamente concentradora e que exclui grande parte dos trabalhadores do direito a terra. Com a modernização conservadora, que ocorre até os dias atuais, os trabalhadores são expulsos do campo e ao mesmo tempo não são absorvidos pelos empregos das cidades, ou seja, deixam de ser colonos e moradores do campo, passam a viver nas periferias das cidades e não são absorvidos pelo mercado de trabalho urbano.

A insegurança com relação ao trabalho, emprego e renda, que toma grandes proporções mediante as mudanças no mundo do trabalho não é algo novo para os trabalhadores rurais assalariados, principalmente para os safristas. Grande parte dos trabalhadores rurais assalariados tem a marca do trabalho intermitente, o que



representa direitos também intermitentes e condições de vida muitas vezes determinadas pelos períodos de safra e entressafra.

A situação apresentada ganha maiores proporções com o emprego de tecnologia no campo, que diminui o número de postos de trabalho e para os que mantêm, muitas vezes, exige-se escolaridade e qualificação profissional para manuseio das máquinas. Condições estas que esses trabalhadores não possuem porque em suas trajetórias de vida começaram a trabalhar ainda crianças para contribuir com o sustento da família, o que os furtou da vivência da infância e da escola.

No caso dos trabalhadores rurais faz-se necessário entender seu empobrecimento, como uma das conseqüências da modernização conservadora da agricultura. Expulsos da terra, onde eram colonos, meeiros ou arrendatários, passam a viver nas periferias da cidade e a se tornarem totalmente “livres” para vender sua força de trabalho para quem puder e quiser comprar.

Porém sua saga continua vinculada ao trabalho no campo, mas agora numa nova condição, a de trabalhador assalariado rural. Tal mudança não é restrita a produção; sua reprodução e da sua família também passam a depender totalmente da venda da sua força de trabalho em troca do dinheiro, que cada vez mais será necessário para adquirir mercadorias necessárias à sobrevivência.

No caso dos trabalhadores rurais, as sagas contêm a vivência dos períodos de safra e da entressafra, na entressafra o emprego é escasso e as dificuldades com relação à manutenção da família são enormes. É principalmente neste período que estes trabalhadores recorrem a Política de Assistência Social em busca de algumas respostas para tantas carências.

Com a Constituição Federativa Brasileira de 1988 e com a LOAS a assistência social passa a ser direito social. Tal reconhecimento é fundamental, pois, historicamente ações de Assistência Social sempre estiveram atreladas ou ao dever moral (FERREIRA, 1999, p.140) ou ao assistencialismo e ao favor.

Atrelada à reestruturação produtiva vivencia-se a substituição do Estado de Bem-Estar Social pelo Estado Mínimo, o que corresponde os ditames neoliberais. Situação mais dramática é a de países como o Brasil que não vivenciaram o Estado de Bem-Estar Social.

No Brasil vislumbrou-se a possibilidade de ter um Estado de Bem-Estar Social com a promulgação da Constituição da República Federativa Brasileira de 1988, que

traz pela primeira vez o conceito de Seguridade Social e assume o compromisso legal com a proteção social da população. No entanto, tal aprovação coincide no cenário internacional com o desmonte do Estado de Bem-Estar Social e com o avanço das idéias neoliberais.

Assim sendo, o Brasil não ficou imune ao neoliberalismo, o que repercutiu em maiores dificuldades para a realização dos direitos sociais previstos na Constituição de 1988 e nos dispositivos legais dela derivados.

Vivencia-se no campo da Assistência Social uma fase de transição entre as concepções atreladas ao dever moral e ao assistencialismo para a concepção de direito social.

Defendê-la como direito social e realizá-la nessa perspectiva, informando à população que a ela recorre é uma maneira de contribuir com a mudança da cultura brasileira marcada por relações sociais que são regidas pela cumplicidade (quando as pessoas se identificam como iguais), ou pelo mando e obediência (quando as pessoas se reconhecem como desiguais), mas não pelo reconhecimento da igualdade jurídica dos cidadãos. (IAMAMOTO, 2005, p.36) Edificá-la como direito é lutar contra a ideologia do favor tão arraigada na sociedade brasileira.

Na tentativa de fortalecer a Política Pública de Assistência Social, fruto da IV Conferência Nacional de Assistência Social ocorre no Brasil em 2005 a implantação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

Com o SUAS novos desafios somam-se aos antigos, os principais dizem respeito à questão do financiamento dessa Política Pública, que necessita ser condizente com o que está proposto na Política Nacional de Assistência Social; urge maiores e contínuos investimentos em recursos humanos dessa área; clareza quanto ao papel das Entidades e Organizações Sociais de Assistência Social na construção do sistema; dados e informações confiáveis sobre a execução dessa Política Pública e sobre a população que a ela recorre.

É salutar acreditar e investir no protagonismo das famílias e indivíduos atendidos, pois, “[...] criar condições para que os subalternizados caminhem na direção de sua constituição como sujeitos é parte das tarefas socioeducativas e políticas de uma assistência social que não sirva à reiteração da subalternidade de seus usuários.” (YAZBEK, 2006, p.164).

É fundamental aproximar-se do cotidiano dos atendidos pela Política Pública de Assistência Social, além de envolvê-los no planejamento das ações e ter propostas que favoreçam o seu protagonismo, o que exige acreditar e investir nisso.

É cada vez maior o número de trabalhadores e trabalhadoras que têm recorrido a Assistência Social. Nosso estudo aproximou-se das condições de vida e trabalho das famílias de cortadores e cortadoras de cana, usuários da Política Pública de Assistência Social no município de Pitangueiras/SP.

Nosso trabalho reafirma a conclusão de Yazbek (2006, p.43-44, destaque do autor) que segue:

Na configuração atual do capitalismo brasileiro, recorrem aos serviços sociais públicos tanto trabalhadores (registrados ou não) como os que se encontram excluídos do sistema de produção. O crescimento acelerado de mão-de-obra, sobretudo de baixa qualificação, constitui uma característica histórica do processo de acumulação no país.

Muitos são os trabalhadores que passam a vivenciar a deteriorização das suas condições de vida, tendo alguns inclusive que recorrer a Política Pública de Assistência Social para solicitar benefícios ligados as suas necessidades básicas.

O aumento da demanda e da procura pela Política de Assistência Social é um sinal claro da deteriorização da qualidade de vida e do empobrecimento da população.

De acordo com levantamento realizado em 10% dos formulários do Cadastro Único do Governo Federal referente às famílias que recebiam o Programa Bolsa-Família, dos 132 cadastros pesquisados verificou-se que 70 famílias tem em sua composição trabalhadores(as) rurais assalariados(as), o que corresponde a 53,03% do total de famílias analisadas.

Pelos depoimentos colhidos nas entrevistas pode-se perceber que para os cortadores e cortadoras de cana o trabalho no corte da cana é sinônimo de trabalho pesado, de sofrimento, é caracterizado como um dos piores trabalhos que pode existir.

Não é apenas o trabalho no corte da cana que é penoso, a própria rotina diária dos trabalhadores rurais é árdua, acordam por volta das 04h30min, esperam pelo ônibus às 05:30h, enfrentam as estradas e as intempéries diariamente. Não há

horário certo para retornarem para suas casas e têm apenas um dia de descanso na semana.

Alguns sujeitos reconheceram melhorias nas condições de trabalho, principalmente, referindo-se ao transporte, a inclusão de ginástica antes do início do trabalho, aos intervalos e a locais mais apropriados para as refeições, o que está condizente com as normatizações sobre o trabalho rural.

O corte da cana é realizado a custas do desgaste físico e deterioração das condições de saúde dos cortadores de cana. A forma de pagamento dos cortadores de cana, por produção, só agrava tal situação.

Nos depoimentos aparecem os reflexos da reestruturação produtiva que assola vários processos de produção, inclusive o do açúcar e do álcool, ao referirem-se às exigências com relação à qualidade do trabalho realizado, que são cada vez maiores e a mecanização do corte da cana.

Tais trabalhadores, em especial, os cortadores e cortadoras de cana trazem a marca do trabalho infantil, comprovaram que o trabalho não é sinônimo de ascensão social, de garantia de qualidade de vida, é sinônimo de sobrevivência e de insegurança, principalmente nos dias atuais, em que competem entre si e com a tecnologia.

Das nove famílias participantes desta pesquisa, seis delas tem pelo menos um membro que é migrante de outro Estado do Brasil. Estes deixaram para trás, muitas vezes, a riqueza da convivência com sua família de origem e a miséria sócio-econômica e vieram em busca de melhores oportunidades de vida e trabalho na região da Califórnia Brasileira.

Os sujeitos da pesquisa gastam boa parte dos seus ganhos com a alimentação da família, o que já havia sido identificado na pesquisa de Maria A. Moraes Silva (1999).

Com relação ao atendimento relativo à política de saúde, os cortadores e cortadoras de cana possuem convênio médico durante o período da safra, ou seja, o convênio médico está atrelado ao contrato de trabalho. Findada a safra, havendo necessidade, recorrem ao Sistema Único de Saúde (SUS). O convênio é individual, por isso, fica restrito aos cortadores e cortadoras de cana e eventualmente a algum filho que possua problemas crônicos de saúde.

Do universo de famílias participantes das entrevistas apenas uma possui convênio médico que contempla todos os seus membros e é válido o ano todo. Cabe

a ressalva que nesse caso trata-se de um cortador de cana, que por problemas de saúde oriundos do trabalho, foi readaptado para outra função dentro da empresa e tem contrato por tempo indeterminado.

Para esses trabalhadores ao invés de lazer, aparece à necessidade de descanso. Assistir televisão aparece como a principal e mais comum atividade de lazer. Com menor frequência citam: as idas a praça, a lanchonete e sorveteria, participação em festas da igreja e as realizadas pela família. Merece destaque uma das famílias, por não ter televisão em casa e sempre que possível levar os filhos para pescar.

Nos depoimentos colhidos a Assistência Social aparece como ajuda e não como direito social. Referem desconhecer a origem dos recursos dessa política social.

Fica claro o destaque que têm tido os programas de transferência de renda, são eles os mais citados pelos depoentes, o que está de acordo com a tendência apontada por Mota (2006), estudiosa dessa política social.

Os programas de transferência de renda embora sejam fundamentais não são suficientes para realizar direitos sociais e propiciar proteção social. Tais programas não podem se limitar ao repasse do recurso para as famílias (embora tais recursos sejam fundamentais para quem os recebe), os participantes devem ser envolvidos em outras ações da Política de Assistência Social como as reuniões sócio-educativas, o que exige recursos humanos compatíveis com o número de famílias atendidas.

Pode-se perceber que os sujeitos que mais efetivamente se pronunciaram com relação à Política Pública de Assistência Social são os que participaram sistematicamente das reuniões sócio-educativas. Estes destacaram que aprenderam trabalhos manuais diversos e que tiveram espaço e profissionais que trataram de assuntos eminentemente presentes no cotidiano, como por exemplo, a educação dos filhos.

Três famílias já realizaram o sonho da casa própria, outras três batalham por ela. Muitos gostariam de mudar de profissão, mas por não terem estudo, sentem-se fadados ao trabalho no corte da cana e a ele resistem na esperança de que seus filhos, agora estudantes, possam ter uma profissão diferente da deles.

A Política Pública de Assistência Social embora seja um direito social expresso na Constituição Federativa Brasileira de 1988, não se tornou efetivamente

um direito real. A carência também é a marca desta política pública. Carência de recursos humanos suficientes e com formação permanente e continuada, carência de recursos financeiros, de clareza sobre sua identidade, seus limites e suas possibilidades nesta sociedade, de planejamento participativo que envolva os maiores interessados: os usuários.

Embora os avanços no campo legal sejam inegáveis e o SUAS salutar para que a Política Pública de Assistência Social possa se organizar, seus usuários ainda vivenciam uma “cidadania invertida” (SPOSATI; FALCÃO; TEIXEIRA, 1989, p.44), ou seja, na maioria das vezes para serem atendidos precisam comprovar que não tem condições e renda suficientes para a sua sobrevivência e de seu grupo familiar.

E os assistentes sociais, atores importantes na execução desta política pública vivenciam e reproduzem junto aos seus usuários esta violência sutil. Pode-se identificar fragilidades da categoria de assistentes sociais no que tange a informação sobre a origem dos recursos destinados à Política Pública de Assistência Social. Tal omissão, preocupação insuficiente ou dificuldade para informar deixa brechas para o assistencialismo, para a “ideologia do favor” tão presente na sociedade brasileira. Acredito que é necessário combater a ideologia do favor e a exploração da pobreza e da miséria, muito presente em períodos eleitorais.

Mais do que nunca os assistentes sociais e os demais envolvidos com a realização da Política Pública de Assistência Social devem evitar as posturas fatalista e messiânica (IAMAMOTO, 2004) diante da realidade. Não se pode negar a importância dessa política pública para aqueles que a ela recorrem, o que não significa superestimar a sua efetividade no trato de questões que não são meramente conjunturais, ao contrário, são estruturais.

Concorda-se com Yazbek que há um enorme fosso, uma grande fratura entre a Assistência Social e o enfrentamento da pobreza no Brasil.

Neste sentido, do ponto de vista conceitual, não podemos deslocar a questão do âmbito estrutural da sociedade capitalista, tendo presente que o assistencial não altera questões estruturais; pelo contrário muitas vezes as oculta. Isso não significa que se deva negá-lo ou não reconhecer sua necessidade histórica, pois as políticas de assistência, como as demais políticas no âmbito da gestão estatal da reprodução da força de trabalho, buscam responder a interesses contraditórios, engendrados por diferentes instâncias da sociedade, e assim não se configuram como simples produtos dos interesses dos “de cima”, mas como espaço onde também estão presentes os interesses dos subalternizados da sociedade. (YAZBEK, 2006, p.53, destaque do autor)

Há ainda o risco de se investir nessa política pública focalizada em detrimento de efetivar outras políticas que teriam maior efetividade no enfrentamento da miséria e da pobreza no Brasil. Quando se afirma tal preocupação está se pensando na Reforma Agrária, que não se limita ao acesso a terra, apenas inicia com ele. A Reforma Agrária tem a potencialidade de garantir: alimentação, moradia e trabalho e é mais que uma política de combate à pobreza.

A Política de Assistência Social não tem condições de assumir o papel integrador que tem o trabalho na sociedade e os que a executam tem que ter clareza dessa impossibilidade.

Isto posto, mesmo com tantos limites, deve-se reconhecer que a Política de Assistência Social tem importância na vida dos seus usuários, tanto quando responde a necessidades materiais, quando proporciona espaços de vivência do coletivo, de troca de experiências em meio às dificuldades cotidianas e as estratégias para enfrentá-las. Por isso, não pode ser negada pela categoria de assistentes sociais, tem que ser apropriada de forma crítica e embasada no conhecimento. É necessário refazê-la, reiventá-la, de uma maneira que fortaleça as lutas e interesses populares, combata os estigmas que são delegados aos seus usuários, e a culpabilização dos indivíduos pela situação de pobreza e miséria que vivenciam, prática que contribui para a revitimização da população.

Um dos grandes desafios é torná-la mais humana, num sistema tão desumanizante quanto o sistema capitalista. Para isso, será necessário enfrentar preconceitos e fragilidades. Acreditar no potencial dos usuários e dos profissionais envolvidos com essa política social, acreditar, cientes dos limites dessa política pública no enfrentamento da pobreza (questão estrutural), mas, também das possibilidades de minorar o sofrimento humano.

Devemos ter esperança, mas não ilusões, há inúmeros desafios a serem enfrentados, permanecem as lições ensinadas pelos sujeitos da pesquisa: Madalena e Francisco, Tereza, Fátima e Clemente, Antônio, Luiza e Carlos, João, Maria, Marta, Lúcia e Inácio; que lutaram e ainda lutam pela realização de sonhos, sonhos estes que deveriam ser direitos. Mesmo em condições tão adversas, em meio ao trabalho penoso, a escassez da entressafra, não deixaram de resistir.

## REFERÊNCIAS

- ALESSI, Neiry Primo; NAVARRO, Vera Lucia. Saúde e trabalho rural: o caso dos trabalhadores da cultura canavieira na região de Ribeirão Preto, São Paulo, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 13, supl. 2. 1997. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102311X1997000600010&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102311X1997000600010&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 14 Jul 2007. Pré-publicação.
- ALVES, Francisco. **Por que morrem os cortadores de cana?** mar., 2006. Disponível em: <<http://www.pastoraldomigrante.org.br>>. Acesso em: 29 jun. 2007.
- ALVES, Giovanni. **O novo (e precário) mundo do trabalho: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo**. São Paulo: Boitempo, 2000.
- ANTUNES, Ricardo. Crise capitalista contemporânea e as transformações no mundo do trabalho. In: CAPACITAÇÃO em Serviço Social e Política Social: crise contemporânea, questão social e serviço social. Brasília, DF: CEAD-UNB, 1999. mod. 1.
- \_\_\_\_\_. (Org.). **A dialética do trabalho: escritos de Marx e Engels**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.
- \_\_\_\_\_. Anotações sobre o capitalismo recente e a reestruturação produtiva no Brasil. In: \_\_\_\_\_.; SILVA, Maria Aparecida de Moraes. (Org.). **O avesso do trabalho**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.
- ARCOVERDE, Ana Cristina Brito. Questão social no Brasil e Serviço Social. In: CAPACITAÇÃO em Serviço Social e Política Social: reprodução social, trabalho e Serviço Social. Brasília, DF: CEAD-UNB, 1999. mod. 2.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6023**: informação e documentação: referências: elaboração: Rio de Janeiro, 2002.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6024**: informação e documentação - numeração progressiva das seções de um documento escrito – apresentação. Rio de Janeiro, 2002.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6027**: informação e documentação - sumário - apresentação. Rio de Janeiro, 2003.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 10520**: informação e documentação - citações em documentos - apresentação. Rio de Janeiro, 2002.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 14724**: informação e documentação - trabalhos acadêmicos - apresentação. Rio de Janeiro, 2002.
- BAPTISTA, Myrian Veras. **Planejamento social: intencionalidade e instrumentação**. 2. ed. São Paulo: Veras, Lisboa: CPIHTS, 2000. (Livro-texto, 1).



BENJAMIN, César (Org.). O cenário estrutural do Brasil. In: \_\_\_\_\_. **A opção brasileira**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1998.

BOSCHETTI, Ivanete. Seguridade social e projeto ético-político do serviço social: que direitos para qual cidadania? **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano 25, n. 79, p.108-132, set. 2004. (Edição especial).

\_\_\_\_\_. **Seguridade social e trabalho**: paradoxos na construção das políticas de previdência e assistência social no Brasil. Brasília, DF: Letras Livres : Ed. UnB, 2006. (Política social, 1).

\_\_\_\_\_.; SALVADOR, Evilásio. Orçamento da seguridade social e política econômica: perversa alquimia. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano 27, n. 87, p.25-57, set. 2006. (Edição especial).

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF 1988.Organização, remissões, pesquisas e índices: Hécio Ricardo Cerqueira Cervi. Campinas: Mizuno, 2000.

\_\_\_\_\_. Lei Nº. 8.742, de 07 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS). **Legislação brasileira para o serviço social**: coletânea de leis, decretos e regulamentos para instrução do assistente social. São Paulo, p.80-94, 2004b.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **II Plano Nacional de Reforma Agrária**: Paz, Produção e Qualidade de Vida no Meio Rural. República Federativa do Brasil. 2004a. Disponível em: <[http://www.mda.gov.br/arquivos/PNRA\\_2004.pdf](http://www.mda.gov.br/arquivos/PNRA_2004.pdf)>. Acesso em: 25 jan. 2007.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS). **Cadastro único**. Disponível em: <[http://www.mds.gov.br/bolsa-familia/cadastro\\_unico](http://www.mds.gov.br/bolsa-familia/cadastro_unico)>. Acesso em: 20 jul. 2007.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. **Política Nacional de Assistência Social**. República Federativa do Brasil. 2004c. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/suas/publicacoes/pnas.pdf/view?searchterm=PNAS>>. Acesso em: 20 dez. 2006.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Portaria Nº 86, de 03 de março de 2005. Aprova a norma regulamentadora de segurança e saúde no trabalho na agricultura, pecuária, silvicultura, exploração florestal e aquicultura. **NR 31**. 2005. Disponível em: <[http://www.mte.gov.br/legislacao/normas\\_regulamentadoras/nr\\_31.pdf](http://www.mte.gov.br/legislacao/normas_regulamentadoras/nr_31.pdf)>. Acesso em: 04 ago. 2007.

\_\_\_\_\_. Ministério do Trabalho e Emprego. **Perfil do município CAGED**. Disponível em: <<http://www.mte.gov.br>>. Acesso em: 09 set. 2005 e 29 jul. 2007.

BRITO, Agnaldo. Etanol aproxima EUA e Brasil. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 11 fev. 2007. Economia, p. B8.

BRITO, Agnaldo. País construirá uma usina por mês até 2013. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 4 mar. 2007. Nacional, p. A4.

CAMPOS, Edval Bernardino. Assistência social: do descontrole ao controle social. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano 27, n. 88, p.101-121, nov. 2006.

CARDOSO, Priscila. Assistência social: da ajuda ao direito – a concretização da assistência social como direito social. In: **SUAS** – conceituação e perspectivas: treinamento e capacitação de gestores municipais de Assistência Social, conselheiros e técnicos. Programa Capacitação Solidária, 2006. (Apostila).

CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. Assistência Social: uma política pública convocada e moldada para constituir-se em “governo paralelo da pobreza”. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano 15, n. 46, p.86-103, dez. 1994.

CHAUÌ, Marilena. **O que é ideologia**. 5. reimpr. da 2. ed. de 2001. São Paulo: Brasiliense, 2005. ( Primeiros passos, 13).

DIMENSTEIN, Gilberto. **O cidadão de papel**: a infância, a adolescência e os direitos humanos no Brasil. 9. ed. São Paulo: Ática, 1995. (Discussão aberta).

D'INCAO, Maria Conceição. **A questão do bóia-fria**. São Paulo: Brasiliense, 1984 (Qualé, 7).

\_\_\_\_\_. **O bóia-fria**: acumulação e miséria. Petrópolis, RJ: Vozes, 1985.

ERENO, Dinorah. Sertãozinho, usina de inovações. **Revista Pesquisa FAPESP**, São Paulo, n.128, p.1-6, out. 2006. Disponível em: <<http://revista.pesquisa.fapesp.br/extras/imprimir.php?id=3073&bid=1>>. Acesso em 13 nov. 2006.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Questão agrária, pesquisa e MST**. Série questões da nossa época. São Paulo: Cortez, 2001. (Questões da nossa época, 92).

FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta. **A chama verde dos canaviais**: uma história das lutas dos bóias-frias. 1992. 589 f. Tese (Livre-Docência) - Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Araraquara, 1992.

FERREIRA, Ivanete Salete Boschetti. Assistência social. In: CAPACITAÇÃO em Serviço Social e Política Social: política social. Brasília, DF: CEAD-UNB,1999. mod. 3.

GIACOMETTI, Israild; SOUZA, Silvia Cristina Arantes de. Aspectos da terceirização no Brasil: recurso da acumulação flexível. **Serviço Social & Realidade**, Franca, v.13, n. 2, p.107-116, 2004.

GOMES, Vieira. Família: cotidiano e luta pela sobrevivência. In: CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. (Org.). **A família contemporânea em debate**. São Paulo: EDUC/Cortez, 2003.

GOUVÊA, Maria das Graças de. O plantão social na atual conjuntura. **Serviço Social & Realidade**, Franca/SP, v.1, p.30-39, jan. 1993.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Renovação e conservadorismo no serviço social**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

\_\_\_\_\_. **Serviço social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

\_\_\_\_\_. **Trabalho e indivíduo social**: um estudo sobre a condição operária na agroindústria canavieira paulista. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

IANNI, Octavio. **Origens agrárias do Estado brasileiro**. São Paulo: Brasiliense. 2004.

IANNI, Octavio. **A era do globalismo**. 10. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2006.

IBGE. **Cidades**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/xtras/perfil.php?codmun=353950&r=2>>. Acesso em: 09 jun. 2006.

\_\_\_\_\_. **Perfil dos municípios brasileiros**: assistência social 2005. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Rio de Janeiro, 2006.

INCRA. **Questão agrária no Brasil**: perspectiva histórica e configuração atual. São Paulo: INCRA, 2005. (Ciclo de debates).

JANK, Marcos Sawaya. Da Alca para o álcool. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 11 fev. 2007. Economia, p. B8.

KOMATSU, Alberto. BNDES tem R\$ 10 bilhões para financiar setor. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 4 mar. 2007. Nacional, p. A5.

LANG, Alice Beatriz da Silva Gordo. Trabalhando com História Oral; Reflexões sobre procedimentos de pesquisa. **Cadernos Ceru**, São Paulo, n.11, p.123-134, 2000.

LESSA, Sérgio. O processo de produção/reprodução social: trabalho e sociabilidade. In: **CAPACITAÇÃO em Serviço Social e Política Social: reprodução social, trabalho e Serviço Social**. Brasília, DF: CEAD-UNB, 1999. mod. 2.

MARSIGLIA, Regina Maria Giffone. O projeto de pesquisa em serviço social. In: **CAPACITAÇÃO em Serviço Social e Política Social: intervenção e pesquisa em Serviço Social**. Brasília, DF: CEAD-UNB, 1999. mod. 5

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Serviço social**: identidade e alienação. 10. ed. São Paulo: Cortez, 1991.

\_\_\_\_\_. O serviço social na transição para o próximo milênio: desafios e perspectivas. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano 19, n. 57, p.133-148, jul. 1998.

MARTINELLI, Maria Lúcia. (Org.) **Pesquisa qualitativa: um instigante desafio**. São Paulo: Veras, 1999.

MARTINEZ, Paulo. **Reforma agrária: questão de terra ou de gente?** São Paulo: Moderna, 1987. (Plêmica)

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político**. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 1998. (Clássicos).

\_\_\_\_\_. **Manuscritos econômicos-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2004.

MENDES, Alexandre Marques. **O conflito social de Guariba, 1984-1985**. Franca: UNESP/Franca, 1999. (História local, 12).

MINAYO, Maria Cecília de Souza. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 24. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

MORAIS, José Carlos Cafundó de. Comissão planeja pólo de agroenergia no Brasil. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 4 mar. 2007. Nacional, p. A6.

MOTA, Ana Elizabete. (Org.). **O mito da assistência social: ensaios sobre Estado, política e sociedade**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2006.

\_\_\_\_\_.; MARANHÃO, Cezar Henrique; SITCOVSKY, Marcelo. O Sistema Único de Assistência Social e a formação profissional. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano 27, n. 87, p.163-177. set. 2006. (Edição especial).

NETTO, Edméia Corrêa; SANT'ANA, Raquel Santos. Questão agrária e questão social: uma discussão necessária à efetivação do projeto ético-político do serviço social. In: ENCONTRO MICRO-REGIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL: Pesquisa e Produção do Conhecimento em Serviço Social – Região Sul II. 1., 2004, Ribeirão Preto. **Anais...** Ribeirão Preto: 2004. 1 CD-ROM..

NETTO, José Paulo. FHC e a política social: um desastre para as massas trabalhadoras. In: LESBAUPIN, Ivo. (Org.). **O desmonte da nação: balanço do governo FHC**. 3. ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 1999.

\_\_\_\_\_. A conjuntura brasileira: o serviço social posto à prova. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano 25, n. 79, p. 05-26, set. 2004. (Edição especial).

\_\_\_\_\_. **Capitalismo monopolista e serviço social**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2005. 176 p.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo capitalista de produção e agricultura**. São Paulo: Ática, 1986. (Princípios).

OLIVEIRA, Marcelo; VASCONCELOS, Yuri. Revolução no canavial. **Revista Pesquisa FAPESP**, São Paulo, n.122, p.01-06, abr., 2006. Disponível em: <<http://revistapesquisa.fapesp.br/extras/imprimir.php?id+2939&bid=1>>. Acesso em: 13 nov. 2006.

PAIVA, Beatriz Augusto de. O SUAS e os direitos socioassistenciais: a universalização da seguridade social em debate. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano 27, n. 87, p. 05-24, set. 2006. (Edição especial)

PASTORINI, Alejandra. **A categoria “questão social” em debate**. São Paulo: Cortez, 2004. (Questões da nossa época, 109).

PAUDA, Jucimara de. Cana faz aumentar valorização da terra. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 3 jun. 2007. Ribeirão, p. C5.

PAZ, Rosângela. Conferência Nacional de AS quer tirar SUAS do “papel”. **Ação - Jornal do CRESS**, São Paulo, p. 7, jul./set, 2005.

PEREIRA, Potyara A. P. **Necessidades humanas**: subsídios à crítica dos mínimos sociais. São Paulo: Cortez, 2000.

PITANGUEIRAS. Lei Nº 1.790/96. Dispõe sobre a Política Municipal de Assistência social e dá outras providências. **Jornal Oficial do Município de Pitangueiras**. Pitangueiras/SP, 27 de set. de 1996.

\_\_\_\_\_. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Promoção Social. **Plano Municipal de Assistência Social**: Pitangueiras/SP, 2001.

\_\_\_\_\_. **Plano Municipal de Assistência Social**: Pitangueiras/SP, 2005.

\_\_\_\_\_. Secretaria Municipal de Promoção Social. **Cadastro único dos beneficiários dos programas do governo federal**. Pitangueiras/SP, 2006.

POCHMANN, Marcio. Desempregados do Brasil. In: ANTUNES, Ricardo. (Org.). **Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006.

PUNTEL, Luiz. **Açúcar amargo**. 16. ed. São Paulo: Ática, 2000. (Vaga-lume)

RIOS, Terezinha Azeredo. **Ética e competência**. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2001. (Questões da nossa época, 16).

ROJAS COUTO, Berenice. **O direito social e a assistência social na sociedade brasileira**: uma equação possível? 2. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

SANT'ANA, Raquel Santos; SANT'ANA, Antonio Lázaro. Serviço social e a questão agrária. **Serviço Social & Realidade**, Franca, v.14, n. 2, p.117-131, 2005.

SANTOS, Meire Cristina de Souza; SANT'ANA, Raquel Santos. Relato de experiência: a importância do registro na atuação do assistente social. In: SIMPÓSIO DE QUESTÃO AGRÁRIA DA UNESP-FRANCA: O movimento de construção da luta pela terra. 4., 2007, Franca. **Anais...** Franca, 2007. p. 25-27

SANTOS, Meire Cristina de Souza; SANT'ANA, Raquel Santos. As famílias de trabalhadores rurais assalariados e a política pública de assistência social. In: SEMANA DE SERVIÇO SOCIAL DA UNESP DE FRANCA: A questão social e as diversidades. 16., 2007a, Franca. **Anais...** Franca, 2007. CD-ROM.

SÃO PAULO. Secretaria de Economia e Planejamento. Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados. **Informação dos municípios paulistas**. Disponível em: <<http://www.seade.gov.br/produtos/perfil/perfil.php>>. Acesso em: 07 set. 2005.

SCHWARZ, Roberto. As idéias fora do lugar. In: \_\_\_\_\_. **Ao vencedor as batatas**. 3. ed. São Paulo: Livraria Duas Cidades Ltda, 1988.

SCOPINHO, Rosemeire Aparecida et al. Novas Tecnologias e saúde do trabalhador: a mecanização do corte da cana-de-açúcar. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, 1999. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102311X1999000100015&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102311X1999000100015&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 14 Jul. 2007. Pré-publicação.

SERRA, Rose Mary Sousa. A questão social hoje. **Ser Social**, Brasília/DF, n.6, p. 169-183, jan./jun. 2000.

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 22. ed. rev. e ampl. São Paulo: Cortez, 2002.

SILVA, Ademir Alves. Desafios para a implantação do SUAS. **Ação - Jornal do CRESS**, São Paulo, p. 3, jul./set. 2005.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. As cidades dos bóias-frias: o desdobramento do poder e controle da empresa. **Travessia**, São Paulo, v. 6, n. 15, p. 30-34. abr. 1993.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. **Errantes do fim do século**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999. 370 p.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. **Quando o trabalho mutila e... mata**. jan., 2000. Disponível em: <<http://www.pastoraldomigrante.org.br>>. Acesso em: 29 abr. 2006.

\_\_\_\_\_. Se eu pudesse, eu quebraria todas as máquinas. In: ANTUNES, Ricardo, SILVA, Maria Aparecida de Moraes. (Org.). **O avesso do trabalho**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

SOUFEN, Jorge Jr.; TOLEDO, Marcelo. 10% dos bóias-frias vão perder o emprego. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 8 abr. 2007. Ribeirão, p. G1.

SOUSA, Regina Sueli de. Agrária. In: CAPACITAÇÃO em Serviço Social e Política Social: políticas sociais setoriais e por segmento Brasília, DF: CEAD-UNB, 1999. mod. 3

SPOSATI, Aldaíza; FALCÃO, Maria do Carmo; TEIXEIRA, Sônia Maria Fleury. **Os direitos (dos desassistidos) sociais**. São Paulo: Cortez, 1989.

\_\_\_\_\_. **A menina LOAS**: um processo de construção da assistência social. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

\_\_\_\_\_. O primeiro ano do Sistema Único de Assistência Social. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano 27, n. 87, p. 96-122. set. 2006. (Edição especial).

THOMAZ Júnior, Antonio. **Por trás dos canaviais, os nós da cana**: a relação capital x trabalho e o movimento sindical dos trabalhadores na agroindústria canavieira paulista. São Paulo: Annablume : Fapesp, 2002.

TOLEDO, Marcelo. Tecnologia faz bóia-fria trabalhar mais. **Folha on line**, São Paulo, 18 set. 2005. Ribeirão. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi1809200515.htm>>. Acesso em: 25 mar. 2006.

TOLEDO, Marcelo. País deve ganhar 89 novas usinas até 2012. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 11 mar. 2007. Ribeirão, p. G2.

VALIM, Ana. **Migrações**: da perda da terra à exclusão social. 10. ed. São Paulo: Atual, 1996.

VASCONCELOS, Ana Maria. **A prática do serviço social**: cotidiano, formação e alternativas na área da saúde. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

VIEIRA, Evaldo. **Os direitos e a política social**. São Paulo: Cortez, 2004.

YAZBEK, Maria Carmelita. As ambigüidades da assistência social brasileira após 10 anos de LOAS. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano 25, n. 77, p.11-29. mar. 2004.

\_\_\_\_\_. **A assistência social na conformação da identidade subalterna**. 1992. 248 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade de São Paulo, São Paulo, 1992.

\_\_\_\_\_. **Classes subalternas e assistência social**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2006. 184 p.

ZIMMERMANN, Patrícia; SPITZ, Clarice. Brasil é oitavo país em desigualdade social, diz pesquisa. **Folha on line**, São Paulo, 7 set. 2005. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u112798.shtml>>. Acesso em: 30 jan. 2006.

## APÊNDICE



**APÊNDICE A: ROTEIRO ORIENTADOR PARA AS ENTREVISTAS**

**Bloco 1: Identificação dos membros que compõem a família:**

| NOME | PARENTESCO<br>COM RELAÇÃO<br>À MULHER | IDADE | ESTADO<br>CIVIL | SEXO | NATURALIDADE | NASCEU<br>URBANO/<br>RURAL | HÁ QUANTO<br>TEMPO<br>RESIDE NO<br>MUNICÍPIO | ESCOLA-<br>RIDADE/<br>Frequenta ou<br>não a escola |
|------|---------------------------------------|-------|-----------------|------|--------------|----------------------------|----------------------------------------------|----------------------------------------------------|
| 1    |                                       |       |                 |      |              |                            |                                              |                                                    |
| 2    |                                       |       |                 |      |              |                            |                                              |                                                    |
| 3    |                                       |       |                 |      |              |                            |                                              |                                                    |
| 4    |                                       |       |                 |      |              |                            |                                              |                                                    |
| 5    |                                       |       |                 |      |              |                            |                                              |                                                    |
| 6    |                                       |       |                 |      |              |                            |                                              |                                                    |
| 7    |                                       |       |                 |      |              |                            |                                              |                                                    |
| 8    |                                       |       |                 |      |              |                            |                                              |                                                    |

## **Bloco 2: Condições de Vida e de Trabalho atuais:**

### **2. Situação Ocupacional da família**

2.1 *Qual é sua ocupação atual?*

2.2 Com registro em CTPS ou não?

2.3 Trabalho formal ou informal?

2.4 Safrista ou permanente?

2.5 *Caso esteja desempregada, há quanto tempo?*

2.6 *Ocupação exercida anteriormente pela entrevistada e pelo(s) trabalhadores rurais da família?*

2.7 *Outras pessoas na casa trabalham?*

2.8 Em que?

2.9 *Há quanto tempo você (ou alguém da família) é trabalhador(a) rural?*

2.10 O que você faz?

2.11 Como é o trabalho no corte da cana?

2.12 Quanto ganha o que trabalha como assalariado rural no corte da cana?

1.13 Como é para vocês o período de entressafra?

2.14 *Já morou na zona rural?*

2.15 Por quanto tempo?

2.16 O que você lembra desse período?

2.17 Por que vieram para a cidade? Desde quando moram na cidade?

2.18 *Para você como é trabalhar no campo e morar na cidade?*

2.19 *Quais foram as profissões dos seus pais e sogros (no caso de tê-los)?*

## **Bloco 3: Orçamento familiar**

3.1 Qual é a renda total da família?

3.2 Como são divididas as despesas da casa (no caso de mais de um integrante trabalhar e/ou ter renda)?

3.3 Quanto do orçamento familiar é gasto com alimentação?

**Bloco 4: Saúde**

- 4.1 Alguém na sua família tem algum problema de saúde?
- 4.2 *Utiliza o Centro de Saúde e a rede pública de saúde ou têm convênio médico?*
- 4.3 Isso muda levando em consideração o período safra-entressafra da cana?
- 4.4 Onde adquire o(s) medicamento(s) necessários?
- 4.5 Aquele que corta cana tem tido algum problema de saúde?

**Bloco 5: Moradia**

- 5.1 A casa é própria, alugada ou cedida/ emprestada?
- 5.2 Quantos cômodos têm?
- 5.3 Quantas famílias moram no mesmo domicílio e/ou no mesmo quintal?
- 5.4 Têm luz elétrica, água encanada e esgoto canalizado?
- 5.5 Observar de que material é a casa (condições)?

**Bloco 6: Lazer**

- 6.1 O que fazem no tempo livre de vocês?
- 6.2 Quais são as atividades de lazer mais freqüentes de cada membro da família?

**Bloco 7: Assistência Social**

- 7.1 Programas da Assistência Social de que participa?
- 7.2 E que já participou?
- 7.3 *Já recorreu ao plantão social?*
- 7.4 O que solicitou?
- 7.5 E foi atendida?
- 7.6 *Por que procurou a Assistência Social pela primeira vez?*
- 7.7 E quando foi?
- 7.8 E nas demais?
- 7.9 Foi o primeiro da família a receber assistência?
- 7.10 Há quanto tempo você recebe assistência social?
- 7.11 *Pensando no “benefício” que você recebe ou recebeu da Política de Assistência Social, o que você acha?*
- 7.12 Tem alguma contribuição?
- 7.13 Como você se sente participando desse(s) programa e/ou tendo que recorrer ao plantão social?

7.14 Qual sua idéia de Assistência Social?

7.15 Sabe sobre o financiamento desses programas?

7.16 Além da Assistência Social prestada diretamente pela prefeitura você recebe outro tipo de apoio ou Assistência?

7.17 De algum parente ou amigo?

7.18 Da empresa onde trabalha?

7.19 De alguma outra Entidade?

### **Bloco 8: Sonhos**

8.1 O que você espera do futuro para você e para a sua família?

8.2 Você tem algum sonho?

8.3 Qual ou quais?

8.4 Se houvesse possibilidade você gostaria de ter um pedaço de terra?